

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

Eliz Marine Wiggers

**“CINDERELO”: A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE
UM SUJEITO CRIMINOSO PELO DISCURSO DA MÍDIA
IMPRESSA CATARINENSE NOS ANOS 1980**

Florianópolis
2013

Eliz Marine Wiggers

**“CINDERELO”: A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE
UM SUJEITO CRIMINOSO PELO DISCURSO DA MÍDIA
IMPRESSA CATARINENSE NOS ANOS 1980**

Dissertação submetida ao Programa de Pós
Graduação em Psicologia do Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Prado Filho

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Wiggers, Eliz Marine

"Cinderelo": A produção da subjetividade de um sujeito criminoso pelo discurso da mídia impressa catarinense nos anos 1980 / Eliz Marine Wiggers ; orientador, Kleber Prado Filho - Florianópolis, SC, 213.
148 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Subjetividade. 3. Criminalidade. 4. Mídia impressa. 5. Jornalismo. I. Prado Filho, Kleber. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Eliz Marine Wiggers

***“Cinderelo”: a produção da subjetividade de um sujeito criminoso
pelo discurso da mídia impressa catarinense nos anos 1980***

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de março de 2013.



Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



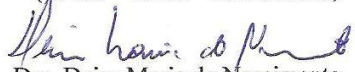
Dr. Kleber Prado Filho
(PPGP - UFSC - Orientador)



Dr. Jacques Mick
(PPSP – UFSC - Examinador)



Dr. Pedro de Souza
(PPGL – UFSC - Examinador)



Dra. Deise Maria do Nascimento
(PPGP - UNISUL - Examinadora)

Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli
(PPGP - UFSC - Suplente)

Dedico esta dissertação àqueles marcados pela norma da criminalidade e por notícias, mas também àqueles anônimos, que possibilitaram que eu me incomodasse, seguisse questionando e, por isso, realizando pesquisas.

AGRADECIMENTOS

São tantos a agradecer... mas vale a pena escrever, justamente pela importância das pessoas lembradas na trajetória do mestrado e, por conseguinte, na minha vida. Agradeço primeiro de tudo à Deus, que me acompanha sempre!

Agradeço à minha família: Aos meus pais, Luiz e Jacinta, que me deram a vida, me apoiaram em todos os momentos, e acompanharam todas as etapas do mestrado, de modo a se interessarem desde a temática de pesquisa até as implicações teóricas; ao meu irmão Alberto, que mesmo distante sempre se fez próximo com seu bom humor, e por sua curiosidade maravilhosa fez render boas conversas sobre a dissertação; à minha irmã e meu cunhado, Joyce e Elio, pelos ótimos finais de semana que passamos juntos e, quando estivemos distantes, pelos bons diálogos ao telefone. Não poderia deixar de agradecer à minha avó Maria e aos meus padrinhos, Ana e Wilson; obrigada pelo carinho e cuidado de sempre.

Agradeço ao Fernando pela excelente companhia, pois, mesmo distante, se fez presente e tão próximo, acompanhando e participando da trajetória do mestrado, de todos os passos da dissertação e da minha vida; obrigada por me fazer tão bem!

Agradeço à Michela, minha amiga e segunda irmã, pelos ótimos diálogos e trocas, desde as empolgações, gargalhadas, até as angústias, e pelo companheirismo inigualável nos projetos e trabalhos profissionais, no mestrado, na nossa “casa feliz”, na vida. Agradeço ao Gabriel, pelo auxílio no abstract, pelas conversas e pela companhia na “casa feliz”, a qual me faz sentir tão bem.

Agradeço aos colegas professores do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis pela parceria que tem rendido trabalhos muito bons e pelo apoio no período do mestrado. Aos colegas da ABEP, pela sintonia tão boa de trabalho e por entenderem minhas angústias quanto ao mestrado.

Agradeço à Thaysa, colega de turma e orientação, mas antes de tudo, amiga; obrigada pela ótima parceria no mestrado,

pelas ocasiões em que me ouviu, acolheu minhas aflições, mas também pelos bons momentos de diversão e boas risadas. Aos meus colegas de turma, Eluana, Fernando, Giomara, Michela, Thaysa, Maurício, Dafne, Luana, obrigada pelas trocas e ótimas contribuições na trajetória do projeto que virou dissertação.

Agradeço ao Kleber, meu orientador, pela receptividade com que me acolheu quando da inscrição no mestrado; não esquecerei! Obrigada pelas ótimas aulas/orientações, acompanhadas de café e pão de queijo, e por sempre entender minhas “ausências produtivas”, em meio à minha correria de trabalho.

Agradeço aos professores Pedro de Souza e Jacques Mick, pelas belas aulas, e pelas ricas contribuições à dissertação. Agradeço à professora Deise Nascimento, que através de diálogos produtivos sobre o sistema prisional e a psicologia, nos levaram a alguns bons encontros.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo apresentar como a subjetividade de “Cinderelo”, um sujeito criminoso da década de 80, em Florianópolis - SC, foi sendo produzida pelo Jornal “O Estado”. A partir das orientações teóricas de Michel Foucault, esta dissertação se pauta no entendimento de que a subjetividade é construída por meio de movimentos de objetivação e subjetivação, e através da articulação contínua entre saber, poder e sujeito. Desse modo, são apresentadas as visibilidades que foram sendo desenhadas para o criminoso na mídia, a qual ganha legitimidade ao ser atravessada por diversos saberes e práticas. A mídia exerce poder de vigilância sobre o criminoso, divulga saberes sobre ele por meio do discurso, buscando marcá-lo com uma identidade, e ao mesmo tempo, diferenciá-lo de toda a população, em prol de políticas de segurança. Esta dissertação se configura como um estudo arqueológico, já que busca apreender por meio do discurso jornalístico, como a identidade de “Cinderelo” foi produzida, tendo como universo documental as notícias do jornal “O Estado”, no período de 1980 a 1987. Tal análise nos indica para uma diversidade de visibilidades ao criminoso, já que o mesmo fazia uso de estratégias de resistência ao poder, transgressões ao saber e, desse modo, exercia práticas de liberdade. “Cinderelo” foi desenhado pela mídia como criminoso perigoso, mas também como “menino atrevido”, justiceiro e em função de suas fugas, herói.

Palavras-chave: subjetividade; criminalidade; mídia impressa.

ABSTRACT

This study has as aim to present how the subjectivity of "Cinderelo", a criminal character from 80's decade, in Florianópolis - Sc, was being produced by the newspaper "O Estado". Following the Michel Foucault theoretical orientations, this dissertation has as main focus the understanding that the subjectivity is built by movements of objectivization and subjectivation, and thru the continuous articulations between knowledge, power and subject. Thus, are presented the visibilities which have been designed to the criminal on media, which gains legitimacy by being crossed by various knowledges and practices. Media to perform power of surveillance on the criminal, disseminate knowledge about him through discourse, seeking mark him with an identity, and at the same time, make him different of everybody, in favor of security policies. This dissertation is configured as an archaeological study, since aims to understand by journalistic speech, how "Cinderelo's" identity was produced, having as documental universe news from the newspaper "O Estado", between 1980 and 1987. Such analysis directs us to a diversity of visibilities to the criminal, since he was using strategies of resistance to the power, transgressions to knowledge and, this way, performed practices of freedom. "Cinderelo" was designed by media as a dangerous criminal, but also as a "daring boy", retributive and because of his leakage, hero.

Keywords: subjectivity; crime; printed media.

“[...] um longo trabalho para impor a percepção que se tinha dos delinqüentes contornos bem determinados: apresentá-los como bem próximos, presentes em toda a parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória. O romance de crime, que começa a se desenvolver nos folhetins e na literatura barata, assume um papel aparentemente contrário. Tem por função principalmente mostrar que o delinquente pertence a um mundo inteiramente diverso, sem relação com a existência cotidiana e familiar”.

(FOUCAULT, 1996, p. 251).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	16
1.1 Subjetividade: efeito de uma produção	16
1.2 Mídia: alguns atravessamentos	26
1.3 Criminalidade e o discurso da mídia: entrelaçamentos	37
2. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	47
3. O JORNAL “O ESTADO”	55
4. OS DOCUMENTOS	61
4.1 Análise arqueológica dos documentos	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

Atos criminosos acabam por desencadear insegurança e medo ao cotidiano e modo de vida dos indivíduos em sociedade. Contudo, tanto os atos criminosos, como a insegurança e o medo não podem ser tomados como fatos naturais. Veyne (2008), buscando esclarecer o pensamento de Michel Foucault, aponta que é necessário desviar o olhar dos objetos, das vivências, consideradas como naturais, ou entendidas como “sempre foi assim”, para notar certa prática, muito bem datada, que as fez tornar o que são, as objetivou. Nesse sentido, “as coisas, os objetos não são senão os correlatos das práticas” (p. 256).

É a partir do entendimento de que muitos fatores, entre eles o discurso da mídia, participam da produção da criminalidade, dos sujeitos criminosos, fazendo com que a população sintasse ameaçada, angustiada e prestes a viver uma “paranóia coletiva”, que este projeto foi organizado. Nesse sentido, buscou-se problematizar como foi produzida a subjetividade de um sujeito intitulado como “Cinderelo” nos noticiários da mídia jornalística, na década de 80, em Florianópolis – SC. Discursos sobre ele foram com frequência difundidos, principalmente pelo Jornal “O Estado”. Segundo Piva et al (2010), “Cinderelo” era assaltante de bancos, roubava e tinha envolvimento com tráfico de drogas, nos Municípios de São José - SC e Florianópolis – SC, tendo sido julgado e condenado.

As publicações sobre as perseguições da polícia a “Cinderelo”, as fugas do sistema prisional, já que não chegava a cumprir as condenações a ele determinadas, a forma como era “protegido” pelas pessoas com quem convivia, de modo que estas não queriam denunciá-lo e não o consideravam perigoso, e os comentários sobre sua beleza física, possibilitaram ao Jornal “O Estado” veicular notícias e fotos de “Cinderelo” com frequência, no período de 1980 a 1987.

Sob um olhar perspectivo, neste estudo a subjetividade é abordada como uma produção, buscando ressaltar

que ela não é natural, nem mesmo algo “interior” ao sujeito.

Quando nos referimos à subjetividade, não a denominamos como “ego”, “consciência”, “inconsciente”, nem mesmo “comportamento”, como ressalta Prado Filho (2007). Não a compreendemos como algo universal, natural ou que seja essencial ao sujeito. Mas sim, nos referimos à relação que o sujeito estabelece consigo mesmo, no sentido de se produzir a partir do discurso exercido ou da norma em um determinado contexto e momento histórico (Foucault, 2010c).

Nesta direção, também se busca desnaturalizar a criminalidade, buscando compreendê-la em sua dimensão histórica e apontando o papel do discurso da mídia na produção do criminoso/delinquente. Assim, a mídia é explicitada uma maquinaria que coloca em jogo discursos, instituições, enunciados (Foucault, 1998); a mídia articula dispositivos e os legitima. Segundo Deleuze (1990), um dispositivo é organizado por meio de linhas que se articulam e se reorganizam de modo heterogêneo. Marcado pela mobilidade, não é fácil visualizar um dispositivo e este tem como principal efeito a produção de subjetividade.

Já a criminalidade é compreendida em sua dimensão histórica, percorrendo como os criminosos foram sendo construídos. Da mesma forma é apontado como a delinquência e a periculosidade são movimentos que possibilitam um olhar para o sujeito antes de seu crime, como nos aponta Foucault (1998; 2003). Práticas de vigilância, normalização de corpos e subjetividades vem sendo efetivadas para além do aparelho jurídico, e por meio dele são individualizados aqueles que desviam da norma. Os desviantes da norma, como os criminosos, são marcados singularmente e diferenciados dos “homens de bem”, num movimento que o discurso da mídia participa efetivamente, pois ao incluí-los nos noticiários, ao mesmo tempo, promove a exclusão destes do meio social, como evidenciam Gomes (2003) e Marocco (2004). Neste movimento, conforme aponta Marocco (2004) a sensação de insegurança e medo visa legitimar a necessidade de vigilância e punição aos que,

marcados, apresentam perigo à população.

Sendo orientado pelos apontamentos de Michel Foucault com relação ao método, cabe destacar que este estudo se caracteriza como uma pesquisa documental e arqueológica, realizada a partir de notícias do jornal “O Estado” em que “Cinderelo” aparecia citado, na década de 80, os quais foram coletadas no arquivo do referido jornal na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Nesse sentido, cabe evidenciar que o documento é entendido como um jogo que articula saber e poder e que não é inocente, conforme apontam Lemos; Gomes; Medeiros (2010). Já a arqueologia, visa compreender como os discursos e os saberes se configuram em uma determinada época e sociedade (Foucault, 2010a).

Este trabalho à medida que se recusa à pretensão de neutralidade do pesquisador, não pode desconsiderar a relação deste com a temática de estudo. Nesse sentido, é coerente evidenciar que a construção deste trabalho também está permeada pela atuação que a pesquisadora realizou no sistema prisional da Comarca de Ituporanga/SC, como psicóloga do Conselho da Comunidade desta Comarca. Através do contato com os presos tanto no interior da Unidade Prisional Avançada, como após a saída deles da prisão, por meio de acompanhamentos psicológicos, passou a questionar acerca de inúmeras situações, entre elas a problemática de como a mídia constrói notícias acerca daqueles que cometem infrações à norma e participa da produção da subjetividade dos criminosos.

Esta dissertação está organizada em capítulos, sendo que o primeiro deles apresenta algumas considerações teóricas que fundamentam a construção deste estudo. Nesta apresenta-se o entendimento de como se dá a produção de subjetividade, como se compreende o discurso da mídia, e da mesma forma, são apresentados aspectos relacionados à criminalidade, ao criminoso e ao jornalismo de crimes.

Em seguida são expostos alguns apontamentos metodológicos que explicitam como este estudo foi desenvolvido e que nortes o fundamentaram enquanto um trabalho acadêmico. Na terceira parte, são apresentados dados sobre o Jornal “O

Estado” e sua história, buscando evidenciar que meio de comunicação construiu notícias sobre “Cinderelo”.

Na quarta parte são demonstradas em modo de tabela quais as capas de reportagens do jornal “O Estado” que compuseram o universo documental para a construção deste estudo. Além disso, procurou-se ressaltar a frequência em que tais notícias apareciam no jornal no decorrer da década de 80, relacionando-as à situação em que o criminoso se encontrava, se preso ou foragido. Em seguida, são apresentados os documentos analisados sob a perspectiva da arqueologia, e desse modo, articulados com alguns apontamentos teóricos. Procurou-se evidenciar que enunciados possibilitaram a produção da subjetividade de “Cinderelo” e que visibilidades foram sendo dadas a este sujeito criminoso.

Já no quinto capítulo, são apresentadas considerações sobre o que foi apreendido dos documentos, procurando relacioná-los com as considerações teóricas que nortearam a construção deste estudo.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Os apontamentos a seguir foram organizados com o objetivo de evidenciar os referenciais teóricos que norteiam a construção desta dissertação. No entanto, é interessante esclarecer que não buscamos a “neutralidade científica”, explicitar pressupostos, julgar nosso passado tendo em vista ressaltar uma “verdade” que somente o presente deteria, ou, ainda, apresentar uma visão linear dos acontecimentos (Foucault, 1998). Temos o intuito de expor um olhar perspectivo acerca da produção de subjetividade, da problemática que envolve a mídia e a criminalidade, buscando compreender como “Cinderelo” foi produzido pelo Jornal “O Estado”.

1.1 Subjetividade: efeito de uma produção

Com o objetivo de expor sob qual perspectiva entendemos a produção de subjetividade, a qual perpassa a construção deste estudo, nos pautamos nos trabalhos de Michel Foucault. Nesse sentido, destacamos que este autor expõe de forma esclarecedora em 1982, em um texto intitulado “O Sujeito e o Poder”, que o objetivo do seu trabalho “não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, pelo contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos”. (FOUCAULT, 2010b, p. 273).

Michel Foucault buscou explicitar em seus trabalhos três modos de objetivação pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos. O primeiro deles envolve o estatuto de ciência, buscando compreender a objetivação do sujeito do discurso, na filosofia e na lingüística; como se torna sujeito produtivo e que trabalha, na economia; e a objetivação do sujeito estar vivo, na biologia. A segunda linha de trabalho se refere a “práticas divisoras”, no qual busca compreender o processo de objetivação do sujeito por meio da divisão do próprio sujeito com ele mesmo e na relação que estabelece com os outros, por meio de explicitações sobre o louco

e o são, o doente e o sadio, os criminosos e “os bons meninos”. Na terceira parte do seu trabalho já busca entender como os homens tornam-se eles mesmos sujeitos para si, e para isso escolheu estudar o domínio da sexualidade. Desse modo, Foucault (2010b) ressalta que “não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (p.274).

Apesar de admitir que se envolveu bastante com a questão do poder, Foucault (2010b) compreende que “enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, igualmente é colocado em relações de poder muito complexas” (p. 274). Mas, pareceu-lhe que para a compreensão das relações de produção e de significação havia instrumentos, porém para as relações de poder aponta não ter ferramentas de estudo. É diante disso, que expõe o que chama de “necessidades conceituais” e ainda acrescenta que se faz necessário o conhecimento das condições históricas que motivam tal conceituação e o tipo de realidade com a qual lidamos/estudamos. Explícita, neste intuito de compreensão do poder, o cuidado necessário para a não generalização, pois “seria mais prudente não considerarmos como um todo a racionalização da sociedade ou da cultura, mas analisá-la como um processo de vários campos, cada um com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade, etc.” (FOUCAULT, 2010b, p. 276).

Como estratégia que Foucault (2010b) aponta para a possibilidade de entendimento das relações de poder, sugere

[...] usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. [...] Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. [...] Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade. É o que se compreende por legalidade no campo da

ilegalidade. E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações (p. 276)

Esclarece que as relações de poder podem ser notadas e são vivenciadas na vida cotidiana, sendo que marcam os sujeitos a partir de sua própria individualidade e “impõe-lhe uma lei de verdade”, a qual pode ser reconhecida no sujeito e tal “marca” é legitimada na relação com os outros. Assim, nas palavras de Foucault (2010b) “é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (p.278).

Mas, quando se refere ao termo “sujeitos”, Foucault (2010b) enfatiza tanto o entendimento de sujeito aos outros, por meio do controle e da dependência, se referindo deste modo, entre outras, às práticas de dominação e exploração em que as relações de poder se efetivam; quanto à dinâmica do sujeito ligado a sua própria identidade, através da relação que estabelece com o meio social do qual faz parte e, por outro lado, consigo mesmo, se referindo às práticas de individualização, que possibilitam a efetivação de poderes sobre indivíduos singulares. Assim, ambas as práticas, as relações de poder e saber engendradas, subjugam e sujeitam.

Nesse sentido, fundamentando-se nos direcionamentos de Michel Foucault buscamos compreender a subjetividade sob um olhar crítico, mas tal compreensão pautada na criticidade exige, como nos aponta Prado Filho (2006), “desnaturalizar, desessencializar, destacando o caráter maquínico de produção, estendido agora ao sujeito, mostrando que sua liberdade e sua própria humanidade são historicamente construídas” (p. 19). Sob esta perspectiva, quando nos referimos à subjetividade, é oportuno salientar que esta não é compreendida como sendo natural, essencial, ou mesmo universal. Não é entendida como algo “interior” ao sujeito, pois como afirmam Prado Filho; Martins (2007) “interioridade” e “subjetividade” são enunciados de proveniências diversas, já que “assim como o Cristianismo inventou a interioridade, a modernidade inventou a subjetividade”

(p.17).

Pensar a subjetividade sob um olhar crítico implica considerá-la como “resultado e efeito das relações de saber/poder e remete a sujeitos diversos que não são o sujeito universal da razão, da cognição, ou da consciência, nem o sujeito autônomo, livre, ator ou agente” (Prado Filho; Martins, 2007, p.17). Assim, a subjetividade não seria um “centro” do sujeito, nem mesmo “ego”, uma substância, ou “inconsciente”, mas resultado de uma construção social em que se implicam reciprocamente poder, saber e sujeito. No entendimento de Michel Foucault, é a partir da compreensão dos movimentos de subjetivação e de objetivação, que se pode compreender a produção de subjetividade.

A questão é determinar o que deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu status, que posições deve ocupar no real ou no imaginário, para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento; em suma, trata-se de determinar seu modo de ‘subjetivação’; pois este não é evidentemente o mesmo quando o conhecimento em pauta tem a forma de uma exegese de um texto sagrado, de uma observação da história natural, ou de uma análise do comportamento de um doente mental. Mas a questão é também e ao mesmo tempo de determinar em que condições alguma coisa pode tornar-se um objeto para um conhecimento possível, como ela pôde ser problematizada como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte pôde ser submetida, que parte dela própria que é considerada pertinente. Trata-se, portanto, de determinar seu modo de objetivação, que tampouco não é o mesmo de acordo com o tipo de saber em pauta. (FOUCAULT, 2010c, p. 235).

Sendo a subjetividade uma produção, e entendendo que esta se dá de modo diferenciado dependendo do contexto histórico cultural, cabe atentar para as práticas exercidas historicamente, nas quais se polarizam discursos, se constroem as qualidades que se amarram no corpo dos sujeitos, e que os individualizam (Prado Filho; Martins, 2007). Desse modo, é interessante perceber quais articulações de poder e saber estão engendradas na produção do sujeito.

Mas, buscar a compreensão do poder de modo crítico envolve considerar não um “poder fundamental”, mas relações de poder. Foucault (2010b) evidencia em que consiste a especificidade das relações de poder, e esclarece que “só há poder exercido “uns” pelos “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apóia em estruturas permanentes” (p.287). Foucault (2010b) busca investigar de forma crítica a temática do poder, desconsiderando que possa existir um “poder” genérico e que exista por si só.

Nessa direção, quanto ao exercício do poder exercido cotidianamente, não pode ser confundido com violência e também não é da ordem do consenso; nem mesmo se trata da violência ou do consenso de modo “camuflado”. O exercício do poder se refere a

[...] um conjunto de ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento de sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2010b, p. 288).

Desse modo, na medida em que o sujeito é objetivado por determinados saberes, por práticas discursivas e de modo

diferente na história, é perpassado por relações de poder, é marcado individualmente, possibilitando no âmbito dos enfrentamentos, a produção de efeitos de subjetividade. Assim, na amplitude dos trabalhos de Michel Foucault, podemos apreender que se articulam continuamente sujeito x poder x saber, de modo que tais elementos são indissociáveis e se implicam reciprocamente entre si (Prado Filho, 2006). Mas, é interessante enfatizar que tais articulações entre saber, poder e subjetividade acontecem no âmbito das lutas, dos enfrentamentos das mais variadas formas.

Cabe evidenciar que quanto às especificidades das relações de poder, Foucault (2010b) se refere ao termo “conduta”, destacando que “o exercício de poder consiste em “conduzir condutas” e ordenar a probabilidade” (p. 288). Nesse sentido, se trata mais da ordem de “governo” (maneira de dirigir a conduta dos indivíduos), do que do afrontamento entre as pessoas. Assim, para Foucault (2010b) o poder somente é exercido sobre “sujeitos livres”, ou seja, sujeitos (individuais ou coletivos) diante de diversas possibilidades de condutas, reações ou comportamentos, esclarecendo que a escravidão não pode ser considerada uma relação de poder. Além disso, Foucault (2010b) compreende que as relações de poder se engendram profundamente nas práticas sociais. Para ele, “viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo a que seja possível para alguns agir sobre os outros. Uma sociedade “sem relações de poder” só pode ser uma abstração” (p.291).

No entanto, as formas de dominação e identificação impostas aos sujeitos, além de se darem através de relações de poder e saber, também podem ser compreendidas a partir de jogos de verdade. Tais jogos devem ser entendidos, segundo apontam Nardi; Silva (2009), “como um conjunto de procedimentos que conduzem a uma verdade, que pode ser considerada, em função de seus princípios e de suas regras, como válidas ou não” (p. 145). Mas, antes disso, cabe considerar que através das verdades legitimadas em um determinado grupo social é que se efetivam relações de poder sobre os sujeitos e, da mesma forma, podem acontecer as diferenciações destes perante

outros. As “verdades” marcam os sujeitos, os ligam a determinadas identidades. Desse modo, se dão as práticas de controle que se realizam nas sociedades através de diversos dispositivos. Como ressaltam Nardi; Silva (2009), numa determinada sociedade e num tempo histórico, “podemos dizer que o controle se produz por meio da incorporação da norma, sustentando-se em modos de dominação dependentes da construção da idéia de uma interioridade única, singular e autônoma do sujeito” (p.146)

A compreensão histórica de como se dá a produção de corpos e subjetividades, pode ser encontrada associada, por sua vez, ao desenvolvimento de técnicas de avaliação, comparação e classificação entre sujeitos individualizados, acabando por compor práticas de normalização. Tais práticas de normalização se encontram dispersas em nosso meio social, legitimadas por diferentes disciplinas, meios e instituições, que visam marcar as identidades situando-as em relação à média, comparando-as, mas também isolando, conhecendo, classificando e nomeando, permitindo diferenciar se há uma normalidade ou anormalidade. Entretanto, as práticas de normalização também remetem ao conceito de norma em nossas sociedades, possibilitando diferenciar as identidades e marcá-las em relação às regras conduta, aos princípios de regularidade funcional, aquilo que se opõe à irregularidade e à desordem, aquilo que se opõe ao patológico e ao mórbido.

Assim, podemos falar de um poder que incide sobre a vida das populações e, ao mesmo tempo, de cada um dos indivíduos, buscando regular, produzir, potencializar, e no mesmo movimento docilizar, ao qual Michel Foucault denomina de biopoder. Enquanto as técnicas disciplinares, oriundas de um exercício de poder capilar e milimétrico incidia sobre os corpos dos sujeitos, através de práticas de vigilância, regulando atividades, relações, condutas e gestos, bem como o tempo dos indivíduos, normalizando-os com o intuito de produzir corpos dóceis, úteis e produtivos ao capital, mais precisamente do século XVII até meados do século XVIII, as técnicas de vigilância e as biopolíticas se desenvolveram e se utilizaram ao longo do século

XVIII, passando a ter como foco as populações, no sentido de vigiar e de regular a vida cotidiana de todos e de cada um.

Prado Filho (2010) aponta que as tecnologias disciplinares e de vigilância podem ser consideradas condições de possibilidade para o que vivenciamos hoje de maneira sutil: um biopoder que promove práticas de individualização. Pois, “diferentemente de um exercício de poder que proíbe, interdita, reprime, a norma refere-se a uma tecnologia política da vida, dos corpos, da subjetividade” (PRADO FILHO, 2010, p.185). Assim, podemos falar de biopolíticas, e de uma sociedade de biopoder que tem o intuito de governar a vida, as condutas, produzir corpos/subjetividades individualizados, normalizados e ligados a uma identidade, o que implica um exercício político diverso, minucioso, individualizante e, por isso, subjetivante.

A produção de subjetividade em nosso tempo é possível de ser compreendida a partir do que aponta Prado Filho (2010):

Mas, como são produzidos os indivíduos em nossas sociedades? Pela ação articulada das disciplinas anátomo-políticas de produção de corpos, envolvendo procedimentos de separação, que individualizam, marcam e ligam sujeitos a identidades, que por sua vez, implicam formas de visibilidade social e de existência subjetiva. Aliás, esta é uma figura multifacetada e polissêmica que transita por variados discursos e é objeto de uma multiplicidade de práticas sociais em nossa cultura: de um território jurídico-político, em termos de procedimentos de identificação policial e marcação de cidadania, aos domínios das ciências humanas e sociais, envolvendo a produção e o reconhecimento de identidades sociais e individuais, perante si mesmo e em relação aos outros; se esquecer, ainda, suas extensões no campo da economia, em termos de marcação de uma identidade

econômica, produtiva e de consumo. As práticas de identificação de indivíduos envolvem jogos de diferença e repetição: repetir-se para fazer-se estável, portanto idêntico perante os outros e si mesmo, e, ao mesmo tempo, marcar a própria singularidade, afirmando sua diferença em relação aos outros. Os jogos de identidade apresentam, portanto, implicações de caráter social e psicológico à medida que envolvem formas de reconhecimento aos outros e por si mesmo, movimentos de objetivação e subjetivação de formas “cristalizadas” de existência coletiva e individual. Nesse sentido, a colagem da identidade ao indivíduo promove a estabilização da sua conduta, além de garantir certa previsibilidade ao seu comportamento, podendo-se afirmar que essa forma de marcação social é justamente aquilo que liga o sujeito aos poderes (PRADO FILHO, 2010, p. 187).

Contudo, procurar entender a subjetividade sob este olhar, a partir de como se efetivam os jogos de poder sobre os corpos, mas também sobre a vida, sobre as identidades, implica em desnaturalizar, inclusive, as concepções do psicológico, desmontar “verdades” aceitas de forma acrítica no domínio das psicologias, da psiquiatria, as quais se associam a dispositivos, bem como são reproduzidas em outros âmbitos.

Da mesma forma que Foucault (2010) se refere à situação de que nem todas as relações de poder dadas são necessárias e nem mesmo que vivamos perante o “poder” de modo que este se apresente como uma “fatalidade incontornável”, é possível pensar em linhas de fuga ao poder e ao saber, linhas de fuga às construções de verdade. Pey; Bacca; Sá (2004) esclarecem que uma possibilidade de linha de fuga para o sujeito se mostra justamente se “ele considerar que identidades construídas para servir às relações de poder-saber de dominação são,

constantemente, “grudadas” nele” (p.104).

As práticas de dominação, de assujeitamento ocorrem nas práticas sociais, mas também através destas práticas que os sujeitos se subjetivam, tornam-se o que são, e ao mesmo tempo buscam resistir, fugir de identidades, de marcas, através das linhas de fugas. Assim, o sujeito, por meio das linhas de fuga

no nível das relações estratégicas, da batalha, ele pode realizar, produzir efeitos de poder de resistência. E no nível da própria subjetividade, ele pode criar espaços de liberdade. E pensar diferentemente, viver diferentemente, não assumindo como naturalmente suas as identidades “grudadas”. E não estando nem um pouco preocupado com como o rotulam, muito menos com rotular-se ou enquadrar-se, identificar-se com atributos de identidade naturalizados, institucionalizados, espécie de prateleira de máscaras prontas para vestir de acordo com a ocasião. (PEY; BACCA, SÁ, 2004, p.105)

Nessa mesma direção de enfatizar possibilidades de transgredir as práticas de saber, resistir às relações de poder, e efetuar práticas de liberdade, Foucault (2010b) enfatiza que a problematização das relações de poder é uma ação política incessante, e que deve ser inerente a toda existência social. Assim, nos provoca a refletir quando escreve que “o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (p. 283). Acrescenta que

[...] o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não é tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga.

Temos de promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos (FOUCAULT, 2010b, p. 283)

Foucault (2010b) evidencia sua proposta de compreensão e, ao mesmo tempo, envolvimento político, através de um movimento de estranhamento do que viemos considerando como sendo “natural”. Nos orienta, por meio de seus escritos, a entender o processo de desnaturalização do que somos, vivenciamos ou presenciamos. É possível entender que em nossos estudos o movimento não deva ser somente de crítica às instituições, às formas de saber construídas e legitimadas, às estratégias de poder efetivadas, ao discurso posto em prática, mas também um movimento de resistência às identidades que são por tais práticas marcadas, produzidas e que vem sendo por muito tempo reforçadas por dispositivos diversos, mais finos, mais sutis. A partir desses apontamentos, passamos a expor nosso entendimento acerca da mídia, que de diferentes modos participa da produção de subjetividade.

1.2 Mídia: alguns atravessamentos

Na contemporaneidade, a presença cada vez mais intensa das tecnologias comunicacionais e digitais nas mais variadas esferas da vida acaba por reorganizar as experiências cotidianas, possibilitando novos modos de relação entre os indivíduos. É desse modo, no cenário do capitalismo e da globalização, que a mídia tem tomado dimensão e relevância no mundo contemporâneo.

Pode-se pensar que os meios comunicacionais ganham a denominação de mídia à medida que intensificam sua produtividade, por meio da modernização das tecnologias e da profissionalização dos serviços prestados na área comunicacional, desse modo passando com intensidade a atingir à coletividade, sendo por alguns autores considerados como “meios de

comunicação de massa”. Conforme Rabaça; Barbosa (2002) mídia se refere à grafia aportuguesada da palavra inglesa *media*, que é o plural de *médium*, a qual em latim significa “meio”. Assim, ao falar de mídia estamos nos referindo aos diferentes meios comunicacionais, tendo como principais expressões, o jornal, o rádio, a televisão, e, mais recentemente, a internet. Tais meios de comunicação possuem especificidades, podendo veicular fotografias e recorrer a diversos saberes relacionados à temática, com o intuito de descrever com certa riqueza de detalhes o que está sendo noticiado, como é característico do jornal.

Contudo, os meios comunicacionais também se denominam, como “imprensa”, mas este termo se refere mais expressivamente ao jornalismo, pois, como aponta Gomes (2003), o original da palavra imprensa tem por significado imprimir, que é derivado do latim *imprimere*, e se refere à ação de marcar, gravar. Passa a adquirir a partir do século XVI, em decorrência das tecnologias desenvolvidas nesta época, o significado de “*estampar por meio da pressão do prelo*”. Em decorrência da facilitação e expansão do processo de impressão, “imprimir passa a significar publicar pela imprensa, palavra que surge por volta de 1813, (...) justamente quando as publicações se multiplicam e os jornais, dos quais ela se torna sinônimo, têm seu impulso originário” (GOMES, 2003, p.28). Tais apontamentos esclarecem que o jornalismo pode ganhar a denominação de mídia impressa ou imprensa.

No entanto, se busca explicitar o entendimento da mídia a partir do pensamento de Michel Foucault, e a partir dos apontamentos de outros autores, com o intuito de explicitar a dimensão da não-neutralidade do discurso midiático, e sua articulação entre relações de poder, saber e produção de subjetividade. Nessa direção, é interessante apontar alguns trabalhos acerca da mídia. Gomes (2003) articula o entendimento de “palavras de ordem” de Gilles Deleuze e Félix Guatarri e o de “dispositivo” de Michel Foucault, para apontar como se dão as relações de poder no jornalismo e em outros discursos midiáticos.

Já Marocco (2004) ao escrever como o discurso

jornalístico porto-alegrense do final do século XIX e meados do século XX se referia às “prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos”, evidenciando a mídia como um dispositivo disciplinar, evidenciando tal noção a partir de como Michel Foucault o entende. Em um trabalho que visa explicitar o conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos, Klein (2007) defende a compreensão da mídia como dispositivo, por entender que tal conceitualização consegue apreender a totalidade e a complexidade dos processos midiáticos, onde são consideradas as diversas relações e dimensões colocadas em jogo neste âmbito.

Desse modo, cabe ressaltar o que se pode entender por “dispositivo”, o qual é compreendido nas palavras de Foucault (1998) como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre estes elementos (p. 244).

Foucault (1998) acrescenta, quanto à articulação que pode existir entre tais elementos heterogêneos, que “entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser diferentes” (p. 244). Assim, o dispositivo é marcado pela heterogeneidade, não possuindo uma configuração específica. Apesar disso, ressalta que um dispositivo tem uma função estratégica dominante, pois o entende como um tipo de formação que tem como papel responder a uma urgência, em dado momento histórico.

Deleuze (1990), ao explicitar o que se pode entender por dispositivo nos trabalhos de Foucault, aponta que este é marcado pela multilinearidade. Segundo ele, um dispositivo implica a

articulação entre variadas linhas, e entre elas estão as linhas de força, que se produzem de um ponto a outro do dispositivo, passando por todos os lugares. De modo invisível e indizível, a linha de força está estreitamente embaraçada com outras linhas, não podendo ser distinguida destas, pois esta linha trata da dimensão de poder em um dispositivo, e esta se articula com o saber.

Nessa direção, é interessante esclarecer que quando nos referimos à mídia sob a perspectiva de Michel Foucault, a compreendemos como um meio que articula diversos “dispositivos”, dá visibilidade e legitimidade a estes, já esta tem como característica ser atravessada por vários discursos, mas sendo também produtora destes. Nesse sentido, quando falamos de discurso em Foucault não nos referimos a termos lingüísticos, nem mesmo tratamos da interioridade de um texto, mas sim de sua exterioridade, pois os discursos ocupam uma função no interior de uma dada sociedade. O discurso, nesse sentido é prática, está ligado a constituição de um determinado tipo de saber e sua legitimidade em um determinada época e organização social, já que envolve jogos de poder, jogos de verdade. Com relação ao discurso, Veyne (2008) busca esclarecer qual o entendimento de Michel Foucault e aponta que

a palavra *discurso* ocorre tão naturalmente para designar o que é dito quando o termo prática para designar o que é praticado. Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que é assim dito. Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes. Se se prefere, há sob o discurso consciente, uma gramática, determinada pelas práticas e gramáticas vizinhas, que a observação atenta do

discurso revela, se consentirmos em retirar os amplos drapeados que se chamam ciência, filosofia, etc. (...) Então, vemos que o discurso não é nem semântica, nem ideologia, nem implícito. Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que elas não nos enganam, que nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais, (...) enquanto essas coisas não passam de correlato das práticas correspondentes. (p. 252).

O discurso envolve jogos de enunciação, pois é o enunciado que articula os elementos de um discurso num espaço onde seus efeitos se multiplicam e se acumulam. O enunciado não deve ser compreendido como uma das partes que compõe o discurso, nem mesmo como frase ou proposição, mas deve ser considerado em sua multiplicidade e sua dinâmica. Como função, o enunciado põe em relação os diferentes componentes do discurso, sem, contudo, lhes conferir um “sentido”, mas sim os colocando em jogo com um conjunto de objetos; antes de relacioná-los a um sujeito, indica para uma diversidade de posições subjetivas possíveis. Ao qual o enunciado se liga é um conjunto de domínios nos quais ganham visibilidade e diferenciam-se sujeitos e objetos nas suas interrelações. (Prado Filho, 1998).

Assim, outro aspecto que marca um dispositivo são os efeitos de subjetivação que este produz, e que também é entendido como uma linha, já que não se dão isoladamente e se configuram de modo articulado com as outras linhas que fazem parte do dispositivo. Conforme aponta Deleuze (1990),

uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo: ela está pra se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou o faça possível. É uma linha de fuga. Escapa às linhas anteriores, *escapa-lhes*. O si-

mesmo não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos (p. 3).

Nesse sentido, no interior de um dispositivo, do mesmo modo que as outras linhas, as de subjetivação também não possuem uma forma geral (Deleuze, 1990). O processo de produção de subjetividade, em um dispositivo, se dá por meio de jogos de objetivação e subjetivação. A objetivação se refere à colocação de corpos e subjetividades como objetos para o saber e poder, implicando em uma diversidade de sujeições, disciplina, controle, além da produção de indivíduos concretos, como os “delinquentes”, presos a identidades visíveis. Já o processo de subjetivação se refere a uma relação do sujeito consigo mesmo, no sentido de se reconhecer como um sujeito do enunciado, sujeito de um determinado “discurso de verdade”, de uma norma, fazendo com que ele acabe por se produzir, a partir de um trabalho e prática sobre si, conforme exposto pelo discurso exercido ou a norma. (Prado Filho, 1998).

Assim, é possível entender que a mídia ao se legitimar através da construção de “verdades”, através dos recursos de que faz uso na construção de notícias, e através de jogos de saber-poder, produz subjetividades. Assim, cabe evidenciar que a notícia, conforme o entendimento de Rabaça; Barbosa (2002) se apresenta como “um relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público” (p. 418). Para os autores, toda a atividade jornalística se desenvolve em torno da notícia, mas o que delimita o que será notícia ou não, é seu caráter de interesse público, além de critérios como: novidade, imprevisibilidade, proximidade e consequências para a comunidade. Podemos entender que tais recursos possibilitam inúmeras articulações.

Deleuze (1990) se refere ao dispositivo como sendo “um novelo ou meada, um conjunto multilinear” e que é composto por “linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura

que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição” (p. 6). É justamente por meio da articulação de diversos dispositivos que a mídia, em sua heterogeneidade, como um polvo com diversos tentáculos, produz efeitos de subjetividade, amarra os sujeitos a identidades.

Acerca deste embaraçamento de linhas, do jogo existente entre estas, as quais se configuram de forma concreta na cotidianidade, e por meio dos quais a mídia se faz prática, Pey, Bacca e Sá (2004) evidenciam que o que é possível notar nos discursos, no que acontece, mas que muitas vezes não é falado ou não está escrito, como que em seus meandros, “é uma guerra, é uma luta de todos contra todos. Cada um usando as armas que pode ou sabe, a que convém utilizar em função do jogo de interesses, de relações de poder, de dominação ou de resistência”. (p.94)

Nessa direção é que podemos entender como se dá a produção de subjetividade através dos dispositivos, pois como aponta Deleuze (1990)

Aquele que se subjetiva, são tanto os nobres - os que dizem, segundo Nietzsche, “nós os bons” -, como os (mesmo que em outras condições), os excluídos, os maus, os pecadores ou ainda os eremitas, ou as comunidades monacais, ou os heréticos: toda uma tipologia das formações subjetivas, em dispositivos móveis. E por todos os lados, há emaranhados que é preciso desmesclar: produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro, em outras formas ainda por nascer (p. 4).

Assim, não podemos nos referir a um sujeito livre, que age por vontade própria, com uma razão, como autônomo, mas de um sujeito que se relaciona com “verdades” produzidas nas práticas

sociais, dessa forma, tomando como suas, subjetivando-as, e as tornando como suas próprias “verdades interiores”, como um meio de reagir. Nesse sentido, podemos nos referimos a “modos concretos de subjetivação onde o sujeito encontra-se preso a jogos de verdade que leva a efeito consigo mesmo, buscando exercer concretamente sua liberdade como linha de fuga e resistência aos poderes e modos de assujeitamento” (PRADO FILHO, 2006, p. 15)

Nesta mesma direção, acerca de mídia e a produção de modos de subjetivação, Hennigen (2006) ressalta que

A mídia é uma das instâncias sociais que produz cultura, veicula e constrói significados e representações – produz verdades – a respeito dos seres humanos e do mundo. Contudo, importantíssimo frisar, a subjetivação não é produzida pela força, o poder não anula o sujeito: onde há poder, há resistência. (p. 48)

Mas, quando nos referimos à mídia e sua compreensão atrelada a dispositivos que ela põe em jogo e traz à cena, cabe atentar ao cuidado apontado por Deleuze (1990), o qual esclarece que para o entendimento de um dispositivo deve haver uma recusa aos universais, já que os elementos que compõe cada dispositivo se organizam, se articulam e operam de modo diferenciado de outro dispositivo. Em segundo lugar, aponta que todo dispositivo detém uma novidade e criatividade que marca sua capacidade e ou possibilidade de se modificar, ou se quebrar em detrimento de um dispositivo futuro, não sendo possível, dessa forma, pensar em eterno, mas sendo necessário apreender o novo. Assim, a mobilidade é uma das características do dispositivo, pois as linhas que o compõe constantemente se reconfiguram. Outro aspecto que é interessante destacar na compreensão do dispositivo é sua não visibilidade, pois como este se reconfigura com facilidade e é marcado pela mobilidade, de sutileza, toma outras formas, se organiza por outros meios.

Nesse sentido, é importante ressaltar a mobilidade da

mídia, a qual se metamorfoseia, ora visando promover diversão, através de programas de entretenimento; ora se mostra como um meio que informa, ao evidenciar temas que se considera como relevantes para a população, como saúde, educação, e mercado de trabalho; ora questiona certos temas com o intuito de se mostrar como uma instância fiscalizadora, bem como promotora de justiça, como em programas ou reportagens com cunho investigativo.

Apesar de Foucault não ter tratado em seus trabalhos da problemática que envolve a mídia, aponta para seu surgimento na articulação com outros dispositivos e no processo de constituição de uma dada realidade e contexto. Tratando da temática das prisões, da delinqüência, da disciplina e da norma, Foucault (1998) afirma que

Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Onde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes (p. 133).

Nesse sentido, o discurso da mídia participa dos processos de individualização, mas também da produção de realidade. Assim, à medida que organiza a multiplicidade de acontecidos em notícia, a mídia nos aponta certos temas e nos leva a crer que estas é que são as questões relevantes sobre as quais nos cabe pensar e ter um posicionamento.

É através do recurso do espetáculo, da dramaticidade e de modo sensacionalista, que o discurso midiático produz identidades, simpatias e posicionamentos. Constrói a figura do

bandido, do mocinho, do “criminoso perigoso” e do herói. A mídia, os jornais e as páginas policiais reafirmam os saberes e as práticas sobre a delinquência, ou orientam as pessoas a questionarem tais práticas. (Gomes, 2003; Hennigen, 2006).

Nessa direção, podemos pensar que é de modo sutil, fino, que a mídia exerce o controle sobre os indivíduos, efetua a diferenciação entre estes, bem como organiza o espaço social. Nesse sentido, é possível entender como o indivíduo que possui acesso aos mais recentes acontecimentos, por meio da mídia, é valorizado e passa a se diferenciar. É desta forma que as mais diversas configurações midiáticas ganham importância e são consideradas pelas pessoas como um meio de informação, de conhecimento. Contudo, Deleuze; Guatarri (1995) ao desconstruírem o entendimento de que a linguagem seria informativa e comunicativa, se referem a “palavras de ordem”, e nos possibilitam repensar os meios de comunicação como veículos de informação. Segundos os autores,

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que um ato se realiza no enunciado (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 16-17).

No entanto, o discurso midiático afirma sua legitimidade e ganha um caráter de “informação” por construir “falas autorizadas”, processar discursos elaborados em múltiplos campos de saber. Conforme apontam Gomes (2003), Marocco (2004) e Hennigen (2006), nos veículos de mídia impressa referir-se a “especialistas” é uma constante. No âmbito televisivo, a constituição de personagens como médicos, educadores,

possibilita a veiculação de “verdades” através deles. A própria configuração das novelas e outros recursos de entretenimento não deixam de fazer uso de assuntos polêmicos ou de questões que estão socialmente em debate para possibilitar a idéia de que a mídia fala e pode falar sobre o nosso tempo e o que estamos vivendo, tendo “autoridade” para isso, como ressalta Hennigen (2006).

Acerca destes atravessamentos discursivos, Maingueneau (2008) defende a ideia de que discursos que denomina de constituintes, situando entre eles o discurso religioso, científico, filosófico, podem ser encontrados dispersos em discursos não constituintes, entre eles o midiático, o que possibilita que se configurem como “consagrados”, justamente pelos discursos constituintes “não reconhecerem discursividade para além da sua e de não poderem se autorizar senão por sua própria autoridade” (p. 38). Ao mesmo tempo é possível pensar que há um contante entrelaçamento de discursos, dando sentido aos atos da coletividade, já que os discursos constituintes aparecem ao mesmo tempo no interior dos outros discursos, como também no seu exterior, fazendo parte do “cenário”. Dessa forma, os discursos científicos, entre outros, atravessam, mas também são atravessados por outros discursos (Maingueneau, 2008).

Contudo, nesse jogo multilinear em que se configura a mídia, possibilitando a esta se articular com os mais variados saberes, práticas, discursos e dispositivos, não cabe considerar as ações individuais exercidas pelos agentes que fazem parte do âmbito comunicacional. Conforme as palavras de Klein (2007):

No dispositivo entendido por Foucault, não contam as ações individualizadas dos sujeitos envolvidos, mas sim as ações relacionadas e os resultados em conjunto. Assim, as ações sociais não podem ser compreendidas como dos indivíduos, mas sim dos dispositivos, onde cada um opera uma parte do conjunto de ações que o constituem. (p.217)

Nesse sentido, entendendo a mídia a partir do pensamento de Michel Foucault, considera-se que há um entrelaçamento indissociável entre saber, poder e subjetividade, onde o saber e o poder estão articulados na dimensão da produção de algo, na configuração de dispositivos, nas práticas sociais compreendidas como disciplinadoras e normalizantes, e a subjetividade é da dimensão dos efeitos. Assim, como aponta Zanella et al (2006) cabe estudar de que modo as relações de saber e poder se articulam através do discurso midiático para a produção de subjetividade e identificar que modos de sujeição e assujeitamento estão em jogo.

No entanto, as formas e relações engendradas pela mídia na produção de realidade, de “falas autorizadas”, também são utilizadas por estas para a produção e para a identificação dos “suspeitos”, dos doentes, dos “discrimináveis”, dos “perigosos”, dos “delinqüentes” (Marocco, 2004). Nessa direção é que a seguir apontamos como os criminosos são historicamente considerados e quais práticas relacionadas a estes foram sendo produzidas.

1.3 Criminalidade e o discurso da mídia: entrelaçamentos

É por meio da mídia, em suas mais variadas formas e configurações, que o discurso da violência ganha visibilidade e extensão, de modo que atos criminosos acabam por gerar uma sensação de insegurança e medo ao nosso modo de vida. Contudo, tanto a extensão da violência e da criminalidade são produzidas, da mesma forma que a insegurança e o medo. Tal produção se dá para a sustentação e legitimidade de certas práticas, instituições e saberes. Nesse sentido, a mídia constitui-se como uma espécie de boletim cotidiano de alarme, incitando algum “perigo” que precisa ser combatido, ou de vitória, anunciando justiça, punição, prisão, atitude de proteção, segurança que foi tomada. (Foucault, 1996).

Coimbra (2001) busca identificar como as práticas de “combate” aos criminosos exercidas pela mídia, em conjunto com

as instituições policiais, os discursos de segurança pública e as práticas judiciárias, passam a ser considerados por grandes segmentos populacionais como temáticas que lhes dizem respeito e como estes passam a concordar que as torturas e as práticas de eliminação efetuadas são aspectos necessários para conter a violência. Conforme a autora “desde que aplicadas aos “diferentes”, aos “marginais” de todos os tipos, tais práticas são em realidade aceitas, embora não defendidas publicamente, como a pena de morte, por exemplo” (COIMBRA, 2001, p. 215). Ela acrescenta que é a convivência por parte da população que acaba por consolidar as práticas hoje em exercício, ditas de “segurança pública”. Estas práticas são realizadas com o intuito de “varrer”, fazer uma “limpeza” dos “anormais”, dos “criminosos”, como “erva daninha” que cabe ser eliminada do solo.

Contudo, cabe considerar que tal condição de insegurança e medo nos nossos dias difundida, e as práticas de “varredura” dos criminosos, não são produzidas somente através da mídia, mas de modo articulado como, no decorrer da história, a condenação aos criminosos e o sistema penal foram sendo organizados. Nesse sentido, o criminoso é uma figura também datada. Conforme Foucault (1996), a população teve participação efetiva, durante os séculos, em diversas práticas sobre os corpos dos que se insurgiam contra o poder. Entre elas, os suplícios que eram exercidos correntemente entre os séculos XIII e XVIII, perante o público. A importância do ato estava na confissão do transgressor, pois dessa forma os suplícios podiam levar o sujeito à redenção se, a frente de todos, confessasse a verdade acerca do crime cometido. A tortura era exercida conforme a gravidade do crime, o qual era considerado como uma afronta ao soberano. Nesse sentido, não havia a figura do criminoso, como também não havia “justiça”; somente havia a vingança do rei perante o que foi cometido pelo transgressor.

É com o advento do capitalismo, no século XVIII e início do século XIX que nasce o criminoso e as práticas de suplício irão desaparecer, de modo que as punições físicas acabam ganhando uma dimensão negativa. Os castigos não devem mais se voltar para o corpo, mas para a “alma” do criminoso. É a partir

dessas mudanças que é produzido o conceito de periculosidade, em que o sujeito deve ser avaliado, não somente pelos atos por ele cometidos, mas também pelos atos que poderá vir a cometer. Esta noção de indivíduo perigoso é que possibilitou, a partir dos grandes crimes sem motivo, no século XIX, ao judiciário, articulado a um saber psiquiátrico, e como num *continuum*, compreender, organizar, codificar a suspeita e a “identificação dos indivíduos perigosos, da figura rara e monstruosa do monomaníaco àquela, frequente, cotidiana, do degenerado, do perverso nato, do imaturo, etc.” (FOUCAULT, 2010c, p. 23). Desse modo, o infrator passa a ser objeto de saber para a aplicação de mecanismos de punição, donde há a invenção das mais diversas disciplinas, mas estas moldadas “não somente a partir do que os homens fazem, mas a partir do que eles são ou daquilo que se supõe que eles sejam” (FOUCAULT, 2010c, p. 23).

Assim, a figura do criminoso/delinquente passa a ser problematizada pelos diversos saberes e práticas, não somente pelas infrações cometidas, mas quando se busca remontar às causas dos seus crimes, de modo que sua vida caberá ser conhecida. O delinquente se diferencia de um mero infrator ou transgressor, quando a sua biografia passa a fazer parte da análise das circunstâncias do crime cometido e da prática penal. Desse modo, passa a se constituir como que “por trás” do infrator, a quem se pode atribuir a responsabilidade e autoria de um delito, o caráter do delinquente, de modo a ser problematizado o seu “temperamento”, os seus “instintos”, as suas “tendências”. Faz-se existir a figura do “criminoso” antes do crime, da mesma forma que há necessidade de diferenciá-lo dos outros indivíduos, considerados normais e íntegros. Esta diferenciação é justificada, pois o criminoso não é mais considerado como adversário do soberano que, ao cometer um crime, afronta o rei, mas passa a ser produzido como um inimigo social e que cabe ser afastado (Foucault, 1996).

Como inimigo social, o criminoso/delinquente, da mesma forma que outras ameaças, como o louco, o desviante da norma, o ocioso, deve ser “combatido”, afastado, e “tratado”. Não somente

seu corpo deve ser disciplinado, mas também seus comportamentos, suas atividades, seu tempo, seu “ser”. Nesse sentido, é que se produzem as práticas disciplinares, garantidas por meio da vigilância constante, institucionalizadas na escola, nos hospícios, na prisão, nos internatos. Tais práticas de vigilância e de disciplina passam a ter por função a produção de corpos dóceis destinados ao trabalho, ao cumprimento de normas, mas adestrando fundamentalmente seu “espírito”, como medida de prevenção, de evitar a reincidência no crime, sendo que a criminalidade cabe ser enfrentada para impedir seu “alastramento” pelo contexto social e a ampla “contaminação” de outras pessoas.

Hoje, pode-se dizer que o discurso da delinquência se estende do âmbito criminal para o cotidiano de vida dos indivíduos. Isto pode ser compreendido como um processo de criminalização das condutas cotidianas, como as relações familiares, por meio da criminalização da violência doméstica, e o ato de fumar, sendo proibido de ser exercido em locais fechados. Desse modo, se disseminam as práticas disciplinares não mais somente por meio de instituições clássicas, mas de modo sutil e fino por toda a sociedade. Podemos dizer que a mídia é uma destas contemporâneas instâncias disciplinares, fazendo parte do “grande *continuum* carcerário”. Conforme aponta Foucault (1996), é a partir de meios disciplinares difusos, que se alastram “as técnicas penitenciárias até as disciplinas mais inocentes, transmitem as normas disciplinares até a essência do sistema penal, e fazem pesar sobre a menor ilegalidade, sobre a mínima irregularidade, desvio ou anomalia, a ameaça da delinquência” (p. 260).

Através da produção de notícias é que a mídia demarca um espaço para os ditos “sem importância”, para os criminosos, os desviantes, os que deixam de cumprir a norma, os que cometem irregularidades, distingue-os dos “normais”, delimita-os claramente como uma ameaça a toda a cidade e trava contra eles certo “combate”, com o intuito de se manter a ordem e de se efetuar o controle sobre as populações. Pois, como aponta Gomes (2003), “é por conta da visibilidade que as mídias assumem um

papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como *vigilantes*” (p.77).

Por meio da vigilância, dos processos de diferenciação exercidos pela mídia, que esta se inscreve em torno de práticas divisantes. Tais práticas visam criar divisas bem claras, separar o louco daquele que é são, o doente do sadio, os criminosos dos considerados “bons meninos”. Esta separação é efetuada com o intuito de se exercer práticas de individualização, pois somente quando os sujeitos são individualizados, classificados, é que se pode normalizá-los, se exercer práticas de normalização. (Foucault, 2010c).

Nesse sentido, é possível pensar que a mídia se configura como uma tecnologia biopolítica, já que exerce poder sobre os corpos, sobre os indivíduos, sobre as populações, visando colaborar com práticas de normalização, à medida que produz notícias. Assim, a mídia efetua separação quando produz notícias sobre os sujeitos, marca-os perante os outros e dessa forma os diferencia. Mas, os marca também em seu ser, como que em uma prática de exame, pois aponta aquele que é mais criminoso, de alta periculosidade, diferenciando-o daquele que é simples infrator. Nesse sentido, “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros” (FOUCAULT, 2010b, p. 273).

Acerca das diferenciações efetuadas pela mídia ao incluir os criminosos em suas notícias, podemos pensar o jornalismo de crimes como uma heterotopia de desviação, em que ao incluir, efetua exclusões, como defende Marocco (2004). A partir dos diferentes posicionamentos dados aos sujeitos e as “coisas” do mundo, através de um conjunto de relações, é que Foucault (2009) entende heterotopia. Para ele, heterotopia seriam lugares que se configuram como contrapositionamentos, como que utopias que comportam de modo representado, contestado e invertido posicionamentos reais que se pode encontrar na cultura, como que “espécies de lugares que estão fora de outros lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2009, p. 415). Assim, compara uma heterotopia a um espelho, na medida em que através dele é possível se descobrir ausente de um

lugar por ser possível de se ver no espelho.

Para Marocco (2004), a partir dos lugares relegados aos pobres, às prostitutas e aos jogadores nos jornais do final do século XIX, é possível pensar o jornalismo depois deste período, mas ocupado por outros personagens, entre eles os criminosos perigosos, os sem terra, os adolescentes infratores, os traficantes. Pois, segundo o entendimento de Marocco (2004) o que era interessante de ser incluído nos jornais era justamente quem não agia conforme a norma, mas, além disso, “visibilizar alguns espaços emblemáticos em que estes indivíduos poderiam ser encontrados e amplificar a ameaça que representavam a toda cidade” (p. 36).

Nesta relação de separação e diferenciação dos sujeitos, a mídia se associa a outros dispositivos, como as prisões, com o objetivo de efetuar normalizações no cotidiano, na realidade social. Ao pensar este exercício a partir do jornalismo, Marocco (2004) identifica dois movimentos que podem ocorrer de modo sincronizado e complementar:

1. Primeiramente o jornalismo aproximava imprensa e sociedade; visibilizava a passagem dos seres considerados perigosos para a sociedade e que já habitavam os discursos ancestrais, à ordem do discurso jornalístico; 2. Estes discursos configuravam os corpos e os submetiam a uma exposição pública, em um processo que revelava o jornalismo como um campo de possibilidades estratégicas e como um serviço público que possibilitava o controle social e que defenderia a intervenção positiva das diversas instâncias de poder para solucionar os problemas sociais. Enquanto o primeiro mecanismo incluía os indivíduos no espaço do jornal em função da sua “periculosidade” e evidenciava os seus corpos entre os demais, ressaltando sua diferença em relação ao que era “normal”,

o segundo articulava as intervenções do poder às ações de repressão contra tudo o que contrariasse a norma. (...) Com as figuras que apresentava no espaço concreto do jornal, o jornalismo reforçava igualmente a coesão social em torno à norma, isto é, que através destas imagens negativas os cidadãos confirmassem diariamente algo que já sabiam sobre si mesmos: que não eram prostitutas, nem jogadores, nem criminosos, nem ladrões, nem pobres, nem vagabundos e que, pela vida desgraçada que aqueles levavam, o melhor que podiam fazer pela manutenção de um mundo seguro e bem ordenado, era combatê-los (MAROCCO, 2004, p. 84-85).

No entanto, com relação a estas práticas divisoras, de separação, de diferenciação, é interessante pensar como estas são exercidas e se configuram na sociedade brasileira. Da Matta (1983) caracteriza nossa cultura como marcada por uma hierarquização constante em que se vivenciam tensões e dramas entre os sujeitos pertencentes a uma ordem social superior - a elite, os ricos, os “bem de vida” - e os de uma ordem social inferior - os pobres, os “sem grana”, “os zé ninguém”. A partir desta dinâmica, a qual o autor se refere como sendo uma dramatização social, é que os criminosos são considerados popularmente como bandidos e, da mesma forma, são constituídos os heróis brasileiros.

Da Matta (1983) evidencia que no Brasil, o personagem marcante socialmente não é o homem comum, o “normal”, o que segue fiel e honestamente as regras sociais,

aquele que na dramatização representa a si próprio por meio da sua rotina achatada e desinteressante. Ao contrário, (...) o herói deve ser sempre um pouco trágico para ser interessante, com sua vida sendo definida

por meio de uma trajetória tortuosa, cheia de peripécias e desmascaramentos (DA MATTA, 1983, p. 199).

Segundo Da Matta (1983), os padrões de heróis brasileiros, são muito mais próximos daqueles “tipos” que extrapolam o pertencimento a uma ordem social, e que por “zigzaguear entre a ordem e a desordem” (p. 237) se tornam atraentes, chamam atenção, e se tornam verdadeiramente populares, como os personagens criados pela mídia brasileira historicamente, em novelas e filmes. Assim, ao falar do herói popular, cita os malandros e bandidos.

Para Da Matta (1983), os malandros seriam aqueles considerados desde a malandragem socialmente aceitável, e entendida pela população como esperteza e vivacidade, até o mais pesado gesto desonesto. Os que deixam de viver conforme as normas para viver dos “golpes” acabam por se constituir como os mais autênticos marginais ou bandidos. “Pode-se dizer que tanto os bandidos quanto os malandros e renunciadores trazem para a luz do dia as possibilidades de realizar um caminho criativo, mas invertido, dentro da estrutura social” (DA MATTA, 1983, p. 259). Em vez de adentrar cada vez mais na ordem social e se submeter a ela e às suas normas, é através da malandragem e da bandidagem, na sociedade brasileira, que se visualiza a possibilidade concreta de deixar este “mundo” (das normas e das regras).

Contudo, em torno da malandragem e da bandidagem, passam também historicamente a se constituir relações de poder e saber que questionam estes desviantes da norma e são criadas diversas práticas que visam sua normalização. Foucault (1996) evidencia que se há uma problemática em torno da normalização, das práticas disciplinares como as exercidas na prisão, na escola, no hospital, não é saber se estas resolverão o desafio da reincidência, se serão corretivas e normalizadoras o suficiente, se os juízes, psiquiatras e outros profissionais exercerão mais poder que os carcereiros e administradores que nelas atuam, mas, “o problema está mais no grande avanço desses novos dispositivos

de normalização e em toda a extensão dos efeitos de poder que eles trazem, através da colocação de novas objetividades” (FOUCAULT, 1996, p. 268).

Acerca dos processos de objetivação, Zanella et al (2006) apontam que estes ocorrem na medida que “o sujeito é colocado como objeto para os saberes e para as práticas sociais, relações de poder diversas” (p. 33). Desse modo, é interessante ressaltar que, na mesma medida em que os sujeitos buscam extrapolar a ordem social, as formas de objetivação exercidas se estendem para o espaço que o sujeito ocupa na sociedade. Assim, as estratégias de controle e disciplina se especializam, se metamorfoseiam, se utilizam cada vez mais.

Nessa direção é que Coimbra (2001) se refere à delimitação e à produção de “classes perigosas”, a partir de tensões existentes entre indivíduos pertencentes à elite social, e os que estão à margem desta. Os mais abastados exigem viver em cidades limpas, bonitas e que não tenha espaço para a sujeira, e para atingirem tal objetivo estabelecem a necessidade da eliminação da pobreza, porque está vinculada à sujeira, aos miseráveis, aos ociosos, à violência e à criminalidade. Assim, se justificam as ações de segurança pública, em nome da manutenção da ordem social.

Se hoje não temos mais os suplícios públicos com que se aplicava a Lei de Talião – “olho por olho, dente por dente” – temos, através do silenciamento de uns e dos aplausos de outros, uma nova lei emergindo e funcionando eficazmente. Uma nova Lei de Talião que (...) é aplicada a todos os pobres, porque suspeitos e, portanto, culpados. (...) Compreende-se, assim, a urgência em produzir subjetividades que estigmatizem tais segmentos como perigosos e potencialmente criminosos, para que se possa, em nome da manutenção/integridade/segurança da sociedade, não somente silenciá-los e/ou

ignorá-los – o que não é mais possível – mas eliminá-los, exterminá-los por meio da ampliação de políticas públicas militarizadas que apelam para a lei e a ordem. (COIMBRA, 2001, p. 245-246)

No processo de separação, diferenciação e objetivação dos indivíduos, do qual a mídia participa, se articulam de modo conjunto práticas oriundas dos mais diversos saberes. Assim, se legitima o discurso criminológico, que se empenha na classificação e no exame do indivíduo enquanto sujeito criminoso/delinquente, e se tornam aceitáveis à população o controle judiciário e policial, bem como as práticas de segurança pública no exercício de vigiar, controlar e disciplinar a sociedade (Foucault, 1996; Coimbra, 2001; Marocco, 2004).

2. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como elemento norteador neste trabalho as análises de Michel Foucault, com relação ao método de pesquisa nos cabe alguns cuidados, entre eles já de início anotar que em seus trabalhos há uma recusa às grandes periodizações, as continuidades e linearidades, à busca de origens. Esta perspectiva metodológica é característica do método genealógico e arqueológico. Nessa direção, cabe expor que enquanto a genealogia visa estudar as relações de poder nas práticas sociais, a arqueologia pode ser entendida como aquela que visa compreender como se configuram os discursos e os saberes em uma determinada sociedade e momento histórico (Foucault, 1998). Contudo, toda genealogia contempla aspectos da arqueologia e toda arqueologia possui elementos genealógicos, já que as relações de saber e poder não podem ser compreendidas separadamente (Zanella et al, 2006).

Como este trabalho se fundamenta na compreensão da subjetividade a partir do discurso da mídia, cabe destacar que o discurso é entendido como prática, ao invés de um simples texto, como uma junção de palavras, ou mesmo como representação. Dessa forma, conforme aponta Foucault (2010a) em *A Arqueologia do Saber*,

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, o que diz: é ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2010a, p. 61).

Isto envolve muito do que Foucault (2010a) entende por discurso. Para ele, o discurso não se refere a termos lingüísticos, nem mesmo se trata da interioridade de um texto, mas sim de sua exterioridade, pois os discursos ocupam uma função no interior de uma dada sociedade. O discurso, nesse sentido, é prática, está ligado a constituição de um determinado tipo de saber e sua legitimidade em um determinada época e organização social, já que envolve jogos de poder, jogos de verdade. Porém, não se trata de haver verdade/falsidade simplesmente relacionado ao discurso, mas valores que implicam em determinado contexto e época que envolve jogos de verdade/falsidade.

Com relação ao discurso, Veyne (2008) busca esclarecer qual o entendimento de Michel Foucault e aponta que “a palavra *discurso* ocorre tão naturalmente para designar o que

é dito quando o termo prática para designar o que é praticado” (p. 225). Defende que Foucault não evidencia um discurso misterioso, diverso do qual todos nós temos ouvido, mas enfatiza que observemos com exatidão o que é dito, pois nos mostra que as palavras proferidas, o discurso, em uma determinada época correspondem às práticas em uma sociedade.

Assim, cabe ressaltar que discurso para Foucault (2010a) não é o que se fala ou que está escrito simplesmente, mas sim o que há de disperso, de local, de relacional, e o que envolve a possibilidade de ser proferido determinado discurso em um dado momento histórico e em certo contexto. Quando nos referimos ao dizer verdadeiro, este se inscreve na ordem do discurso e é possível se questionar o que aquele dizer verdadeiro, aquele acontecimento significa na cidade, em uma determinada sociedade e época.

Da mesma forma que Foucault (2010a) considera o discurso como prática, também o evidencia como acontecimento, pois envolve um modo de apropriação do discurso e este entendido como se dando na prática das lutas sociais. Compreender o acontecimento discursivo implica relacioná-lo com a história, com outros discursos. Nessa direção, Foucault (2010a) nos chama atenção para um cuidado na construção de pesquisas, que envolve a não universalidade do discurso e a

necessidade de se demarcar o discurso proferido por quem, em que cidade, em que situações envolvidas, em que época, em que condições políticas, e o que é possível de se relacionar deste discurso com outros discursos, marcando as diferenças. Tais cuidados são percebidos como marca de seus trabalhos.

O discurso envolve jogos de enunciação, pois é o enunciado que articula os elementos de um discurso num espaço onde seus efeitos se multiplicam e se acumulam. Para Foucault (2010a), o enunciado não deve ser compreendido como uma das partes que compõe o discurso, nem mesmo como frase ou proposição, mas deve ser considerado em sua multiplicidade e sua dinâmica. Como função, o enunciado põe em relação os diferentes componentes do discurso, os colocando em jogo com um conjunto de objetos; antes de relacioná-los a um sujeito, indica para uma diversidade de posições subjetivas possíveis. Ao qual o enunciado se liga é um conjunto de domínios nos quais ganham visibilidade e diferenciam-se sujeitos e objetos nas suas interrelações. (Prado Filho, 1998).

Conforme aponta Foucault (2010a) o enunciado,

Está antes ligado a um “referencial” que não constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos e dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá a frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (FOUCAULT, 2010a, p. 103)

A partir destes aspectos, cabe evidenciar que o discurso é jogo, e jogo amplo que envolve mais do que simplesmente algo

dito ou publicado. Envolve jogos de saber, jogos de poder, jogos de verdade e o que de mais amplo na cidade, na época, isso implica. É por meio do discurso da mídia nos aventuramos a estudar a subjetividade, tema este que é central nos trabalhos de Michel Foucault. Contudo, a subjetividade é compreendida como sendo da ordem dos efeitos e por isso produto da articulação contínua entre relações de saber e poder. Assim, como nos aponta Prado Filho (2006) antes de atentar para um sujeito que vê, que conhece, que fala e enuncia, através do discurso, o modo de análise da arqueologia busca evidenciar como o indivíduo é colocado como objeto por vários discursos, sendo marcado em seu corpo, mas não desligado de sua subjetividade, “nas relações de conhecimento, nas relações de poder, nas relações com os outros e consigo mesmo” (PRADO FILHO, 2006, p. 43).

Acerca da arqueologia, a figura utilizada por Michel Foucault delimita bem tal método, pois

considerando que o saber é histórico e que os discursos se depositam em camadas, a arqueologia propõe um corte transversal no campo discursivo, buscando mostrar os pontos de sustentação de um discurso, suas matrizes, suas condições de possibilidade, sua emergência, seus monumentos e acontecimentos. Assim como a arqueologia tradicional se ocupa de monumentos, a arqueologia do saber toma os discursos como tal, e não como documentos a serem interpretados e decifrados. Tudo isso remete a uma análise exterior aos discursos, que (...) volta-se para suas condições de possibilidades e para os enunciados emergentes num certo domínio, em determinada sociedade, em determinado tempo. Um enunciado, diferentemente de um conceito, deve ser tomado na sua raridade, em sua “materialidade repetível” e em seu movimento, como enunciação, ato

enunciativo, portanto, ação de poder.
(PRADO FILHO, 2006, p. 35)

Veyne (2008) ao escrever que “Foucault revoluciona a história”, buscando explicitar o método arqueológico, aponta que este é pautado na desnaturalização dos objetos estudados. Expõe que toda história é arqueológica na medida em que esta deve ser vista em seu conjunto e se deve correlacionar os supostos objetos naturais às práticas que os objetivam, não a partir de uma causa única, mas através de todas as outras práticas associadas e vizinhas nas quais se sustentam, de modo que as relações substituam os objetos.

Tal método exige que o pesquisador esteja disposto a marcar as diferenças, as singularidades e ter um olhar perspectivo. Aqui não se teve por propósito o distancimento do objeto de estudo, visando à neutralidade do pesquisador para apreender a “verdade pura”, mas, ao contrário, buscou-se que este trabalho fosse um estudo que “não teme ser um saber perspectivo [...]. Em vez de fingir um discreto aniquilamento diante do que se olha, em vez de aí procurar sua lei e a isto submeter cada um de seus movimentos, é um olhar que sabe tanto de onde olha, quanto o que olha” (FOUCAULT, 1998, p. 30)

De modo coerente com os apontamentos metodológicos anteriormente expostos, não se trata de buscar o que Foucault (1998) denominou como “origem”, ou de fazer uma cronologia ou buscar um ponto zero, “porque isso nada mais seria do que a construção moderna de uma versão narratizada do tópico em foco –, mas na identificação dos conflitos e diálogos diferentes que refletem a processualidade das práticas discursivas” (SPINK, 2000, p. 146). Nesta direção, é interessante evidenciar que “é um cenário de tensões e disputas que se configura um documento” (LEMOS; GOMES; MEDEIROS; SILVA; 2010, p. 99), pois, como apresentam as autoras, um documento publicado não é inocente.

A partir desses apontamentos, cabe ressaltar que esta dissertação foi construída a partir de notícias do Jornal “O Estado” sobre “Cinderelo”. Tais notícias, que compõem o universo

documental deste estudo, foram coletadas nos arquivos do referido jornal que se encontram na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina em Florianópolis – SC. O que justifica a escolha do jornal “O Estado” para a constituição deste projeto é que em pesquisa realizada em banco de dados foram encontrados dois trabalhos que versam sobre “Cinderelo”, os quais foram realizados a partir deste jornal: uma monografia de conclusão do curso de jornalismo – Comunicação Social, desenvolvido na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, em 2004, por Nikolas Stefanovich, e um documentário de radiojornalismo desenvolvido por um grupo de acadêmicos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, disponibilizado na internet no ano de 2010, ambos citados nas referências.

Spink (2000) aponta que pesquisar em jornais diários, como é caracterizado o Jornal “O Estado”, exige a identificação das regras a partir de como os textos são organizados e gerados. O autor aponta que isto requer estar disposto a ler e seguir aquilo que é escrito dia após dia, de modo que se possa delimitar uma coluna ou parte do jornal que seja mais pertinente ao tema de estudo. Dessa maneira, é interessante expor que os dados coletados no jornal “O Estado” se deram especialmente nas capas e nas colunas policiais do jornal diário, pois foi possível perceber que as notícias relacionadas à “Cinderelo” estavam presentes, com mais ênfase, nestas partes do referido jornal. Contudo, Spink (2000) chama atenção para que, apesar de delimitar quais partes do jornal são mais pertinentes ao estudo, “mesmo assim é necessário ampliar o olhar para ver o texto mais amplo dentro do qual o texto específico está sendo produzido”, pois, “não é a frase que é importante, mas o discurso do qual faz parte” (SPINK, 2000, p. 141).

Desse modo, é conveniente ressaltar como este estudo foi realizado, evidenciando de onde se pretendeu olhar e o que olhar. Buscou-se problematizar como o discurso veiculado pela mídia jornalística, na década de 80, em Florianópolis – SC, construiu a figura de “Cinderelo”, um sujeito intitulado desse modo nas manchetes e noticiários policiais. Figura esta que foi ouvida pelos juízos do Tribunal de Justiça para denunciar práticas de corrupção

no meio policial, foi citado em notícias sobre outros criminosos com o intuito de comparação, sendo tido como referência de delinquente, chegando até a realizar seu casamento no contexto prisional.

O período da coleta de dados do qual versa este trabalho e que foi realizado no jornal é de 1980 a 1987, sendo que foram encontradas 115 manchetes de capa e reportagens de páginas policiais que citam “Cinderelo”. O ano de início desta delimitação se deu em decorrência de em 1980 ter sido identificada no jornal uma primeira citação à “Cinderelo”, na década de 80. Outro indicativo de orientação para a demarcação deste período de estudo é que no ano de 1987 foi encontrado o que se considerou como uma última citação ao criminoso no jornal, pelo motivo de se referir a transferência do mesmo, juntamente com outros presos, para cumprir condenação em uma penitenciária no Estado do Paraná.

Nesta pesquisa, do mesmo modo que Foucault (1977) buscou estudar o caso Rivière, não se tem o intuito de buscar a verdade sobre os crimes cometidos por “Cinderelo”, ou a verdade se foi ele que os cometeu, os motivos pelos quais teria ou não cometido tais crimes, ou ainda a verdade sobre este sujeito e sua vida. Segundo as palavras de Foucault (1977) sobre os motivos que orientaram a pesquisa de Rivière, ele expõe que

se decidimos publicar esses documentos, todos esses documentos, é para fazer de algum modo o plano dessas lutas diversas, restituir esses confrontos e essas batalhas, reencontrar o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber (p. XII).

Nesta mesma direção, Lemos; Medeiros; Silva (2010) evidenciam que é relevante para o pesquisador/historiador não é a veracidade do documento, mas as condições da produção do mesmo. Pois, “só há constituição de um documento e de seu armazenamento em um arquivo a partir da entrada em cena de

práticas de poder sobre os corpos” (LEMOS; MEDEIROS; SILVA; 2010, p.107). Então, buscou-se neste estudo compreender os atravessamentos de saber-poder, no discurso jornalístico, e é nesse sentido que foi realizada esta pesquisa por meio do método arqueológico.

3. O JORNAL “O ESTADO”

Com o intuito de melhor esclarecer em que contexto e momento histórico se encontrava o Jornal o “Estado” na década de 80, período no qual se centra a construção desta dissertação, cabe expor que o surgimento da imprensa em Santa Catarina se deu fortemente marcado por orientações político-partidárias, sendo os jornais um instrumento de luta, de modo a projetar muitos dos seus jornalistas na esfera política (Pereira, 1992; Fernandes, 2009).

Segundo entrevista realizada por Pereira (1981) com o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral em 1976, sobre a imprensa catarinense, este expôs que muitos dos jornais duravam apenas poucos anos, conforme as campanhas políticas ou o resultado das eleições. “O cidadão muitas vezes mantinha o jornal para o seu partido, para a sua candidatura, pra o fim exclusivo de defender o seu ponto de vista em épocas pré-eleitorais. (...) Muitas vezes os donos dos jornais se elegiam e iam embora. Não ficava aqui e o jornal acabava morrendo”. (PEREIRA, 1981, p.172).

Ao escrever sobre a comunicação em Santa Catarina, expondo aspectos da sua relação com as causas políticas, Pereira (1992) afirma que o fundador do primeiro jornal de Santa Catarina, o capitão de engenheiros Jerônimo Francisco Coelho cria “O Catharinense” em 1831, e ao defender bandeiras políticas possibilita que os jornais surgidos posteriormente em Florianópolis ou no interior do Estado retratassem uma postura político partidária.

O Jornal “O Estado” surge no contexto do século XX em Florianópolis, “uma cidade ainda provinciana que estava passando por uma série de transformações, tanto urbanas quanto sociais” (DA MATA, 1996, p.7). Surgiu como veículo de comunicação voltado para todo o Estado, e sendo diário, a primeira publicação do Jornal “O Estado” ocorreu em 13 de maio de 1915. Foi considerado por muito tempo “o mais antigo” periódico do Estado de Santa Catarina.

Conforme Da Mata (1996), a qual desenvolveu uma pesquisa histórica sobre o Jornal “O Estado”, no período de 1915

a 1931, com relação à atuação que o jornal desempenhou, este

antes de ser uma empresa jornalística, foi um órgão atuante na Cidade de Florianópolis, uma vez que ajudou a criar e a derrubar novos e antigos conceitos. Desenvolveu campanhas de solidariedade juntamente com medidas de controle. Criou e homenageou “heróis”, ao mesmo tempo que destruiu imagens consagradas. Assim, sob a “capa” de imparcialidade, O Estado foi um dos jornais que opinou e interferiu na vida dos florianopolitanos (DA MATA, 1996, p.33).

“O Estado” nasce com estrutura de impressão e publicação avançadas em relação aos demais jornais. Sendo considerado moderno, foi elogiado pela imprensa catarinense e leitores da época. Passou inicialmente a circular de terça-feira a domingo com quatro páginas de publicação, mas a quantidade do número de páginas do jornal alterava conforme a necessidade, como escreve Da Mata (1996). O aumento significativo do número de páginas passou a ser notado a partir de 1919, quando o jornal passou a publicar editais de órgãos do governo, pois estes sendo pagos para a publicação era um meio de o jornal angariar recursos financeiros. Outra prática que possibilitava “O Estado” se destacar perante os demais jornais era a publicação de fotos de pessoas públicas, sendo que ao mesmo tempo em que promovia as figuras ilustres do Estado, ultrapassa a tiragem habitual de venda (DA MATA, 1996).

Numa época em que os meios de comunicação não escondiam a quem defendiam, em termos de bandeiras político-partidárias, o Jornal “O Estado”, fundado por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa, surge para competir com os jornais “O Dia”, “A Opinião” e “A Semana” e manifestava não possuir um tom partidário, mas através de suas páginas o intuito de neutralidade era negado (DA MATA, 1996).

A postura política adotada pelo “O Estado” estava

vinculada as orientações político partidárias dos dirigentes que estavam à frente do jornal, sendo que muitos destes ocuparam cargos públicos, bem como alguns de seus jornalistas, o que acabava por refletir nas páginas do diário, desse modo mostrando-se “defensor de idéias e suscitador de mudanças”. (DA MATA, 1996, p. 34)

“O Estado” passou pela mudança de muitos diretores, sendo que os fundadores permaneceram como diretores somente até dezembro de 1916, cabendo destaque para o fato de que Henrique Rupp Júnior, um dos fundadores, foi deputado estadual. Marinho Lobo, o qual foi Administrador dos Correios de Santa Catarina, assumiu como diretor do Jornal, num momento em que o impresso buscava ainda mostrar-se neutro, apesar de apontar algumas posturas críticas com relação às medidas adotadas pelo Governo da época. Neste período, o jornal contou com José Boiteux como jornalista colaborador, o qual foi deputado estadual, deputado federal e Secretário de Estado de Santa Catarina (DA MATA, 1996).

Em 1918, “O Estado” passa a ser dirigido por Augusto Lopes da Silva, o qual mesmo não sendo jornalista, mas comerciante, assumiu a luta pelo progresso de Florianópolis. Augusto dizia não ter posicionamento partidário quanto à política, mas no período em que assumiu a direção do jornal podia-se notar estreita ligação do que ela veiculado pelo jornal como apoio ao Governo do Estado, já que divulgava as viagens do Governador Hercílio Luz, o qual governou o Estado por dois mandatos consecutivos (DA MATA, 1996). Augusto permaneceu na direção do diário até abril de 1925, quando este passa a ser de propriedade do Dr. Victor Konder. Sob a propriedade de Konder, “O Estado” passou a se constituir como uma empresa editorial limitada (DA MATA, 1996).

Neste momento, o jornal também assume uma postura governista, justamente pelas relações estabelecidas pela Família Konder e o Governo de Washington Luís, sendo que em 1927 o proprietário do jornal passa a assumir como Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo brasileiro, em decorrência de seu irmão, Adolpho Konder, ser Governador do Estado de Santa

Catarina. Segundo Da Mata (1996), em 1930, Victor Konder é exilado juntamente com líderes políticos que combatiam o Governo de Vargas. Assim, Altino Flores, jornalista, que possuía cargo público como professor da Escola Normal passa a assumir a direção de “O Estado”.

Em histórico do Jornal “O Estado”, Pereira (1992) aponta que em 1945 assume como proprietário e está à frente da direção do diário Moacyr Iguatemi Silveira, pai do Deputado Federal Luiz Henrique da Silveira, o qual fica por pouco tempo no jornal. A mudança de diretores era intensa, o que implicava também mudanças no jornal em termos de configuração gráfica e editoração. No ano seguinte, o diretor passa a ser Sidnei Nocetti, o qual faleceu em 1958 em acidente aéreo. Em seguida, quem passou a assumir o jornal foi o professor Barreiros Filho. Neste momento, “o jornal passou a apoiar ostensivamente o PSD – Partido Social Democrático, opondo-se ao “Diário da Tarde”, de propriedade de Adolfo Konder, líder da recém-criada UDN – União Democrática Nacional”. (PEREIRA, 1992, p.118)

Em 1947, o jornalista Rubens de Arruda Ramos substitui Barreiros Filhos na direção de “O Estado” e cria a coluna intitulada “Frechando”, na qual era exposto sutilmente o posicionamento político-partidário do jornal e se “espinhava” os adversários. Neste ano, o proprietário do jornal, Aderbal Ramos da Silva, assume o Governo do Estado de Santa Catarina.

Fica evidente que o jornal não era imparcial, quanto ao posicionamento político. Segundo Da Mata (1996) “O Estado” tinha atuação voltada principalmente para a elite e estendendo-se até as classes menos privilegiadas, porém que tinham acesso ao diário. Nesse sentido, é que os dirigentes do jornal o denominavam como um “jornal popular”, o qual buscava anunciar as ideias da população, desse modo caracterizado como aquele que luta em prol do “fiscalismo” e o efetua. E esta ação fiscalizadora, como aponta Da Matta (1996), também estava presente na postura do jornal com relação à política, e aos governos, tanto federal e estadual, como municipal, sendo realizada em um determinado momento com o intuito de apoio, ora com o objetivo de contestação.

Pereira (1992), ao apresentar um histórico da comunicação catarinense, destaca as décadas de 60 a 80, como períodos que possibilitaram a expansão, a modernização e a profissionalização da imprensa em Santa Catarina e proporcionaram mudanças significativas na organização dos meios de comunicação. Neste período também é aprimorado o sistema de distribuição dos jornais pelos principais municípios do Estado de Santa Catarina, e se inicia um processo mais profissionalizado para conquista e manutenção de assinantes.

Seguindo a lógica da modernização, na década de 70, surge em Blumenau o “Jornal de Santa Catarina”, sendo produzido e dirigido por jornalistas catarinenses e alguns advindos do Rio Grande do Sul, empregando o que havia de mais moderno em termos tecnológicos. Assim, o Jornal “O Estado”, sentindo-se pressionado pelo novo jornal que nascia, abandona o modo de impressão que o acompanhou desde sua fundação, adquire equipamentos mais modernos de impressão e fotocomposição, e passa a ser redigido e editado com a colaboração de profissionais também requisitados no Estado do Rio Grande do Sul, e que mais tarde seriam destaque em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Desse modo, o diário se organizava para competir com o novo jornal que surgia.

Com relação aos outros jornais, a luta empreendida pelo “O Estado”, foi caracterizada como um “salto amplo”, pois abandonava os clichê repetitivos, bem como a utilização de fotos de autoridades e personalidades do Município de Florianópolis ou do Estado de Santa Catarina para ilustrar as matérias jornalísticas. “Agora “o mais antigo” exhibia reportagens atualizadas com uso da telefoto, da radiofoto ou da foto local apresentada com clareza e acabamento primoroso” (PEREIRA, 1992, p.76).

Segundo Pereira (1992), é desse modo que o jornal “adquire consistência editorial e posiciona-se com profissionalismo, sem qualquer vinculação partidária. Lança projetos novos e transforma-se no principal veículo do Estado” (p. 119). É na década de 70 que o jornal registrará sua fase de prestígio em Santa Catarina, alcançando relevância em termos de tiragem e circulação.

Na década de 70, Santa Catarina contava com três jornais de projeção estadual, entre eles “O Estado”, considerado o “mais antigo”, “A Notícia”, que havia surgido em 1923 em Joinville, e o “Jornal de Santa Catarina”, recentemente fundado, os quais se firmaram justamente pelo movimento assumido por estes de modernização. Em abril de 1986, surge o “Diário Catarinense”, o qual se constitui como o mais sofisticado do Estado.

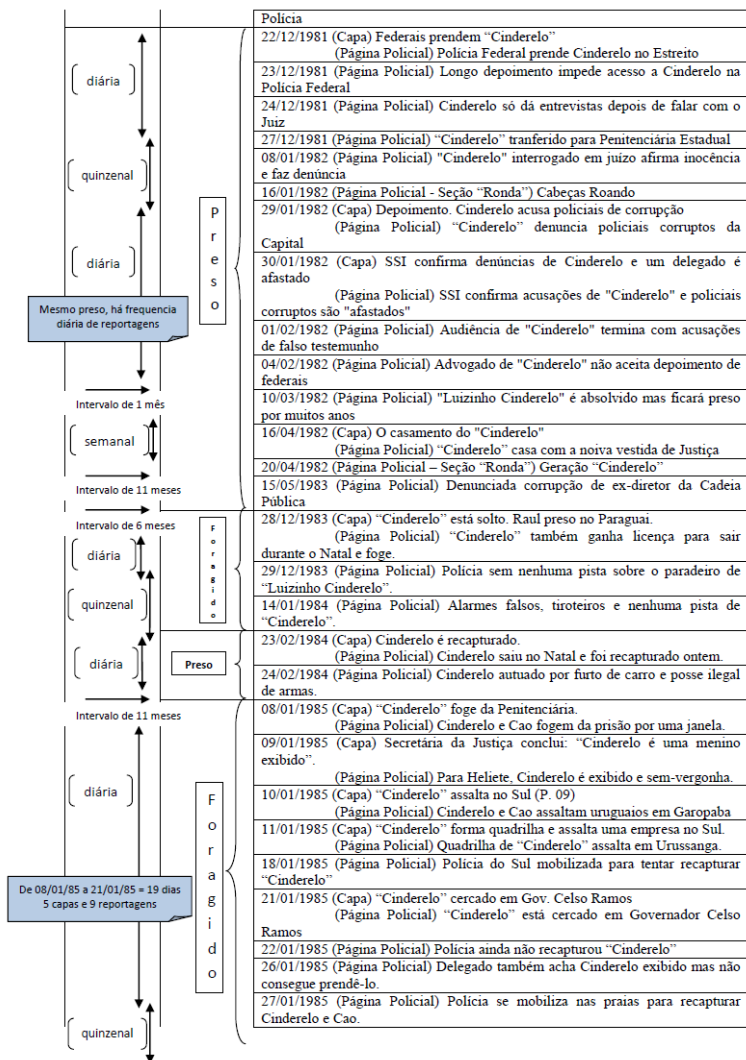
Na década de 80, “O Estado” tinha como proprietários o grupo Hoepcke, sendo o sócio majoritário o ex-governador Aderbal Ramos da Silva, então presidente do diretório municipal do PDS. A direção do jornal era comandada pelo genro do ex-governador, o empresário José Matusalém Comelli. Este período é entendido por Pereira (1992) como de profissionalização dos meios de comunicação catarinenses, e que é marcado deste modo, entre outros aspectos, pelo crescente aperfeiçoamento profissional e o acirramento da concorrência entre os mais variados meios comunicacionais. O autor também aponta, quanto ao envolvimento político dos veículos neste período, que “o partidário nas páginas noticiosas ou nos espaços editoriais começa a ser eliminado na década de 80 com o processo de profissionalização”. (PEREIRA, 1992, p. 101). Contudo, Duarte (2011) expõe que “esses vínculos políticos nunca deixaram de existir, tanto que, a partir da década de 1970, os grandes empresários catarinenses avançam no sentido de arrebatar aos grupos políticos tradicionais o controle da comunicação em Santa Catarina” (p. 45-46).

Na década de 90, o jornal entra em decadência até encerrar suas atividades em 2007. Segundo Duarte (2011), os arquivos do jornal “estão se deteriorando por falta de cuidados e de entendimento entre o proprietário e grupos interessados na preservação do patrimônio” (p. 46). Apesar das mudanças vivenciadas pelo “O Estado”, os autores pesquisados (Pereira, 1992; Da Mata, 1996; Duarte, 2011) apontam que o diário não deixou de defender a “bandeira” de defesa dos catarinenses, de apontar as ideias da população e de exercer uma postura fiscalista.

4. OS DOCUMENTOS

Com o objetivo de facilitar a visualização dos documentos utilizados neste estudo, abaixo é apresentada uma tabela onde constam: a relação de notícias que foram coletadas no arquivo do Jornal “O Estado” na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; a frequência das notícias em que “Cinderelo” era citado, no período de estudo (1980-1987); bem como as lacunas e adensamentos de notícias em comparação com a situação em que se encontrava “Cinderelo”, se preso ou foragido do sistema prisional.

Frequência de notícias	Situação de “Cinderelo”	Ano/Localização/Título da Notícia
18 notícia Intervalo de 2 meses Intervalo de 3 meses semanal De 19/03/81 a 05/04/81 = 14 dias 4 capas e 7 reportagens	P r e s o	17/10/1980 (Capa) - A Polícia prendeu ontem 2 dos 4 assaltantes do depósito Skol, do qual roubaram cerca de Cr\$ 600 mil. Os outros dois ainda estão soltos. (Página Policial) 3ª DP prende dois dos quatro que roubaram depósito Skol
		24/10/1980 (Página Policial – Seção “Ronda”) Aparecendo os Podres
		09/12/1980 (Página Policial) “Cinderelo”, um marginal perigoso, passeia tranquilamente pela cidade
		19/03/1981 (Capa) “Cinderelo” foge algemado quando era levado ao dentista por policial armado (p.6) (Página Policial) O perigoso “Cinderelo” foi ao Dasp e fugiu mesmo escoltado e algemado
		21/03/1981 (Capa) “Cinderelo” pode ter tido fuga facilitada. (p.6) (Página Policial) A fuga de “Cinderelo” pode ter sido facilitada.
		27/03/1981 (Capa) “Cinderelo” desafia a polícia na Vila Palmira (p.6) (Página Policial) “Cinderelo” quer enfrentar a polícia na zona
		28/03/1981 (Página Policial – Seção “Ronda”) Sem o “risco” ninguém arrisca
		31/03/1981 (Página Policial) Bando de Cinderelo espalha horror na Vila Palmira
		01/04/1981 (Página Policial) Cinderelo repeliu ontem a balas três ocupantes de taxa na “zona”
		Intervalo de 2 meses quinzenal Intervalo de 1 mês Intervalo de 4 meses diária quinzenal
09/04/1981 (Página Policial) “Cinderelo” fura o cerco policial e resolve fugir		
16/06/1981 (Capa) Oficial perde dois dedos em blitz na casa de “Cinderelo” (Página Policial) Agora tentam reimplantar dedos do Tenente		
20/06/1981 (Capa) “Cinderelo” evita cerco policial e alveja um Passat com dois tiros (Página 6) (Página Policial) Cinderelo tenta assalto, e dá mais um dribble na Polícia.		
31/07/1981 (Página Policial) “Cinderelo” não foi preso. Foi apenas o seu carro.		
19/11/1981 (Capa) Cinderelo” volta armado e passeia na cidade sob os olhares de policiais (Página Policial) “Cinderelo” volta armado e passeia. Polícia só aprecia.		
20/11/1981 (Página Policial) Diretor da Polícia: “Não falta coragem para pegar Cinderelo”		
21/11/1981 (Capa) “Cinderelo” põe fogo num carro (Página Policial) “Cinderelo” some, mas o carro, que roubou aparece incendiado		
24/11/1981 (Capa) Polícia prende 2 companheiros de “Cinderelo” e caça 12 foragidos (Página Policial) “Nego Trinta” e “Chefinho” presos. Mas o “Cinderelo” continua impune. (Página Policial) Envolvimento com “Cinderelo” agita deputados na AL		
25/11/1981 (Página Policial) Diretor de Investigações da Polícia Civil refuta declarações de deputado		
28/11/1981 (Capa) Depois de ameaçar uma mulher no Morro da Colônia, “Cinderelo” disparou um tiro contra um Volkswagen pertencente a Zacarias Luz Mafra, com quem se desentendera. A Polícia, fortemente armada, cercou Cinderelo no local mas não pode evitar que ele fugisse. (P.6) (Página Policial) “Cinderelo” ameaça mulher, atira em motorista e foge de caçada policial		
03/12/1981 (Página Policial) Roubados Cr\$ 35 milhões em jóias na Capital		
20/12/1981 (Capa) “Cinderelo” troca tiros com a Polícia Federal (Página Policial) Tiroteio no Estreito entre Luizinho Cinderelo e a		



<p>quinzenal</p> <p>Intervalo de 9 meses</p> <p>diária</p> <p>Intervalo de 1 mês</p> <p>Intervalo de 6 meses</p> <p>diária</p> <p>De 26/07/86 a 08/08/86 = 12 dias 6 capas e 9 reportagens, mas "Cinderelo" é citado no título apenas de 1 capa e de 1 reportagem</p> <p>semanal</p> <p>Intervalo de 2 meses</p> <p>quinzenal</p> <p>Intervalo de 2 meses</p> <p>Intervalo de 3 meses</p> <p>Última notícia</p>	<p>F o r a g i d o</p>	13/02/1985 (Página Policial) Casal é indiciado em inquérito por dar cobertura a "Cinderelo"
		14/02/1985 (Página Policial) Comerciante rebate acusações e diz que não ajudou "Cinderelo"
		27/02/1985 (Capa) Cinderelo foge, mas o companheiro morre. (Página Policial) "Cinderelo" foge após assalto. Mas Baron é morto.
		02/03/1985 (Capa) Cinderelo preso. (Página Policial) "Cinderelo" é preso e nega ser garoto exibido.
		04/03/1985 (Página Roda Viva) De olho nos exibidos
		14/12/1985 (Página Policial) Presos denunciam que sofrem maus tratos
		17/12/1985 (Capa) "Cinderelo" estaria sendo torturado (Página Policial) Comissão de Direitos Humanos ouve denúncias de agressões no presídio.
		18/12/1985 (Página Policial) Repercutem denúncias sobre espancamentos.
		19/12/1985 (Página Policial) Comissão constata violência no presídio.
		14/01/1986 (Capa) "Cinderelo" descoberto antes da fuga (Página Policial) "Cinderelo" mobiliza toda a policia com tentativa de fuga do presídio.
<p>p r e s o</p>	<p>F o r a g i d o</p>	26/07/1986 (Capa) Presos fogem da Penitenciária (Página Policial) Presos amotinados fogem e levam cinco reféns.
		27/07/1986 (Capa) Todos os reféns liberados (Página Policial) Recapturados 4 fugitivos. Coronel ainda refém
		28/07/1986 (Capa) Maury conta todo o sequestro (Geral) Fugitivos recapturados chegam hoje na Penitenciária Estadual
		29/07/1986 (Página Policial) Simão é pego: preso o quinto foragido da penitenciária.
		30/07/1986 (Página Policial) "Cuica" é visto em Lanchonete em Joinville
		31/07/1986 (Capa) Foragidos invadem casa de família. (Página Policial) Fugitivos assaltam residência em Guarimir e roubam carros e armas
		04/08/1986 (Capa) Policia mata foragido em Camboriú. (Página Policial) Foragido morre e outro é preso após tiroteio
		06/08/1986 (Página Policial) Benedeck diz que sairá caro deter fugitivos
		08/08/1986 (Capa) Cinderelo é preso na Capital (Página Policial) Cinderelo é recapturado no morro do Flamengo
		15/08/1986 (Página Policial) "Caico" diz que os estiletos estavam escondidos nos sapatos.
<p>p r e s o</p>	<p>F o r a g i d o</p>	10/12/1986 (Página Policial) Mãe de Cinderelo diz que 20 presos foram "arrebentados" na Penitenciária.
		30/12/1986 (Página Policial) "Cinderelo" voltou para Florianópolis
		08/01/1987 (Capa) Segurança e agente da Penitenciária sofrem punições (Página Policial) Segurança envolvido no motim da Penitenciária.
		25/02/1987 (Capa) A Superlotação do Presídio e Cadeia impressiona OAB (Página Policial) Comissão de Direitos Humanos visita Penitenciária e Cadeia.
		13/05/1987 (Página Policial) Transferência de presos tranquilizou Penitenciária.

4.1 Análise arqueológica dos documentos¹

Luiz Albertino Félix, mencionado como “Luizinho Cinderelo”, ora apenas “Cinderelo”, nas capas e páginas policiais do Jornal “O Estado”, é citado pela primeira vez no referido jornal, na página policial no dia 17 de outubro de 1980, por ocasião dos assaltos ao depósito de bebidas Skol ocorrido em duas noites consecutivas, nas madrugadas de 5 e 6 de outubro daquele ano, no Bairro Capoeiras, em Florianópolis, em que foram roubados aproximadamente 600 mil cruzeiros, e estiveram envolvidos quatro homens, entre eles, sendo suspeito de envolvimento o próprio “Cinderelo”.

Nesta primeira reportagem em que “Cinderelo” é citado, cabe destacar que ele já é caracterizado da seguinte forma: “Luiz Albertino Félix, conhecido como “Cinderelo”, um marginal tido pela polícia como de alta periculosidade” (17/10/1980, Página policial)². A imagem de alta periculosidade “colada” à “Cinderelo” é reproduzida pelo jornal, a partir do discurso policial, ao ser enfatizado que, além do assalto ocorrido, há dois dias “o suposto assaltante” havia jogado seu veículo, um Maverick, o qual havia sido utilizado nos roubos, contra a viatura policial e fugiu em alta velocidade. Por ocasião desta ousadia do infrator perante os policiais, na reportagem consta que “Cinderelo” foi intimado a prestar depoimento, e na oportunidade em que se apresentou no 3º Departamento de Polícia, acompanhado de seu advogado, foi preso preventivamente.

Cabe destacar que não há precisão sobre os motivos pelos quais Luiz Albertino Félix passou a ser chamado de “Cinderelo”.

¹ Tal análise foi realizada tendo como norte o entendimento de como historicamente o criminoso perigoso foi sendo construído. Porém, a análise dos documentos poderia ter sido fundamentada a partir do que ressalta Michel Foucault ao reunir documentos e escrever o que se intitulou de “A Vida dos Homens Infames”, sendo que sob tal perspectiva os documentos, sobre os quais construímos este estudo, seriam compreendidos de modo diferente do que é exposto a seguir.

² As referências a manchetes, notícias ou reportagens, neste capítulo da dissertação, serão citadas entre aspas, contendo a data e o local da citação, já que todas se referem ao Jornal “O Estado”, de Florianópolis – SC.

Apesar do documentário de radiojornalismo produzido por Piva et al (2010) apontar que ele pode ter recebido tal codinome em decorrência de sua beleza física, como também de suas recorrentes fugas de policiais e do sistema prisional, apresenta tais dados a partir de entrevistas com pessoas que viviam no mesmo bairro que o bandido em Florianópolis – SC, mas tais dados não são confirmados, já que são apresentados a partir de achismos de populares, aproximadamente 25 anos após ele ter sido tema de notícias do jornal “O Estado” e ter cometido crimes.

Após uma semana, em 24 de outubro de 1980, surge nova reportagem em que “Cinderelo” é citado, desta vez em uma seção denominada “Ronda”, que integra a página policial do jornal “O Estado”. Acompanhada do seguinte título “Aparecendo os podres”, a seção aponta que algumas vítimas de roubos, assim que souberam da prisão de “Cinderelo”, compareceram ao Departamento Policial para reivindicar seus pertences roubados. Pode-se perceber que o próprio título que recebe esta seção da página policial do jornal, denota que o jornal vem desempenhar um papel auxiliar ao discurso policial, lançando foco para o que acontece na vida cotidiana e que pode ser um alerta à população, já que anuncia os “podres” de quem não cumpre a norma.

Assim, apesar de ser recentemente evidenciado nas páginas policiais do jornal, “Cinderelo” já está sendo excluído, eliminado do meio social, “congelado”, como é possível notar ao final da seção “Ronda”: “Somando-se ao processo de roubo da Skol, o marginal terá acrescido estes casos menores, mas que certamente ajudarão a ampliar seu tempo de congelamento” (24/10/1980, Página policial).

Da mesma forma que se propõe o “congelamento” de “Cinderelo”, como forma de possibilitar sossego à população, dois meses depois da reportagem anterior, em dezembro de 1980, terceira reportagem em que o bandido é citado em páginas policiais, é apresentada pela primeira vez uma foto do “marginal”, sob a reportagem intitulada ““Cinderelo” um marginal perigoso, passeia tranquilamente pela cidade” (09/12/1980, Página policial). A foto que consta na reportagem expõe “Cinderelo” apenas de tronco, de cabelos desgrenhados por

não estarem aparados, com camiseta, apresentando ser jovem, não estando algemado, acompanhada do seguinte escrito: “Ele devia estar preso” (Anexo I). Tal reportagem evidencia que ele foi avistado passeando na rua, em duas oportunidades, na região continental de Florianópolis, “tranquilamente, como se estivesse no direito de gozar sua liberdade de locomoção, como qualquer cidadão que nada teme à Justiça” (09/12/1980, Página Policial), enquanto ele deveria estar cumprindo prisão preventiva. Pelo inusitado da situação, “Cinderelo” além de criminoso, dessa forma é ressaltado como muito perigoso, de modo que passa a ser “considerado como um dos marginais de maior periculosidade em Santa Catarina” (09/12/1980, Página policial). Assim, cabe destacar que o enunciado da periculosidade está presente.

Cabe evidenciar que “Cinderelo” é um criminoso de um momento histórico e contextual específico: os anos 1980 e o cenário de Florianópolis – SC nesta época. Um tempo e em que o cenário da capital do Estado de Santa Catarina tinha características de sociabilidade provincianas, em que ganha destaque e repercussão um assalto a um depósito de bebidas, e o criminoso perigoso anda nas ruas da cidade. Um contexto, tanto no meio jornalístico, como no meio social, que se diferencia muito do que a mídia impressa tem noticiado sobre os crimes e os criminosos perigosos recentemente, sendo que os crimes não envolvem apenas assaltos e homicídios, e os criminosos não andam livremente nas ruas ou fogem facilmente, mas cometem violências gratuitas contra cidadãos e tais situações tem se perpetuado. O marginal, o inimigo número um dos anos 80 noticiado pelo Jornal “O Estado” não pode ser comparado ao criminoso perigoso que é tema de notícia dos jornais 20 anos mais tarde.

As informações sobre “Cinderelo”, enfatizando-o como criminoso perigoso, são, a cada página do jornal em que é citado, acrescidas de novas informações sobre sua vida. Ele vai sendo investigado de tal modo que são veiculados no jornal por onde transitou, como e com quem, como estratégia de poder jornalística utilizada para comprovar que ao invés de estar preso provisoriamente, foi avistado de bicicleta por volta das 10 horas,

no Bairro da Coloninha, em um “antro de transações de tóxico” e por volta das 17 horas foi identificado passeando em seu veículo Maverick, acompanhado de uma de suas “noivas”, no Bairro Estreito. Nesse sentido, as informações dos locais por onde transita o criminoso, o tornam mais suspeito, mais bandido, e por isso, mais perigoso.

Do mesmo modo, como Foucault (1998) ressalta que cabe aos criminosos/deliquentes serem investigados, os antecedentes criminais de “Cinderelo” começam a ganhar foco e suas infrações passam a ser “mapeadas”, visando evidenciar que ele não é um criminoso primário e, dessa forma, possibilitar sua diferenciação perante outros criminosos, além de legitimar o enunciado da periculosidade. Não sendo réu primário, consta que o criminoso perigoso já foi preso por arrombamentos seguidos de furtos, possui registro de incidente na Delegacia de Tóxicos e Homicídios, responde a inquéritos policiais nos Municípios de Biguaçu, Palhoça e Florianópolis, e está sendo acusado de ter sido o comandante dos assaltos à mão armada ocorridos no depósito de bebidas Skol.

A partir de tal notícia, pode-se ressaltar que “Cinderelo” possui uma história e esta passa a ser investigada e evidenciada pelo jornal. Seus antecedentes criminais passam a ser ressaltados. Mas, esta estratégia de saber-poder exercida pelo discurso jornalístico ao evidenciar a periculosidade de “Cinderelo” tem o intuito de evidenciar não somente seus crimes, mas deixar transparente o que eles representam de perigo à sociedade. Como aponta Foucault (2003), “a noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade a nível de suas virtualidades e não de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (p. 85)

Informações sobre a periculosidade de “Cinderelo” coletadas do discurso policial passam a atravessar o discurso do jornal, através do depoimento de “autoridades” policiais, como estratégia para comprovar que o criminoso “não é santo” e “é barra pesada”. Desse modo, o enunciado da periculosidade possibilita que sejam veiculados pelo jornal referências à

“Cinderelo” como “elemento” e “marginal”, o diferenciando dos outros criminosos.

Através de jogos de poder articulado às estratégias de saber, o bandido “Cinderelo” vai sendo produzido, bem como efeitos de realidade vão sendo construídos, passando-se a evidenciar que se o criminoso está fora da prisão a comunidade deixa de estar segura. Conforme depoimento de um policial do 3º Departamento Policial, evidenciado em uma reportagem da página policial,

a situação do Estreito e adjacências estava começando a tranquilizar-se, pois em uma leva retiraram de circulação os principais autores de assaltos e furtos que por aqui ocorriam. Caíram, quase que ao mesmo tempo, o Ademarzinho, o Lica, o Madalena, Leopoldo, o Cinderelo e morreu o Galo. Pronto, essa varrida foi o suficiente para devolver a calma no Continente. Agora, basta soltarem o Luizinho para acontecer. Com toda certeza voltará a onda de assaltos que vitimou muita gente inocente. (09/12/1981, Página policial)

Após três meses nos quais “Cinderelo” não é citado pelo jornal, período em que se encontrava preso, em 19 de março de 1981, seu nome é citado em manchete de capa de “O Estado”: ““Cinderelo” foge algemado quando era levado ao dentista por policial armado” (19/03/1981, Capa). Na página policial, parte do jornal em que consta a reportagem detalhada, “Cinderelo” não deixa de ser enunciado como perigoso. Consta que quando foi levado algemado e escoltado por policial para receber assistência dentária, “Cinderelo” fugiu e se suspeita que o mesmo tenha planejado tal fuga com antecedência, tendo a possibilidade de que um comparsa pudesse estar aguardando-o nas proximidades do local. A maior parte da reportagem integra um histórico do criminoso, desta vez mais detalhado, informando que ele estava

com 27 anos de idade, estava cumprindo pena na Penitenciária Estadual há 3 meses, tendo sido condenado por 10 anos de reclusão, ainda com processos a serem julgados. Quanto à sua vida criminal, agora ele passa a ser identificado como “elemento de alta periculosidade” e que “chefiava quadrilhas” que empreendiam crimes contra grandes estabelecimentos comerciais (19/03/1981, Página policial). Nesse sentido, o discusso jornalístico exerce um poder-saber à margem da justiça com o objetivo de possibilitar o “exame”, com o intuito de investigar, classificar, denunciar e possibilitar a diferenciação dos sujeitos que não cumpriam a norma. Além disso, o indivíduo passa a ser foco antes dos crimes e, por isso, a enunciação de “perigoso” o individualiza, o rotula e o diferencia dos outros infratores.

O saber médico associado ao judiciário possibilitam ao saber criminológico seguir em busca do motivo para os crimes, onde o sujeito, dessa forma, é investigado em seu ser. Tais saberes perpassam o discurso jornalístico à medida que este busca investigar os motivos pelos quais o criminoso fugiu do estabelecimento prisional. Como estratégia de “objetividade” jornalística e busca por “verdades”, uma “autoridade” é entrevistada. O delegado da Cadeia Pública é entrevistado sobre o comportamento de “Cinderelo” no período em que este esteve preso. Apesar do discurso de que “Cinderelo nunca incomodou”, é evidenciado pelo discurso jornalístico que o criminoso “jamais se conformou de estar atrás das grades, planejando em silêncio alcançar a liberdade na primeira oportunidade que surgisse” (19/03/1981, Página policial). Da mesma forma, que o discusso jornalístico busca apontar a causa da fuga, também se utiliza do discurso policial com o intuito de prever o comportamento e as ações do criminoso, apontando que “espera-se que o marginal já tenha se entrosado com antigos comparsas podendo vir a atuar a qualquer momento” (19/03/1981, Página policial).

Apenas dois dias depois, o criminoso novamente é tema de capa do jornal, a qual tem como manchete: “Cinderelo” pode ter tido fuga facilitada” (21/03/1981, Capa). A reportagem exposta na página policial apresenta dados oriundos de entrevistas e contato com pessoas que residem nas proximidades da Rua

Santos Saraiva, no Estreito, região continental de Florianópolis, local onde mora a mãe de “Cinderelo”, com o objetivo de obter informações por onde o criminoso transitou, e o paradeiro do fugitivo.

Dessa forma, o discurso jornalístico busca investigar, “examinar”, vigiar. Mas, nesta investigação espalha insegurança e medo, produzindo efeitos de realidade, pois aquele que desvia da norma, o anormal, precisa ser diferenciado dos “bons”, dos normais, como explicita Foucault (1998). Assim, o jornal ao dar visibilidade tanto para o criminoso, como para esta investigação de “onde está o fugitivo criminoso? Por onde ele passou?”, passa a disseminar o poder de vigilância pela comunidade, para além do dispositivo prisional e do exercício policial, possibilitando que a população seja co-participante de ações de vigilância e solicitante de ações normalizadoras, ações punitivas, em prol da segurança pública. Dessa forma, o jornal passa a desempenhar papel auxiliar do dispositivo prisional, enfatizando sua eficiência e necessidade.

Apesar de alguns moradores ou proprietários de estabelecimentos comerciais fornecerem informações de que viram o criminoso e onde, os mesmos temiam represálias do fugitivo e evitaram ser identificados. Cabe destacar que uma cliente de um estabelecimento comercial chegou a reconhecer “Cinderelo” em decorrência de ter visto a foto e lido reportagens do jornal, chegando a identificá-lo como aquele que assaltou o depósito de bebidas da Skol. Desse modo, o sensacionalismo utilizado pelo jornal e o discurso veiculado por dele atingem seu objetivo a ponto de ser considerado como referência para os “populares”, bem como os efeitos da notícia de que “Cinderelo” fugiu da prisão são evidenciados na insegurança e no medo expressado pelos moradores. Assim, também podemos entender que quanto mais intensa for a divulgação do jornal pela população, quanto mais poder de venda, de legitimidade enquanto meio de comunicação, mais efeitos de vigilância é disseminado pela população e em consequência mais efeitos de diferenciação e individualização do criminoso são efetivados.

Em busca de desvendar como ocorreu a fuga do criminoso, o jornal apresenta o depoimento de uma proprietária de uma

panificadora, que na manhã em que o criminoso fugiu, ela serviu café em seu estabelecimento comercial a dois policiais, supostos policiais que haviam escoltado o fugitivo. Da mesma forma, os funcionários do Centro de Saúde Pública foram fontes de pesquisa para o jornal, porém relataram que não notaram nenhum incidente que tenha envolvido um detento na última semana. Assim, é cogitado pelo jornal que “Cinderelo” pudesse ter persuadido os policiais que o escoltavam a mudar de rumo, sendo que ao invés de terem se dirigido ao Centro de Saúde Pública, se dirigiram à casa da mãe do criminoso. Assim, na reportagem consta, com relação à fuga de “Cinderelo”, que foi instaurado um inquérito policial para apurar “a evasão de um elemento de alta periculosidade” (21/03/1981, Página policial). Aqui, podemos notar “Cinderelo” sendo marcado como “fujão”.

Nesta mesma reportagem, consta que na madrugada anterior, os policiais souberam que “Cinderelo” se envolveu em uma briga, próximo à “zona do meretrício”, situada no Bairro Barreiros, no Município de São José, e que terminou por balear um homem ainda não identificado. Integra a reportagem uma foto de um quadro negro, e na região em que está escrito com giz branco “Luizinho Cinderelo” aparece uma mão segurando uma arma que está sendo apontada para o nome escrito (Anexo II). O discurso jornalístico evidencia que além da população, os policiais estão em alerta, porque o criminoso fugiu e a ordem é prendê-lo, como consta ao final da reportagem: “Em todas as salas de comissariado das diversas delegacias da Capital e cidades vizinhas, há no quadro-negro uma idêntica determinação: capturar “Luizinho Cinderelo” o mais breve possível” (21/03/1981, Página policial).

Na semana seguinte, o “criminoso perigoso” retorna a ser manchete de capa do jornal, com a seguinte afirmação: ““Cinderelo” desafia a polícia na Vila Palmira” (27/03/1981, Capa). Na página policial, seguida do título ““Cinderelo” quer enfrentar a polícia na zona” (27/03/1981, Página policial), o jornal evidencia que a polícia recebeu o desafio de enfrentar o criminoso na zona do meretrício, localizada no Bairro Barreiros, conhecida como Vila Palmira, por meio de uma vítima do

mesmo, que foi assaltada e baleada ontem. O discurso jornalístico dá visibilidade e legitima a periculosidade do criminoso, já que além de desviar da norma desafia a polícia, e desse modo, passa a ser foco de notícia, já que “Cinderelo” é figura ousada, imprevisível. Nesse sentido, cabe destacar o enunciado que potencializa a ousadia do criminoso e, ao mesmo tempo, as ações policiais perante o embate assumido.

É sabido que “Cinderelo” se faz acompanhado por no mínimo mais oito marginais, todos de alta periculosidade, dispondo de farta munição e armas de grosso calibre, adquiridas no assalto à residência de um coronel há algumas semanas. Contando com auxílio de prostitutas e pivetes, que os avisam na iminência do perigo, os bandoleiros armaram seu reduto em meio a um matagal nas proximidades, estando dispostos a rechaçar com violência qualquer tentativa de detê-los. Na polícia, alguns dos escalados para a difícil missão, reclamavam da ausência do “risco de vida”, bem como do insatisfatório municiamento com que sairão a campo. (27/03/1981, Página policial)

Para enfatizar a ousadia do criminoso, e de que modo tem enfrentado a polícia, cabe destacar o que o jornal aponta:

Na madrugada de ontem, informado que a polícia está em seu encalço, o foragido marginal assaltou e baleou Aristides João Vieira, residente em Santo Amaro da Imperatriz, despachando-o com o recado para a polícia “que estou preparado para traçar tantos quantos quiserem pegar” (27/03/1981, Página policial).

É possível perceber que ao mesmo tempo em que enuncia o que se passa no cotidiano, a partir do recurso do suspense, o jornal se legitima como discurso e ao mesmo tempo legitima o que passa a sua volta, o confronto entre bandido e polícia. Assim, conforme aponta Maingueneau (2008), não somente discursos se entrelaçam quanto tratamos do discurso jornalístico, mas o cenário também atravessa este discurso.

O jornal evidencia neste enfrentamento entre bandido e polícia, que os policiais escalados para enfrentarem “Cinderelo” passam a ponderar a estrutura da polícia com relação às municiões, apontando escassez, bem como o benefício salarial dos policiais denominado de “risco de vida”, o qual lhes foi cortado há alguns anos.

No dia seguinte, 28 de março de 1981, comentário na página policial do jornal, aparece na Seção Ronda, com o seguinte título: “Sem o “risco” ninguém arrisca”, referindo-se aos policiais que estão no “encalço de “Cinderelo” e que não possuem mais o benefício salarial para situações que envolvem “risco de vida”. Ademais, o comentário critica fortemente o posicionamento dos policiais, sugerindo que os mesmos pudessem estar facilitando a impunidade, a ponto de serem denominados de “pessoal que tá levando de goleada dos malacos”. Dessa forma, a figura do “criminoso de alta periculosidade” e suas peripécias passam a ser exaltadas pelo jornal perante a deficiência policial. Assim, o discurso jornalístico articula relações de poder-saber, colocando em jogo o embate, trazendo à cena os enfrentamentos entre polícia e bandido. Mas, ao mesmo tempo, efetua uma postura de fiscalizador das ações dos funcionários públicos, os policiais, e exerce o papel de defensor da população que fica refém da insegurança, conforme é enfatizado:

“Nessa, quem tá folgando é o “Cinderelo” e demais bandoleiros do mesmo naipe em ação, e quem continua a sofrer as consequências de todo esse arrego é o povo, que no final das contas acaba pagando do mesmo jeito (em impostos

mil), e não recebe nada de troco” (28/03/1981, Seção Ronda – Página policial).

Como em uma novela policial, que traz à cena o enfrentamento entre o bandido perigoso e os policiais que buscam prendê-lo, marcada a cada capítulo por novos detalhes, seguem uma série de manchetes, notícias e reportagens do Jornal “O Estado”, com frequência semanal ou a cada dois dias, dependendo das situações que estão em ação.

Pode-se notar que o Jornal “O Estado” ao apresentar as notícias e construir reportagens se aproxima do modo discursivo do folhetim, o qual é uma narrativa literária, característica do realismo literário, e que esteve presente nos jornais brasileiros no final do século XIX. O folhetim é marcado pela agilidade com que os temas são tratados, a profusão de eventos e a presença de temas e enredos intencionalmente voltados para prender a atenção do leitor, conforme aponta Meyer (1996). A narrativa do folhetim nasceu na França no início do século XIX, próximo ao surgimento da imprensa. Tais narrativas eram publicadas diariamente nos jornais em espaços muitas vezes dedicados a entretenimento. Os folhetins eram apresentados em formato parcial e de modo sequencial, destacando temas que envolviam o cotidiano de vida das pessoas da classe média, sendo que romances urbanos como “A Moreninha” de autoria de Joaquim Manoel de Macedo se tornaram populares no Brasil através de publicação em folhetins (Mayer, 1996; Sodré, 2009).

Nesse sentido, cabe destacar o jogo enunciativo presente no jornal “O Estado” ao serem reforçadas as audácias do criminoso perigoso e apontado quem está disposto a agir com ele, pois com o criminoso/delinqüente cabem se juntar os que não tem nada o que fazer, os anormais, os “podres”, os desviantes da norma. Como aponta a reportagem, “Cinderelo” é evidenciado como aquele que espalha “terror na zona”, local conhecido como Vila Palmira.

Temido por rufiões, cafetinas e frequentadores dos bordéis, porém idolatrado

pelas meretrizes, que lhe dão guarida e asseguram em parte suas inviolabilidades, os bandoleiros comandados por “Luizinho Cinderelo” continuam céleres na escalada que semeia sangue e horror por aquelas plagas. (31/03/1981, Página policial).

Hipóteses sobre como são arquitetadas as ações do criminoso são lançadas pelo discurso do jornal com o intuito de propiciar explicações causais, buscando razões para as formas espetaculares de agir do bandido e seus comparsas, sendo que uma delas é de que o criminoso realiza assaltos a passageiros de taxi na Vila Palmira com o auxílio dos próprios taxistas. Da mesma forma, o jornal intensifica as críticas ao policiamento, como forma de cobrar ações perante a situação de “Cinderelo” continuar impune e, além disso, transgredindo. Por isso, o discurso do jornal passa a transcrever as ações policiais, como forma de expor não somente que há criminosos perigosos à solta, mas que há defasagem no trabalho de vigilância e caça aos desviantes da norma.

Ao receberem o plantão pela manhã, diariamente os delegados que assumem nas diversas delegacias do Continente, e até mesmo da Ilha, encontram registrado no relatório uma "batida" feita por agentes e comissários à Vila Palmira. Contudo, a verdade é que quase sempre tais equipes são compostas por no máximo três ou quatro homens, fracamente municadas, e não vão além de uma vistória de fachada nos principais bordéis, seguido de um interrogatório de algumas meretrizes para ver se arrumam alguma informação acerca de “Cinderelo” e seu bando. (31/03/1981, Página policial).

Assim, é possível notar que o discurso jornalístico assume a função de vigilância “a quatro ventos”, em prol da norma,

fazendo uso de tecnologias biopolíticas, como aponta Michel Foucault, de modo a esquadrihar além dos desviadores da norma, todos as funções que estão desviadas do “rumo” e que colocam em risco o dispositivo prisional, de vigiar e punir, em prol da “limpeza social”, da segurança pública.

Nova “cena” aparece na página policial do jornal, desta vez sob o título: “Cinderelo repeliu ontem a balas três ocupantes de táxi na “zona” (01/04/1981, página policial), na qual é relatado que o bandido trocou tiros com três passageiros de um táxi na Vila Palmira, apontados pelo discurso jornalístico como sendo supostamente policiais que tinham o intuito de atrair o criminoso, para desta forma prendê-lo.

O cenário da Vila Palmira, retorna a ser tema que envolve “Cinderelo” em manchete de capa do jornal, a qual aponta: “Cinderelo causa tensão na Vila e desafia a polícia” (03/04/1981, Capa). Já a reportagem da página policial do mesmo dia, que busca esclarecer a referida manchete está intitulada com o seguinte enunciado: “Vila Palmira: a zona confinada com seus últimos dias com “Cinderelo” (03/04/1981, Página policial). A reportagem apresenta um panorama da Vila Palmira, o qual merece ser destacado.

Apontada na década de 60 como uma das zonas de meretrício mais frequentadas do Estado, a Vila Palmira situada nas margens da BR-101, quase na entrada de Florianópolis, está hoje mergulhada num clima de tensão e franca decadência. A presença do bandido “Cinderelo” e seu bando, em sua área, onde ele exerce um misto de fascínio (pelas prostitutas) e pavor (pelos frequentadores), sendo temido pela polícia, submete a Vila num acelerado processo de extinção, que começou a cerca de 8 anos, quando o Governo do Estado interessou-se pela sua transferência para Biguaçu e Palhoça em função das constantes reclamações dos moradores locais. (03/04/1981, Página policial)

O bandido de alta periculosidade, sedutor, e por isso, mais perigoso por ser defendido por prostitutas, é incômodo e considerado o causador da “agonia do prostíbulo”. É considerado como o promotor da desordem, das confusões, ocasionador das marcas de balas perdidas nas paredes das construções já em ruínas da Vila Palmira. “Cinderelo”, juntamente com seu bando, são considerados como uma infecção, uma doença que se associa à marca que carrega esta vila de “zonas”, a ponto de esta ser enunciada como o “habitat natural” dos bandidos. Direciona-se à “Cinderelo” também a diminuição dos frequentadores da Vila Palmira, por medo e insegurança que ronda a região, quando ele está “solto”.

Espalhadas em aproximadamente três quilômetros de uma estreita estrada de terra esburacada e mal iluminada, as casas de tolerância que formam a Vila Palmira, situada quase na entrada da Capital, padecem há muito tempo de um mal que, pouco a pouco, as vem arrastando para a derrocada total. Essa grave moléstia vem a ser a infestação de bandos de marginais que para lá convergem, como se ali estivessem em "habitat" natural, espantando a freguesia com a ameaça de suas presenças, e que em ação contínua, provocam a debandada das “meninas”.
(03/04/1981, Página policial)

O tema da derrocada da “Vila” tem como foco o bandido, com suas astúcias e aprontações, sem sequer o jornal dar ênfase ao processo de extinção do local propiciado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, visando a “limpeza” da entrada de sua Capital, Florianópolis. Além de evidenciar dados sobre a Vila Palmira, a reportagem é composta de depoimentos de cafetinas, e meretrizes que expõem seus posicionamentos sobre como consideram a “zona” e sua atual situação, estas não hesitando em

defender “Cinderelo”. Uma das meretrizes, que emite suspiros ao falar do bandido sedutor, aponta como positiva a volta do criminoso para a “zona” com o intuito de “meter medo”, já que desta forma é possível atrair policiais para fazerem “uma limpa nessa porcaria” (03/04/1981, Página policial). Já com relação aos enfrentamentos entre o bandido e a polícia na Vila Palmira, a meretriz Matilde enfatiza: “O “Cinderelo” vem aqui e faz o que quer, e sabe quando a polícia vai colocar as mãos nele? Nunca. Antes vão ter que apagar todas as meninas da Vila. E, mesmo assim, vai acabar um bocado deles para depois derrubarem ele” (03/04/1981, Página policial). Contudo, nem todas os moradores da Vila tem o mesmo posicionamento da meretriz, sendo que alguns já foram assaltados ou sofreram ameaças do bandido e dele demonstram medo.

Perpassam a reportagem um jogo enunciativo que envolve “Cinderelo” e Vila Palmira, lançando a questão do fim do bandido ou do referido “antro”. Dessa forma, o discurso jornalístico produz a figura do bandido perigoso e ao mesmo tempo o lugar que ele frequenta, como efeito do atravessamentos de discursos médicos e criminológicos. Mas, ao mesmo tempo, enuncia a necessidade de “limpeza”, pois por meio do extermínio, tanto do bandido, quanto da Vila Palmira, um complemento do outro, a cidade poderia “respirar” mais segurança.

“Luizinho Cinderelo”. Talvez venha a ser o último de uma estirpe que, pela força bruta e disseminando terror, conseguiu inspirar prostitutas, cafetinas e rufiões e demais bandoleiros. Último, porque é nítido do jeito que as coisa vão na zona, que ambos estão na eminência de serem exterminados. Resta saber quem acaba primeiro, Cinderelo ou a Vila Palmira. (03/04/1981, Página policial).

Mas, ainda não cessam os “capítulos da novela”, já que o bandido é citado em página policial sob o título afirmativo de que o mesmo “fura o cerco policial e resolve fugir” (09/04/1981,

Página policial). A reportagem apresenta que, de sexta-feira à segunda-feira, uma série de “batidas” policiais, por meio de “comboios de camburões da Polícia Civil e Militar” e policiamento armado, bem como “pentes-finos” foram realizados na Vila Palmira, e “casa por casa foi vasculhada” com o intuito de capturar “Cinderelo”. Contudo, nem o bandido e nem sequer algum de seus comparsas foi preso, sendo cogitado pelos policiais e enfatizado na reportagem que os mesmos podem ter fugido para outras localidades, além das divisas da Capital. O discurso jornalístico faz uso do discurso policial para legitimar “Cinderelo” como rei do crime, pois através do depoimento de um policial é defendida a possibilidade de que o bandido em breve retornará à Florianópolis, “pois não tem cancha para agir fora daqui. Tão fácil ele não vai abdicar do seu reinado, construído na base da violência, apoiado por outros marginais e erguido em cima do povo” (09/04/1981, Página policial).

Cabe destacar que em março e abril de 1981, período em que o criminoso está “solto”, é possível perceber uma frequência intensa de manchetes em que o mesmo é tema de capa do jornal “O Estado”, pois no período de apenas 14 dias, em quatro capas e sete reportagens policiais do jornal “Cinderelo” é citado.

Contudo, mesmo o bandido estando solto, de abril a junho de 1981, há um intervalo de ausência de notícias ou reportagens em que “Cinderelo” é tema de discurso jornalístico. Porém, como em toda novela pode-se encontrar cenas de ironia, em manchete de capa, as peripécias, desta vez, envolvem indiretamente o criminoso e se voltam para situação ocorrida durante blitz realizada na casa da mãe dele, sob o título de capa do jornal “Oficial perde dois dedos em blitz na casa de “Cinderelo” (16/06/1981, Capa). A referida manchete é acompanhada de foto da casa em que aparecem armários abertos, objetos jogados ao chão e espalhados por cima de uma cama. A reportagem detalhada da página policial, informa que um Tenente da Polícia Militar perdeu dois dedos quando um soldado que participava da operação disparou um tiro acidental no oficial, acompanhada do título: “Agora tentam reimplantar dedos do Tenente” (16/06/1981, Página Policial). A blitz foi realizada a partir de

uma denúncia anônima sobre o paradeiro de “Cinderelo”, a qual foi considerada “trote”. No entanto, foram encontrados pelos policiais, durante a revista na casa, armas, munições, dois capuzes negros, objetos que a polícia suspeita terem sido furtados, que são apresentados em uma foto que acompanha a reportagem da página policial. Para a realização da blitz, os policiais arrombaram as portas da casa de Edi Silva, mãe de “Cinderelo”, a qual constituiu advogado com o intuito de buscar representação contra os policiais por invasão de domicílio, solicitando ressarcimento pelas depredações efetuadas na casa. Quanto ao filho, o defendeu, afirmando que o mesmo há tempo não lhe dá notícias, “que dirá pernoitar aqui como alegaram para fazer todo esse serviço” (16/06/1981, página policial).

Em menos de uma semana após a blitz dos policiais à casa de sua mãe, o criminoso volta a “aprontar” e fazer parte da capa do jornal. “Cinderelo” evita cerco policial e alveja Passat com dois tiros” (20/06/1981, Capa) é a manchete. Já na página policial o título que acompanha a reportagem é “Cinderelo tenta assalto, e dá drible na polícia” (20/06/1981, Página policial). O jornal aposta nas astúcias do bandido, a ponto de enfatizar, depois de aproximadamente dois meses sem o bandido ser alvo de notícia do jornal, que “Cinderelo” permanece na cidade, fortemente armado e disposto a seguir célere em sua escalada de crimes” (20/06/1981, Página policial).

Em uma sequência de manchetes e reportagens, apesar de algumas lacunas entre estas, “Cinderelo” é exaltado como um criminoso perigoso e audacioso que a polícia não consegue capturar, sendo que esta passa a ser fortemente criticada pelo discurso jornalístico por colaborar com a impunidade, como é possível notar nos títulos veiculados em páginas policiais e capa do jornal “O Estado”: “Cinderelo não foi preso. Foi apenas seu carro” (31/07/1981, Página policial); “Cinderelo volta armado e passeia na cidade sob os olhares de policiais” (19/11/1981, Capa); “Cinderelo” volta armado e passeia. Polícia só aprecia” (19/11/1981, Página policial). Nesse sentido, o próprio jornal questiona a polícia, diante das dificuldades notadas em prender o criminoso, conforme é possível notar na reportagem:

Mesmo os agentes mais corajosos garantem que sem um grande aparato policial é impossível prender “cinderelo”, pois ele é temido pelo alto grau de periculosidade uma vez que, anda fortemente armado. Da mesma forma como é difícil sua prisão, o seu atual esconderijo vem se constituindo numa verdadeira incógnita para a polícia, que não consegue descobrir onde ele vem se ocultando. (19/11/1981, Página policial).

As repercussões do que foi veiculado no jornal sobre o posicionamento policial, são imediatas, sendo que no dia seguinte, em reportagem de página policial é apresentada declaração do Diretor da Polícia Civil de Florianópolis sobre “Cinderelo”. O discurso policial busca descaracterizar o discurso jornalístico de periculosidade do bandido, e ao mesmo tempo “cola” um novo rótulo em “Cinderelo”: “um guri atrevido”, inaugurando uma nova enunciação. Em seguida, o discurso do jornal apresenta detalhes do depoimento do policial, o qual reage às críticas apontadas pelo referido meio de comunicação à polícia, ressaltando o papel do jornal na construção de holofotes sobre o bandido perigoso e, ao mesmo tempo, o papel de “atrevisamento” do criminoso na desmoralização da polícia.

[...] para prendê-lo não será necessário uma grande esquematização pois, na verdade, "Cinderelo" é um bandido normal, que ganhou certa fama nas crônicas dos jornais, inclusive prejudicial a sua própria vida. Disse também que não acredita na possibilidade de "Luizinho" se entregar e que ele continuará a fazer coisas bem próximo à Polícia, inclusive com a intenção de desmoralizá-la. (20/11/1981, Página policial)

Na reportagem, o diretor ainda defende seu apontamento sobre a não periculosidade de “Cinderelo”, mais uma vez rebatendo o que vem sendo apresentado pelo jornal, ressaltando que cerca de “90% dos crimes que hoje se atribuem a “Cinderelo” não são praticados por ele e sim por outros marginais que estão tirando proveito da situação” (20/11/1981, Página policial).

Entretanto, o jornal não deixa de veicular novas notícias com frequência aproximadamente diária, apontando que “Cinderelo” continua “solto”, atribuindo a ele algumas transgressões, como apontam as seguintes manchetes: “Cinderelo” põe fogo num carro” (21/11/1981, Capa); “Cinderelo some, mas o carro, que roubou aparece incendiado” (21/11/1981, Página policial); “Polícia prende 2 companheiros de “Cinderelo” e caça 12 foragidos” (24/11/1981, Capa); “Nego Trinta” e “Chefinho” presos. Mas o “Cinderelo” continua impune” e “Envolvimento com “Cinderelo” agita deputados da AL” (24/11/1981, Página policial). Cabe destaque para as duas últimas reportagens citadas. Na primeira, os criminosos tornam-se alvo de notícia por serem companheiros de “Cinderelo”, mesmo este não tendo sido preso, dessa forma, sendo possível perceber tamanha ênfase dada pelo jornal a figura de “Cinderelo”, e dessa forma, possibilitando a individualização e diferenciação deste perante os outros criminosos. Já a segunda reportagem se refere à uma discussão travada na Assembléia Legislativa de Santa Catarina entre dois deputados, tendo como tema a continuidade de “Cinderelo” impune, as posturas policiais e a possibilidade de envolvimento de policiais com o criminoso.

Tal notícia veiculada na página policial sobre a discussão entre deputados na Assembléia Legislativa em torno de “Cinderelo”, podem ser consideradas efeito do jogo discursivo do jornal “O Estado” frente postura demonstrada pela polícia, enfatizando a dificuldade de prender o criminoso, a da repercussão da resposta do Diretor de Polícia ao questionamento do jornal ao cogitar a possibilidade de envolvimento de policiais com o criminoso “Cinderelo”, o qual foi veiculado: “de todos os policiais da Capital, somente uns 10 ou 12 já tiveram alguma ligação com “Cinderelo” (20/11/1981, Página policial). Diante

destas notícias, o jornal publica em sua página policial uma reportagem acompanhada do título: “Diretor de Investigações da Polícia Civil refuta declarações de deputado” (25/11/1981, página policial), em que o diretor expõe esclarecimentos.

Assim, o que é enunciado pelo discurso jornalístico, dando visibilidade à possibilidade de corrupção no meio policial, justamente por ligação com a figura do criminoso perigoso que está sendo alvo de inúmeras notícias, não deixa de produzir repercussão e gerar embates em outros âmbitos sociais. É por meio do jogo de poder-saber, e de recursos de sensacionalismo, que a mídia jornalística legitima a importância da normalização efetuada pelo dispositivo prisional, e ocasiona uma dinâmica de alarme perante a possibilidade do mal funcionamento de tecnologias de vigilância e punição, as quais dão sustentação a tal dispositivo. Cabe destacar que no mês de novembro de 1981, foi possível notar que em um período de apenas 9 dias “Cinderelo” foi tema de notícia em 4 capas de “O Estado” e foi citado no título de 7 reportagens de página policial.

Apesar de ter sido tema de notícia em manchete de capa do jornal e em página policial, que “Cinderelo” ameaça uma mulher, atira em um motorista de táxi e novamente foge dos policiais (28/11/1981, Capa e página policial), acompanhadas de fotos do táxi baleado, o jogo discursivo que envolve o criminoso perigoso começa a mudar. Em reportagem de página policial, que trata do roubo à uma relojoaria de Florianópolis, da qual foram levados cerca de 35 milhões de cruzeiros em jóias, “Cinderelo” é citado ao final da reportagem, sendo desqualificada sua periculosidade perante a profissionalização do roubo efetuado, pois, conforme consta no jornal, “já existem alguns suspeitos, informaram os agentes, que classificaram o trabalho dos ladrões de “Profissional” e acrescentaram que nem “Luizinho Cinderelo” faria igual” (03/12/1981, página policial).

Após “Cinderelo” ser manchete de capa e página policial, em que o jornal publica sob os títulos: “Cinderelo” troca tiros com a Polícia Federal” (20/12/1981, Capa) e “Tiroteio no Estreito entre Luizinho Cinderelo e a Polícia” (20/12/1981, Página policial), depois de dez meses fora do estabelecimento prisional,

o criminoso é preso. Em manchete de capa com a chamada “Federais prendem “Cinderelo” (22/12/1981, Capa) é veiculada uma foto do mesmo, em que aparece de tronco, na qual não está algemado, com a cabeça baixa, possui cabelo curto e barba por fazer (Anexo III). Já na página policial, que faz referência a manchete de capa, aparecem uma foto de “Cinderelo” (a mesma veiculada na capa do jornal), uma foto em que aparecem placas de carros e pertences considerados oriundos de roubos efetuados por “Cinderelo” e traficantes, foto de um casa que é considerada o “ponto”, a qual o jornal veicula como sendo o local em que o tráfico de drogas acontecia, e uma foto onde constam carros estacionados em uma garagem, também considerados roubados por “Cinderelo”, as quais acompanham reportagem detalhada sobre como ocorreu a prisão do mesmo (Anexo IV).

A reportagem veicula que “Luizinho” foi preso por policiais federais na casa de sua mãe, no Bairro Estreito, em Florianópolis, o qual encontrava-se armado e ferido com um tiro na perna, enfatizado pelo jornal como sendo decorrência do tiroteio travado entre ele e os policiais, ocorrido há dois dias. Para efetuar a prisão de “Cinderelo”, segundo o jornal a polícia seguiu pistas do tráfico de drogas após a prisão de traficantes de Florianópolis, sendo afirmado na reportagem que o criminoso liderava uma quadrilha de roubo de carros e outros objetos, bem como poderia estar envolvido com traficantes que foram presos em uma casa localizada à Rua José de Abreu, no Bairro Estreito, em Florianópolis. Desse modo, é possível perceber que o discurso jornalístico está atravessado pelo discurso policial e criminológico, marcando a figura de “Cinderelo” como pertencendo ao mundo do crime ligado à formação de quadrilhas e ao tráfico de drogas.

Na reportagem consta que, nas dependências da Polícia Federal, “Luizinho Cinderelo” foi apresentado aos repórteres presentes para uma entrevista coletiva, sendo que pouco falou, mas referindo-se a imprensa relatou: “você bagunçaram comigo”, alegando não ser o que os jornais publicam a seu respeito, e sobre sua prisão, “escolhi a Polícia Federal para me prender porque com a Civil e a Militar não tinha jeito”.

(22/12/1981, Página policial).

É possível notar que o discurso jornalístico ao colocar “Cinderelo” como objeto, num movimento de objetivação, ao mesmo tempo o individualiza, o marca, o rotula com características singulares, dessa forma, o diferenciando tanto das “pessoas de bem”, como perante os outros criminosos, através de um movimento de subjetivação. Mas, nesse movimento de subjetivação, há um movimento de “Cinderelo” para consigo, quando reage que a imprensa “bagunçou” com ele, resistindo ao rótulo e ao que foi publicado sobre ele, assim, resistindo às relações de poder-saber. Contudo, pode-se notar que a mesmo tempo em que resiste ao rótulo de bandido perigoso atribuído a ele pelo Jornal “O Estado”, “Cinderelo” parece assumir a posição de criminoso com status, já que diz ter escolhido ser preso pela Polícia Federal, ou seja, se afirma não sendo qualquer bandido.

As reportagens de página policial que seguem publicadas citando o criminoso, tem o intuito de acompanhar passo a passo os detalhes dos depoimentos de “Cinderelo” e demais presos envolvidos com ele, à polícia. Nas publicações seguintes do jornal em que “Cinderelo” aparece, não se nota mais referência ao mesmo como sendo “o mais temível assaltante do Estado”, um “criminoso perigoso”, o “marginal” ou mesmo o “elemento”, sendo apenas citado como “Cinderelo”. Como se sua periculosidade fosse diminuída e passasse a ser apenas um “menino atrevido”, e por isso, como que um “bandido menor”. Em acesso do jornal à “Cinderelo”, dois dias após sua prisão, é veiculado no jornal, em reportagem da página policial, a informação de que Cinderelo somente dará entrevistas depois de falar com juiz, e a fala que disse a um repórter de “O Estado”: “Eu sempre quizei viver honestamente, mas nunca me deixaram”. (24/12/1981, Página policial). Em 27 de dezembro de 1981 consta em reportagem na página policial que “Cinderelo” foi transferido para a Penitenciária Estadual, sendo que apenas os advogados e a família passaram a ter acesso ao mesmo.

O modo de objetivação de “Cinderelo” pelo jornal se modifica. O “criminoso perigoso” passa a dar lugar a possibilidade do inocente, e a figura do “bom moço” começa a

nascer. A exemplo disso, nota-se a manchete veiculada na página policial, sob o título: “Cinderelo” interrogado em juízo afirma inocência e faz denúncia” (08/01/1982, Página policial). Em tal reportagem consta que “Luizinho” nega ter participado dos assaltos ao depósito de bebidas Skol, alegando ter sido condenado injustamente, não ter tido envolvimento com nenhuma das pessoas presas pela polícia, negando a possibilidade de compor uma quadrilha, da mesma forma que negou qualquer envolvimento com furto, roubo de automóveis e tráfico de drogas. Ao final do depoimento, conforme o discurso do jornal, “Cinderelo” se dirigiu ao juiz afirmando: “Pois é doutor, depois dizem que eu sou um bandido perigoso” (08/01/1982, Página policial).

Nesse sentido, pode-se perceber que a figura de “Cinderelo” não apenas resiste à prisão, declarando-se inocente, mas ao mesmo tempo resiste à identidade de criminoso perigoso “grudada” à ele, e às relações de saber-poder do discurso jornalístico perpassado por outros discursos.

Nesta reportagem, também consta que o advogado de “Cinderelo” declarou ao juiz que os policiais federais cometeram arbitrariedades ao invadir uma casa localizada à Rua José de Abreu, no Bairro do Estreito, em Florianópolis, e ao prender suspeitos de fazerem parte de uma quadrilha de roubo de carros e estarem envolvidos no tráfico de drogas. Também declarou que no período em que os interrogatórios foram realizados nas dependências da Polícia Federal, muitos presos sofreram agressões e torturas por parte de policiais, com o intuito de exigir que eles assumissem as acusações de que estavam sendo acusados (08/01/1982, Página policial). Assim, o discurso penal dá legitimidade à resistência de “Cinderelo”, ao acusar policiais de cometerem violência e corrupção, de modo a ser possível perceber como as relações de poder, como afirma Foucault (1998) cabem ser tomadas em sua positividade, pois circula, dá voltas, em uma articulação contínua entre poder, saber e sujeito.

Cabe destaque para o que foi publicado na Seção Ronda, da página policial do jornal, sob o título “Cabeças Rolando” (16/01/1982, Seção Ronda - Página policial) depois do

depoimento de “Cinderelo” e das denúncias feitas por seu advogado. O jornal passa a dar ênfase às repercussões da prisão daquele que a pouco tempo era denominado de “criminoso perigoso”, passando a se referir a este de modo mais sutil, evitando adjetivos da ordem do crime “pesado”, focando as denúncias efetuadas contra os policiais e a possibilidade de corrupção dos mesmos. Nessa seção consta comparação da relação estabelecida entre “Cinderelo” e a polícia com os enfrentamentos travados entre Lúcio Flávio Vilar Lyrio, um criminoso famoso que na década de 70 no Rio de Janeiro foi autor de assaltos à banco e fugas espetaculares, e Mariel Mariscot, morto em outubro de 1981, um policial civil perseguidor de Lúcio e membros da quadrilha dele, que era famoso por ter envolvimento com criminosos, por ter recebido dinheiro advindo de assaltos de banco e por fazer parte do “Esquadrão da morte”, grupo de homens armados, surgido no Brasil na década de 60, que tinham o objetivo de perseguir e matar supostos criminosos considerados perigosos pela sociedade.

Aguardem. A SSI encontra-se como uma panela de pressão a todo o vapor e sai de perto a tampa abrir, pois o que vai sair de coisa feia dali não está no gibi. Sabe-se agora e até que não passou muito tempo, que a queda do “Luizinho Cinderelo” trouxe a tona uma série de podres que estavam sendo tapados exatamente dentro dos quadros da tiragem. Podem crer, uma versão cabocla “protagonizada” por um Lúcio Flávio (Cinderelo) e um Mariel Mariscot, cujo personagem na real versão à moda da casa já teve sua cabeça cortada por uma tesourada do bem-intencionado Coronel Ari de Oliveira. Guardando as devidas proporções, também aqui os conchavos entre tira e malaco estavam pintando de montão e descaradamente. É só ficar atento agora ao Diário Oficial do

Estado e sacar quais eram os que cultivavam suas mutretas com “Luizinho Cinderelo” e sua patota. Nessa hora, o que tem de nego querendo apressar aposentadoria alegando até que não é muito certo da cabeça, já dá pra montar não um time de futebol, mas sim um jogo.

Pode-se perceber que o que é levado a ser notícia pelo jornal o “Estado” é o que foge do convencional, o que é incomum, o que gera polêmica e interessa aos leitores, sem deixar, no entanto de gerar efeitos de subjetivação a partir dos movimentos de objetivação efetuados através do discurso jornalístico.

Mesmo preso, “Cinderelo” continua a motivar a construção de notícias jornalísticas com frequência diária de publicação em que ele é citado no título nas notícias. Em seus depoimentos passa a denunciar policiais de corrupção, podendo ser entendida tal estratégia efetuada pelo mesmo como resistência ao que fora veiculado sobre ele e aos crimes a ele atribuídos, desse modo, “desmontando” o que o discurso jornalístico chegou a divulgar enquanto estava em liberdade. Segundo a matéria de página policial, “Cinderelo” “acusa vários policiais civis de Florianópolis de corrupção, dando inclusive detalhes sobre a maneira pela qual os mesmos lhe tomavam dinheiro e objetos roubados, além de cometer outras irregularidades para lhe possibilitar continuar em liberdade” (29/01/1982, Página policial). Assim, é possível entender a artimanha de poder utilizada por “Cinderelo” para “comprar” sua liberdade, ao contrário do que incessantemente o jornal já noticiou sobre ele, possibilitando a popularização de que era criminoso de imensa periculosidade, a partir de notoriedade produzida sobre ele desde a publicação dos assaltos efetuados ao depósito de bebidas Skol em Florianópolis, em outubro de 1980.

Ainda consta que “muitos crimes que não chegou a praticar lhe foram imputados. Porém, o estigma que se formou em torno da sua imagem lhe colocou em condições desfavoráveis, chegando a um ponto em que confessou até ter medo de se

entregar” (29/01/1982, página policial). Dessa maneira, é interessante evidenciar no movimento de subjetivação, a prática de liberdade exercida por “Cinderelo”, num movimento de relação que estabelece consigo mesmo, evidenciando uma prática de resistência.

Cabe destacar que o inquérito a que “Cinderelo” está sendo submetido pelo judiciário perpassa o jornal. Para Foucault (2003) o inquérito é derivado de um modo de se exercer o poder que foi introduzido no direito penal a partir das práticas inquisitoriais da igreja católica, como prática de veridicção, de dizer a verdade. Mas, é possível perceber que, em torno do inquérito, atravessam o discurso jornalístico outros embates. É possível notar jogos de saber – poder e, ao mesmo tempo, de objetivação – subjetivação sendo travados entre o discurso jornalístico e “Cinderelo”. Enquanto o jornal busca capturar o mesmo, marcando sua identidade como criminoso, para além da publicação e ou delimitação de seus crimes, “Cinderelo”, por sua vez, resiste enfatizando sua inocência nos crimes, mas também buscando derrubar a figura de criminoso, para isso fazendo uso da denúncia de corrupção no meio policial.

Num movimento de “exame” dispensado por parte do discurso jornalístico, e com o intuito de legitimar a imagem de “Cinderelo” como bandido, aponta que “quando ainda era menor, por diversas vezes foi recolhido às delegacias, começando por pequenos delitos e terminando numa escalada vertiginosa, a ponto de ser considerado o inimigo nº 1 da sociedade catarinense, ocupando inclusive o tempo de algumas sessões na Assembléia Legislativa” (29/01/1982, Página policial).

No entanto, as denúncias de corrupção de policiais por parte de “Cinderelo”, não cessaram de repercutir ações concretas de afastamento dos policiais, bem como manchetes de capa e reportagens de página policial no jornal, sob os seguintes títulos: “SSI confirma denúncias de Cinderelo e um delegado é afastado” (30/01/1982, Capa); “SSI confirma acusações de “Cinderelo” e policiais corruptos são “afastados” (30/01/1982, Página policial); “Audiência de “Cinderelo” termina com acusações de falso testemunho” (01/02/1982, Página policial); “Advogado de

"Cinderelo" não aceita depoimento de federais" (04/02/1982, Página policial). É possível notar que aqui começa a nascer a figura de "Cinderelo" "justiceiro". Entre essas matérias publicadas, as denúncias protagonizadas por "Cinderelo" e divulgadas pelo jornal, ocasionaram a publicação de um documento oriundo da Secretaria de Segurança e Informações – SSI no qual explica as ações a serem tomadas, conforme segue:

A propósito de notícia veiculada pela imprensa, nesta data, segundo a qual o marginal Luiz Albertino Félix, vulgo "Cinderelo", condenado pela Justiça da Capital, acusa policiais de corrupção, a Secretaria de Segurança e Informações, através da Superintendência da Polícia Civil esclarece que:

1º) Sobre a denúncia de corrupção de policiais civis, alegada pelo referido marginal, foi instaurado o Inquérito Policial nº. 001/82, de 20.01.82, presidido pelo Delegado Regional de Polícia de Florianópolis;

2º.) Concluído o Inquérito Policial será o mesmo remetido à Justiça e, se comprovada a prática de atos de corrupção será instaurado Processo Disciplinar, pela Secretaria de Segurança e Informações, a fim de que os envolvidos sejam, também, responsabilizados administrativamente, nos termos da Lei nº. 5.267, de 21.10.76 (Estatuto da Polícia Civil);

3º.) As medidas administrativas que forem adotadas em consequência da apuração dos fatos, serão divulgadas, ao término do Inquérito Policial. (30/01/1982, Página Policial)

Segundo Foucault (2003), o inquérito é uma maneira de exercício de poder, que através da instituição judiciária "veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de

adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de poder-saber” (FOUCAULT, 2003, p. 78). Em parte de uma reportagem publicada na página policial que trata do processo de inquérito de “Cinderelo”, merece atenção o foco dado pelo discurso jornalístico, o qual se pauta na busca pelo desvendamento da “verdadeira culpa” pelos crimes por ele cometidos, reproduzindo assim o olhar inquisitorial.

Também desta vez a defesa não poupou acintosas críticas aos trabalhos dos federais, taxando o depoimento dos policiais de “falsos e previamente instruídos”. O Juiz Alberto Luiz da Costa está imprimindo um bom andamento ao processo, o que garantirá que em breve será dado a conhecer pontos até então obscuros na trajetória de “Cinderelo”, bem como a verdadeira culpa que cabe nos crimes que lhe são atribuídos. (04/02/1982, Página policial)

Em março de 1982, uma reportagem de página policial anuncia: “Luizinho Cinderelo” é absolvido, mas ficará preso por muitos anos” (10/03/1982, Página policial). É possível ressaltar que “Cinderelo” desmonta a identidade que o discurso jornalístico “grudou” a ele. Em contrapartida, não apenas citar que ele foi absolvido das acusações de tráfico de drogas, resistência à mão armada e porte ilegal de arma em decorrência de o juiz não encontrar provas suficientes, da mesma forma que as outras pessoas também suspeitas por tais crimes também foram absolvidas, bastou ao discurso jornalístico. Enfatizar que “Cinderelo” ficará preso por muitos anos, é a articulação de saber-poder que permeia o discurso jornalístico de “O Estado”, ao desempenhar o papel de “defensor dos interesses da população” a que se propõe, entre estes de não defender a impunidade.

O jornal, na oportunidade desta reportagem também comunica que o advogado de “Cinderelo” pretende apresentar

uma revisão criminal do processo a que o mesmo foi condenado por oito anos de prisão pelos assaltos ao depósito de bebidas skol e mais dois anos por medida de segurança, seguindo o depoimento de seu cliente que alega ser inocente, contudo somente “após o Casamento de “Cinderelo”.

Na contínua empreitada assumida pelo advogado de “Cinderelo” de mudar a imagem “impregnada” ao mesmo de criminoso perigoso, depois de ser absolvido dos crimes a ele imputados, em abril de 1982, em manchete de capa de “O Estado” consta, no centro da página: “O casamento do “Cinderelo”, acompanhada da seguinte nota: “Condenado há 10 anos, “Cinderelo” casou-se ontem com uma colegial na prisão, ao som de música sacra, e com padrinhos especiais” (16/04/1982, Capa). Pode-se notar os enfrentamentos entre a figura de “Cinderelo” criminoso e condenado, e a figura de “Cinderelo” criminoso inocente e, assim, recuperado, com a benção de um cerimônia religiosa. A capa integra uma foto em que aparece “Cinderelo”, sua noiva e uma daminha carregando uma balança da justiça (Anexo V). Assim, nota-se a produção do bandido glamuroso, reabilitado.

Na página policial, o casamento é detalhado sendo que a reportagem inicia identificando Cinderelo como “condenado há 10 anos por assalto a mão armada” que casou-se na Capela da Penitenciária Estadual de Florianópolis com Maria Goreti dos Santos. A noiva estava vestida com uma túnica branca e trazia nas mãos uma balança, buscando identificar-se com a Deusa Grega Têmis, considerada a deusa da justiça. É possível apreender que o objetivo da noiva era claro: proporcionar que “Cinderelo” ao casar-se com a justiça, deixasse de ser criminoso, e o exercício do casamento era a possibilidade de um “salvamento”, a demonstração ao público da possibilidade da recuperação. Isto fica evidenciado, no depoimento da própria noiva, publicado na reportagem, onde ela justifica o motivo pelo qual estava casando com “Cinderelo”: “Achas loucura tentar salvar a vida de uma pessoa? Ajudar esta pessoa a voltar a viver na paz?” (Fala da noiva – 16/04/1982, Página policial).

Nas fotos divulgadas na reportagem, no total de quatro,

apareciam a noiva se arrumando em um salão de beleza para o casamento; “Cinderelo” e sua noiva em frente do altar de joelhos, recebendo a benção do padre; uma foto do casal tomando champanhe; e a mesma foto da capa do jornal em que aparece a noiva “vestida de justiça” (Anexo VI).

Luiz Albertino Félix esteve vestido de terno claro e arrumado com o cabelo bem cortado e penteado. Como que em um “toque de mágicas”, o bandido perigoso desaparece e o “Cinderelo” se concretiza, da mesma forma que acontece com “Cinderela” no conto infantil publicado pelos Irmãos Grimm, em 1810. Muitos elementos da estória da “Cinderela” podem ser comparados com a história do “Cinderelo”. No conto infantil consta que “Cinderela” era pobre e era maltratada por sua madastra e suas filhas, tendo uma vida difícil, sendo impossibilitada de participar dos acontecimentos da sociedade da época. Ao “Cinderelo” em função de ser considerado um bandido, também não lhe era concedido andar livremente pelas ruas da cidade. Na estória, por uma mágica, “Cinderela” é vestida como uma princesa e lhe é oportunizado participar do baile promovido pelo príncipe que deseja encontrar uma noiva. Pelo encanto de “Cinderela” o príncipe se apaixona e gerando espanto à madrasta e às suas filhas, bem como às outras moças da sociedade, “Cinderela” é encontrada a partir do sapato de salto que esquece ao final do baile, e case-se com o príncipe. A estória da “Cinderela” está marcada pela mudança de vida, da mesma forma que o casamento “Cinderelo” também busca evidenciar esta transformação.

Nessa transformação de “Cinderelo” pode-se perceber o entrelaçamento de uma rede de relações de saber-poder que se fazem presentes. Na intenção de “colar” sobre a identidade de homem que era o criminoso perigoso, a identidade de homem criminoso recuperado, participam o exercício de poder-saber do jornal dando visibilidade a esta possível recuperação, mas, ora questionando alguns aspectos, como é possível notar no discurso jornalístico de “O Estado”; o poder policial, possibilitando segurança à comunidade e vigiando os presos na penitenciária; “autoridades” de Florianópolis que participam com o intuito de

“dar uma chance”, “apostar na mudança” de “Cinderelo”; o poder da igreja católica, possibilitando a remissão dos pecados de “Cinderelo”, mas, no âmbito prisional também atravessado pelo poder judiciário que pode efetuar o exercício de poder de possibilitar a remissão dos crimes cometidos por ele.

A reportagem do casamento integra depoimentos de pessoas presentes na cerimônia, entre eles um amigo de infância que declarou que havia uns dez anos que não tinha mais visto “Cinderelo”; um detento que representava os demais colegas da Penitenciária; a irmã religiosa que trabalha na Penitenciária e uma das fundadoras da Capela, que aconselhava o preso. Entre os padrinhos dos noivos, estavam: o apresentador de TV, César Souza; o Deputado Manoel Carlos de Souza; o Juiz Curador de Menores, Paulo Leonardo Medeiros Vieira; o radialista, Jorge Salum, e o editor de livros, Odilon Lunardelli. Sobre os padrinhos, consta que:

Os padrinhos dos noivos, apesar de não conhecê-los, explicaram que o convite foi feito pelo advogado de "Cinderelo" e aceito porque entendiam que isso pode ser um estímulo para a recuperação do rapaz. O radialista Jorge Salum ressaltou que apesar de não compactuar com os crimes cometidos por "Cinderelo", não via motivo algum para recusar o convite pois "essa minha atitude pode contribuir futuramente para o casal, mesmo porque acredito na recuperação dele". (16/04/1982, Página policial).

O que se pretendia demonstrar com a cerimônia era a manifestação de que “Cinderelo” se recuperasse da delinquência, da criminalidade, como um mal que lhe acometia, sendo que a presença das pessoas naquele espaço tinha o intuito de incentivar que a recuperação do mesmo fosse efetivada. Da mesma forma que “Cinderela”, apesar de humilde, “brilhou” no baile ao dançar com o príncipe, “Cinderelo” também “brilhou”, mas sob os

holofotes de fotógrafos e câmeras de televisão que registravam o seu casamento, o qual ao final foi comemorado com um bolo, salgados, refrigerantes e champanhe.

Apenas quatro dias depois da divulgação de seu casamento pelo discurso jornalístico de “O Estado”, “Cinderelo” passa a ser evidenciado na seção “Ronda” da página policial, sob o título “Geração Cinderelo”, mas agora sob outro discurso. “Cinderelo” passa a ser citado como personalidade do folclore catarinense, produzido pelo sensacionalismo jornalístico e, assim, é destacado como “mito”. Não há mais o discurso da diferenciação, a singularidade das peripécias de bandido, suas fugas espetaculares dos policiais, ou o criminoso temível e de intensa periculosidade, mas é evidenciado como igual a tantos outros bandidos, que integram uma “massa” de criminosos que vem sendo produzida em série, fazendo a sociedade se tornar doente, como que uma epidemia que contamina e se espalha sem controle pelo meio social.

Estes sujeitos são identificados como oriundos de uma classe específica da população, pertencentes à famílias desintegradas, são desocupados, que não vão à escola, usuários de drogas, quando não estão brincando de futebol podem estar furtando, não tem responsabilidade e usam drogas. Diante disso, a seção do jornal chama atenção para a necessidade de ações que promovam o controle da criminalidade, transformem esses sujeitos, mexam na “estrutura do sistema” com o objetivo de normaliza-los, para que a cidade não se torne um espaço de intensa criminalidade e insegurança a exemplo de outras que se encontram nesta situação. Como é demonstrado na seção:

Personalidade do contemporâneo folclore policial barriga-verde, porém se tiradas as máscaras do sensacionalismo, na real o famigerado "Luizinho Cinderelo" é um cara igual a tantos outros que nessa hora estão a praticar assaltos, igualmente mofando na cadeia ou então que simplesmente já abandonaram a saga de bandoleiro para retornar ao

convencionalismo do social. De diferente mesmo, apenas o apelido — Cinderelo — que o consagrou nas páginas, mais pelo inusitado da sonoridade que pelos golpes que praticou, longe de associá-lo a um Jesse James, Al Capone ou mesmo aos tupiniquins Lúcio Flávio, Bandido da Luz Vermelha ou Mariel Mariscotte (que o demo os tenha). Hoje em dia, qualquer pedra que se topar, pode virar que está assim de "Luizinhos" e "Cinderelos" por baixo. É o que mais tem. É toda uma massa, uma rapaziada no geral vinda da classe média baixa e da muito baixa, com a família desintegrada por problemas sócio-econômicos, de pais alcoólatras (quando os conhecem) e sem maiores perspectivas de chegar em ter em casa aquela mesa farta que as novelas das oito mostram (não tem uma que pinte a pobreza), ou de levar uma vida "ao sucesso" como a do beautiful people que anúcia o holiú. Sem trampo ou ensino prá se ocupar, cabeça cheia de mé e fumaça, quando não estão brincando de Sócrates ou Zico, fatalmente estão engordando o olho, pensando no atraque da madrugada, que bem pode ser uma carreta prá dar umas bandas ou "estourar uma baia", onde qualquer bagulho pode facilmente se transformar em fabulosos barões. Uma vida sem resposta, de momentos fugazes, sujeita a ser cortada por um balaço de uma vítima, por uma capotagem de quem mal sabe dirigir, por uma "overdose" de Algafan ou mesmo aleijada por uma "massagem" dos homens. E o pior é que os "Cinderelos" estão sendo produzidos em série, mais e mais a cada dia, crescendo como um câncer que aos poucos vai dominando o corpo doente. E seguramente nosso corpo social está

doente. Seriamente. Se não manerem no futuro dessa rapaziada mexendo na estrutura do sistema, motivando-a para uma guinada radical, podem crer que até aqui teremos um Vietnã, El Salvador ou, mais perto uma Baixada Fluminense. (20/04/1982, Página Policial – Seção “Ronda”).

No intervalo de um ano e nove meses, período em que “Cinderelo” se encontra preso, este é citado apenas em uma oportunidade pelo jornal “O Estado”, em maio de 1983, na reportagem que trata da denúncia de corrupção do ex-diretor da Cadeia Pública de Florianópolis, Gregório Vieira. “Cinderelo” é citado em decorrência do referido diretor ter facilitado sua fuga da cadeia, há dois anos. Nesta reportagem cabe destacar que o jornal critica a atitude policial à época em que o bandido estava à solta, e à Secretaria de Segurança Pública que nada investigou a partir da versão de que “Cinderelo” poderia ter tido “fuga facilitada” apresentada pelo jornal “O Estado” em suas páginas, em março de 1981. Dessa forma, não deixa de exaltar o trabalho efetuado pelo jornal, que agora é denunciada por promotor de justiça a partir de inquérito efetuado pela Polícia Federal. Assim, o jornal aproveita para apresentar uma “retrospectiva” breve de quem é a figura de “Cinderelo”, comparando-o como a figura de “Zorro”, em suas fugas espetaculares da polícia.

Durante algum tempo, nos anos de 80 e 81, a região da Grande Florianópolis viveu momentos de apreensão, medo e suspense com as investidas de “Luizinho Cinderelo” e seu bando. Sua perseguição pela Polícia mais lembrava um capítulo do legendário “Zorro”, sempre a deixava “a ver navios” após cada novo golpe. É tão patética quanto os mil esquemas

(inúteis) da Polícia pra capturá-lo, acabou sendo a prisão de “Cinderelo”. Terminou caindo, ao ir, junto com um advogado, reclamar no 3º Distrito Policial, no Estreito que não era autor de um dos crimes que lhe atribuíam. Julgado e condenado a mais de dez anos de reclusão – o principal delito foi um assalto contra o Depósito da Skol, em outubro de 80 – “Luizinho Cinderelo” durou pouco na cadeia. A denúncia apresentada agora pelo Promotor de Justiça Nelson Ferraz vem justamente ratificar versão apresentada a época da fuga — 17 de março de 81- pela reportagem de “O ESTADO”. O que teria havido não foi uma simples – “fatalidade”, ou “distração da escolta” conforme justificaram os meios oficiais. (15/05/1983 – Página policial).

Em dezembro de 1983, “Cinderelo” retorna a ser manchete em destaque de capa do jornal, em decorrência de ter ganho benefício judicial para passar o natal com sua família e não ter retornado à Penitenciária, juntamente com a informação de que foi preso Raul, condenado que estava foragido no Paraguai. Na mesma capa, cabe destacar, também é manchete que o Papa João Paulo II visitou na prisão o terrorista que cometeu tentativa de assassinato contra ele e o perdoa. As fotos de Cinderelo que acompanham a capa e a reportagem da página policial, referente a manchete acima mencionada, são fotos retiradas durante seu casamento ocorrido no interior da Penitenciária (Anexo VII). Conforme consta na reportagem, não somente “Cinderelo” perderá regalias na prisão, em decorrência de não ter retornado, mas também o policial escalado para vigiá-lo, o qual já foi afastado de suas atividades por 30 dias (28/12/1983, página

policial).

No dispositivo prisional, como aponta Foucault (1996), quando a vigilância do preso não é efetivada corretamente não somente ele é punido, mas também o responsável pela sua vigilância. Contudo, além de vigiar, o discurso jornalístico, como extensão do dispositivo prisional, se utiliza de uma marcação dos corpos através da visibilidade que possibilita a toda a comunidade ao incluí-los em notícias, e dessa forma, possibilita a diferenciação dos mesmos, a marcação dos que se desviam da norma, excluindo-os, conforme aponta Marocco (2004).

Na sequência, duas reportagens em páginas policiais são produzidas com o intuito de evidenciar que não se tem pistas de onde se encontra “Cinderelo”, considerado foragido da Penitenciária de Florianópolis. As reportagens recebem os seguintes títulos: “Polícia sem nenhuma pista sobre o paradeiro de “Luizinho Cinderelo” (29/12/1983, Página policial) e “Alarmes falsos, tiroteiros e nenhuma pista de “Cinderelo” (14/01/1984, Página policial). O que mais interessa nestas reportagens é o enfrentamento travado entre a polícia e o judiciário, que é evidenciado pelo jornal, conforme aponta a reportagem:

Quem deve saber sobre o paradeiro de “Luizinho Cinderelo” é o juiz Eder Graff que sabendo quem era o detento, o beneficiou com licença para passar o Natal e Ano Novo com os familiares”, ironizou um agente, também integrante de uma equipe que está a procura do sentenciado. (14/01/1984, Página policial).

A próxima vez que “Cinderelo” aparece no jornal é quando é “recapturado”, sendo manchete de capa do jornal e tema de reportagem na página policial (23/02/1984, Capa e Página policial). É apresentada na capa do jornal, pela primeira vez uma foto em que “Cinderelo” é exposto como criminoso preso, pois aparece de cabeça baixa no meio de dois policiais que o seguram pelo braço (Anexo VIII). Pode-se entender que a imagem tem o

intuito de evidenciar o trabalho da polícia, ora tão criticada nas páginas policiais, e da mesma forma, apresentar “Cinderelo” como bandido desta vez preso, como forma de enfrentamento à figura ora tanto evidenciada como inocente e de criminoso recuperado. Na página policial, uma nota ao lado da foto, evidencia isto: “Cercado por oito carros da PM e 21 soldados, Luizinho Cinderelo não pôde escapar” (23/02/1984, Página policial). Dessa forma, mais uma vez “Cinderelo” não é apenas apreendido pelos policiais, mas é capturado pelo discurso do jornal como um criminoso.

A forma de relato utilizada pelo jornal se modifica, não mais trazendo adjetivos a “Cinderelo”, mas relatando com riqueza de detalhes a trajetória realizada pela polícia para a prisão do bandido, bem como os enfrentamentos entre bandido e polícia. Destaca que “Cinderelo” trocou tiros com a polícia em Balneário Camboriú, há uma semana, e foi preso quando bateu o carro furtado que estava dirigindo em outro veículo, após perseguição policial e troca de tiros entre polícia e o foragido, quando avistado na Praia de Bom Abrigo, na região continental de Florianópolis.

No dia seguinte o jornal já noticia na página policial: “Cinderelo autuado por furto de carro e posse ilegal de armas” (24/02/1984, Página policial). Na reportagem consta que Cinderelo justifica que as armas foram compradas na época em que teve fuga facilitada pelo ex-diretor da Cadeia Pública de Florianópolis, o qual foi indiciado por corrupção e afastado do cargo. Da mesma forma, o jornal passa com rigor editorial a mencionar qualquer posicionamento acerca de “Cinderelo” fazendo uso do depoimento de “autoridades” para se referir ao bandido, sendo possível notar os entrelaçamentos de jogos de saber-poder: “Pois é, vamos ver se agora o Juiz abre mais um pouco os olhos e veja realmente quem é o “Cinderelo”, que não passa de um ladranzinho trouxa e de arraia miúda”, argumentou um policial” (24/02/1984, Página policial).

Um ano depois de ausência de notícias sobre “Cinderelo” ele volta a ser capa do jornal, quando em janeiro de 1985 foge da Penitenciária Estadual de Florianópolis. Na capa do jornal,

“Cinderelo” é adjetivado como “temível” e apresentado por meio de uma foto de rosto de identificação penitenciária, juntamente com a foto de um outro condenado que fugiu com ele (Anexo IX). Na nota que integra a capa do jornal consta: “Numa falha da segurança da Penitenciária, que hoje está com um déficit de 18 policiais, o temível “Luizinho Cinderelo” fugiu em companhia de Carlos Morteiro dos Santos” (08/01/1985, Capa). Na página policial, a reportagem apresenta como ocorreu a fuga, dando ênfase à falha de segurança na penitenciária, já que os condenados fugiram por uma janela que dava para a frente do prédio do estabelecimento penitenciário, quando estavam aguardando uma consulta médica, sem serem acompanhados por agentes prisionais. Como extensão do exercício de poder policial, na reportagem o discurso jornalístico apresenta hipóteses sobre o paradeiro do bandido.

No dia seguinte, “Cinderelo” retorna a ser tema de capa, mas desta vez sendo enfatizado pelo posicionamento da Secretária de Justiça do Estado de Santa Catarina, Heliete Leal, a qual é destacada pelo discurso jornalístico por apontar “Cinderelo” como “um menino exibido e sem-vergonha” (Anexo X). O jornal, na página policial, além de apresentar que a Secretária admite que houve falha na segurança da penitenciária por falta de efetivo policial, o que possibilitou a fuga dos condenados, expõe o posicionamento pessoal da mesma sobre o bandido, possibilitando a desqualificação de “Cinderelo”, que ao invés de ser considerado como “rei” no mundo do crime, ele, pelo depoimento de uma autoridade, não passa de um menino que deseja se mostrar, somente foge para roubar carros, se passar por rico e gosta de ser “caçado”. “Daí a razão para não poder mais acreditar nele” (09/01/1985, página policial).

Uma sequência de capas e reportagens em que “Cinderelo” é tema central, com frequência aproximadamente diária, é apresentada durante o mês de janeiro de 1985 pelo jornal, sendo que em um período de 19 dias, foi citado em 5 capas e 9 reportagens. As manchetes de capa e os títulos de reportagem policial evidenciam a intensa procura por bandido e afirmações do que ele está fazendo enquanto foragido, pois é reconhecido

pelas vítimas de assaltos nas fotos divulgadas pelo jornal: “Cinderelo” assalta no Sul” (10/01/1985, Capa); “Cinderelo e Cao assaltam uruguaios em Garobapa” (10/01/1985, Página policial); “Cinderelo forma quadrilha e assalta uma empresa no Sul” (11/01/1985, Capa); “Quadrilha de “Cinderelo” assalta em Urussanga” (11/01/1985, Página policial). Cabe destaque para o modo como as notícias que envolvem “Cinderelo” são evidenciadas no jornal, como é possível de ser observado na capa de “O Estado” de 11 de janeiro de 1985, pois a manchete é escrita em letras grandes, no alto da página (Anexo XI).

Notícias sobre a mobilização policial em tom de “caça” à “Cinderelo” são veiculadas pelo jornal como é possível perceber em: “Polícia do Sul mobilizada para tentar recapturar “Cinderelo” (18/01/1985, Página policial); “Segurança da Penitenciária foi reforçada” (18/01/1985, Página policial). Nestas notícias cabe destacar os jogos de poder que circulam entre a polícia, que é ressaltada pelo jornal como não conseguindo prender os foragidos, e as tentativas do jornal em se afirmar como um saber verdadeiro, que se apresenta como um meio de reconhecimento dos bandidos, através da publicação da foto dos mesmos, e denuncia o paradeiro de “Cinderelo”, em detrimento dos policiais que “não possuem pistas”.

A visibilidade dada pelo jornal de que a fuga dos condenados pode ter sido possibilitada em decorrência da falta de funcionários e policiais suficientes da Penitenciária, gera mudanças na segurança da Penitenciária. A Secretaria de Justiça contrata novos agentes prisionais e novos policiais militares foram destacados para atuar na penitenciária, bem como sindicância para apurar fuga de “Cinderelo” e outro condenado são instauradas. Ao divulgar estas mudanças, o jornal se legitima como aquele que proporciona mudanças efetivas para a “defesa de população”, através de seus grandes olhos vigilantes. Ao contrário da vigilância fina, sutil que é exercida no dispositivo prisional, como enfatiza Foucault (1996), o jornal possibilita “punições” por dar grande visibilidade, expor as falhas das intuições, bem como daqueles que não seguem a norma.

O jornal segue apontando os passos de “Cinderelo”, como

se pode notar nas manchetes e títulos de notícias: “Cinderelo cercado em Gov. Celso Ramos” (21/01/1985, Capa); “Cinderelo está cercado em Governador Celso Ramos” (21/01/1985, Página policial); “Polícia ainda não recapturou “Cinderelo” (22/01/1985, Página policial); “Delegado também acha Cinderelo exibido mas não consegue prendê-lo” (26/01/1985, Página policial). “Polícia se mobiliza nas praias para recapturar Cinderelo e Cao” (27/01/1985, Página policial).

Nessas reportagens é interessante enfatizar que “Cinderelo” é adjetivado como “guri metido a bobo” por policiais, em tom pejorativo, já que a instituição policial é desafiada e desacreditada pelo discurso jornalístico, perante a dificuldade de não conseguir prendê-lo, a ponto de evidenciar a ameaça de policiais a “Cinderelo”: “pensa que aqui vão tratar ele como heroizinho e está muito enganado. Aquele vai ver como é que se trata de guri exibido como ele” (26/01/1985, Página policial).

Desse modo, a polícia chega a se reunir em um contingente de 70 policiais para apreender os foragidos, como também passa a fazer uso de ameaça a conhecidos de “Cinderelo” com o objetivo de identificar o paradeiro do mesmo, já que a instituição policial não quer ficar em “desvantagem”, porém sem deixar de efetuar confrontos com os bandidos, como é possível notar nos seguintes títulos de notícias: “Casal é indiciado em inquérito policial por dar cobertura a “Cinderelo” (13/02/1985, Página policial); “Comerciante rebate acusações e diz que não ajudou “Cinderelo” (14/02/1985, página policial); “Cinderelo foge, mas o companheiro morre” (27/02/1985, Capa); “Cinderelo foge após assalto. Mas, Baron é morto” (27/02/1985, Página policial).

O discurso jornalístico evidencia em reportagem que “Cinderelo” consegue fugir após realizar com outros bandidos um assalto a um hotel em Balneário Camboriú e na tentativa de assalto a um motel no mesmo município, onde um de seus colegas é morto por um segurança do local. Contudo, “Cinderelo” é preso em março de 1985, em um apartamento do primeiro andar de um edifício do Bairro Kobrasol, em Florianópolis, quando um policial o avistou no referido apartamento. “Cinderelo” aparece

em foto de capa do jornal sentado numa cadeira, sem camisa e com um calção curto, olhando para a câmera fotográfica, e aparecendo na frente dele, sobre uma mesa, armas, munições e maconha, indicando o que o mesmo portava quando foi preso, acompanhado do seguinte enunciado: “Cinderelo preso” (02.03.1985, Capa) (Anexo XII). Pode-se perceber que a foto, pretende evidenciar o quanto “Cinderelo” é um moço “exibido”, tanto pelo status que assegura ao desafiar a polícia, as autoridades judiciárias, bem como a norma social, como também ao ser exposto desse modo não deixa de ser embelezado pelo discurso jornalístico, ao mesmo tempo que é mostrado como bandido, como é possível notar na página policial (Anexo XIII).

“Cinderelo” é heroicizado pelo jornal, o que pode ser percebido na longa reportagem que explica como ocorreu sua prisão, já que “desde a primeira semana de janeiro vinha driblando com sucesso e dando um grande cansaço na Polícia, foi finalmente recapturado pelos agentes do Doic” (02/03/1985, página policial). A proprietária do apartamento, um homem de Itajaí que justifica ter pego carona com “Cinderelo” e a namorada do mesmo também foram conduzidos para a delegacia, sendo que todos foram indiciados por “favorecimento” ao bandido, com exceção da namorada.

A reportagem também busca esclarecer, por meio de entrevista com “Cinderelo”, os motivos para a fuga da penitenciária, o qual justificou como sendo decorrência da negação do pedido de saída temporária da prisão, que fez com o objetivo de passar o Natal com seus familiares, a qual veio acompanhada de uma “piadinha” ao final da decisão emitida por parte do juiz. O jornal apresentou que “Cinderelo” negou que tenha feito os assaltos que foram noticiados, com exceção do Hotel em Balneário Camboriú, assalto este que antecedeu a sua prisão, bem como ressaltou que nunca desejou se exibir para ninguém, reagindo à declaração da Secretária de Justiça, apontando que isto é problema dela. “Cinderelo” declarou inocentes as pessoas que foram presas com ele, e explicou que no período que estava foragido se mantinha com apoio financeiro de sua mãe, que nas palavras do bandido sempre o aconselhava a se

entregar e a cumprir o restante da condenação.

Cabe destacar, que a declaração da Secretária de Justiça, foi utilizada como efeito de embelezamento e heroização de “Cinderelo” pelo discurso jornalístico, além de possibilitar enfrentamentos entre vários discursos e fazer circular jogos de saber-poder. Isto pode ser percebido pela forma como a declaração da Secretária é apresentada, desta vez com ironia, pela página “Roda Viva”, que está localizada ao lado da página policial, na composição do jornal, em que aparece uma foto de “Cinderelo sem camisa, e seguida da nota: “A Dra. Heliete tem toda razão. “Cinderelo” tem motivos de sobra para ser um garoto exibido” (Anexo XVI). Logo abaixo, “Cinderelo” é comparado a todos os outros presos da penitenciária que deverão ser submetidos a intensa vigilância, pois “A Dra. Heliete Leal, Secretária da Justiça, não quer mais milagres e nem improvisações na Penitenciária do Estado. Quer todo mundo de olho nos “exibidos” (04/03/1985, “Roda Viva”).

Somente após nove meses da notícia da prisão de “Cinderelo”, ele passa a ser citado pelo jornal novamente. O discurso que o envolve se modifica, da mesma forma que se modifica como ele é evidenciado nas páginas policiais. Preso, “Cinderelo” agora é citado em reportagem de página policial que se refere à denúncia de maus tratos a presos na penitenciária, e que o Governador do Estado, Esperidião Amim, e o Secretário de Segurança Pública, Heitor Sché, visitaram com o objetivo de conferir as denúncias. Segundo aponta a reportagem, a penitenciária identificou plano de fuga de “Cinderelo” e mais dois presos e impediu a execução deste. É importante evidenciar que “Cinderelo” é exposto no jornal da seguinte forma: “é considerado nos meios policiais como um bandido “pé de chinelo”, pois com algumas manobras e jogadas de efeito conseguiu ganhar notoriedade e fama” (14/12/1985, Página policial), ao contrário dos outros presos que tentavam a fuga, os quais são evidenciados como de alta periculosidade, “bandidos irreparáveis”, que “mereciam a execução”.

Contudo, é interessante enfatizar que a partir de 1985, figuras político-partidárias como a Secretária de Justiça, o

Governador do Estado de Santa Catarina, o Secretário de Segurança Pública e o Delegado Superintendente da Polícia Civil, são citadas elogiosamente no discurso jornalístico de “O Estado”, e da mesma forma, enfrentamentos com relação à ação de policiais e à segurança pública no Estado tem sutilmente diminuído nas páginas do jornal. Desse modo, é possível perceber como a política partidária atravessa o discurso jornalístico de “O Estado”.

Cabe destaque para a figura desempenhada pela mãe de “Cinderelo” que segue na defesa de seu filho, a qual pode ser notada também agora quando é agente protagonista de denúncias de que seu filho estaria sendo torturado na Penitenciária, o que possibilita que o nome dele retorne a ser manchete de capa e notícia em página policial do jornal. “Cinderelo” aparece no discurso jornalístico novamente como um “bandido justiceiro”, pois mesmo preso, denuncia tortura por parte de policiais na Penitenciária e “quer justiça”. A capa destaca que “Cinderelo” estaria sendo torturado” (17/12/1985) e o título da página policial já evidencia ações perante a denúncia efetuada pela mãe de Cinderelo na Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, como é possível perceber no título das seguintes notícias: “Comissão de Direitos Humanos ouve denúncias de agressões no presídio” (17/12/1985, Página policial); “Repercutem denúncias sobre espancamentos” (18/12/1985, Página policial); “Comissão constata violência no presídio” (19/12/1985, página policial). Contudo, é interessante ressaltar que em tais notícias é possível perceber as disputas de saber-poder que atravessam o jornal. A carta que Cinderelo enviou a sua mãe, foi publicada no jornal, na qual é possível notar que ele a orienta a denunciar o que ele vem sofrendo, inclusive a que instituições. Frente a isso, ao mesmo tempo em que os advogados da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC procuravam ouvir os presos com o objetivo de identificar se foram efetuadas torturas a eles no interior da unidade prisional, o promotor da Procuradoria Geral da Justiça entende tal atitude da comissão como regalia aos mesmos, pois, para ele, há

muita especulação em torno do assunto. No ano passado quando estes presos estavam nas ruas assaltando e estuprando exigiam que eles fossem mortos. Foram capturados, tem cama, e quatro refeições diárias e muito tempo para tentarem fugir para praticar os mesmos crimes de novo. Agora estão procurando conceder regalias a estes presos. (18/12/1985, Página policial).

Contudo, o bandido ao modo “Hobin Hood”, que gera polêmicas e estardalhaços pelo que faz e por onde passa, em menos de um mês, retorna a ser manchete de capa quando é descoberto antes de fuga da Penitenciária. Perante a possibilidade de sua fuga, antes da constatação de que “Cinderelo” e outro detendo identificado pelo codinome “Cuíca” se encontravam no interior do armário de uma pia na sala de aula da penitenciária, foram colocadas em alerta 17 viaturas da polícia militar e 50 policiais, sendo que no âmbito da polícia civil houve movimentação de policiais com o intuito de cercar o morro próximo a região da penitenciária, com o objetivo de impedir a fuga dos bandidos desta área, a Ponte Colombo Salles foi fechada e foi organizado um esquema de revista aos carros, possibilitando recaptura dos foragidos. Tal movimentação pode ser percebida já no título da reportagem na página policial: “Cinderelo” mobiliza toda a polícia com tentativa de fuga do presídio” (14/01/1986, Página policial).

O jornal nesta reportagem apresenta outro panorama de quem é “Cinderelo”, desta forma buscando capturá-lo por meio de um discurso de poder que o evidencia como bandido em decorrência do desejo de ser rico, marcado desde menino pelo uso de drogas e pequenos furtos. Da mesma forma, é possível notar no discurso jornalístico a tentativa de “Cinderelo” de fugir não somente do sistema prisional, mas também de ser notícia no jornal, ou seja, ser apreendido por uma identidade. Contudo, pela mobilidade do discurso jornalístico, percebe-se que este organiza novas estratégias de marcar a figura de “Cinderelo”, rotulá-lo

com uma identidade, para isso fazendo uso de outros discursos.

Na opinião da maioria dos policiais, "Cinderelo" é um bandido "pé de chinelo" que foi fabricado por alguns policiais querendo valorizar seus serviços e por jornalistas a cata de sensacionalismo. A ex-Secretária de Justiça, Heliete Leal classificou o assaltante de "menino exibido" e isto custou-lhe muitas críticas de vários setores da imprensa. A verdade é que Luiz Albertino Félix, de 27 anos, tem uma longa ficha de passagens pela polícia. Mesmo quando menor, viciado em tóxicos, ele se alternava entre as amizades com filhos de famílias ricas e pequenos fur tos, que lhe garantiram várias passagens pela Delegacia de Menores. Quando alcançou a maioridade, "Cinderelo" continuou a roubar para sustentar seus desejos de se vestir bem e frequentar lugares da moda. Estas preferências custaram a "Cinderelo" uma condenação de oito anos de prisão. Mas, mesmo dentro do presídio, ele continuou exercitando sua capacidade de tentar figurar dos noticiários, ao se casar em cerimônia que contou com a presença de autoridades catarinenses. (14/01/1986, Página policial).

Pode-se perceber que o Jornal "O Estado" não esclarece de modo coerente a idade e os dados pessoais de "Cinderelo", sendo que em reportagem datada de março de 1981 já apresentou "Cinderelo" com 27 anos de idade. Assim, da mesma forma "Cinderelo" é percebido como um criminoso dos anos 1980 e Florianópolis se apresenta com características contextuais e de sociabilidade específicas, a produção jornalística de "O Estado" também é singular, para um jornal que era considerado o maior diário do Estado de Santa Catarina na época.

Durante 6 meses nota-se que “Cinderelo” não é tema de notícia em “O Estado”. Em julho de 1986, na capa do jornal e em longa reportagem de página policial é notícia que 17 presos da Penitenciária Estadual de Florianópolis fogem levando como reféns o diretor da penitenciária, o secretário adjunto de justiça, o diretor penal da Penitenciária, o chefe de segurança da penitenciária, e a assistente social, os quais foram rendidos durante cerimônia de abertura da “Semana do Reeducando” que estava sendo realizada na Penitenciária. É interessante ressaltar que o modo como “Cinderelo” passa a ser abordado nas notícias se modifica, sendo que, apesar de uma série de reportagens de frequência diária em “O Estado” se referirem à fuga ocorrida, ele aparece somente no interior das notas de capa ou nas reportagens das páginas policiais, pois seu nome não é mais citado nas manchetes ou títulos de reportagens, como anteriormente. Da mesma forma, cabe destaque para o contexto jornalístico desta época, pois enquanto “O Estado” era considerado o maior jornal diário, apesar da presença do jornal “A Notícia” desde a década de 70, em abril de 1986 surge o “Diário Catarinense” que vem ser seu maior concorrente.

Na reportagem da fuga de presos da Penitenciária, o discurso jornalístico apresenta um breve relato de quem é cada um dos foragidos, sendo que “Cinderelo” é o primeiro a ser citado. É apresentado em todas as formas pelos quais é chamado: “Luiz Albertino Félix”, “Luiz Alberto Félix”, “Cinderelo” ou “Luizinho”, que possui 36 anos e é enunciado como preso por roubo de carros, foi indiciado inúmeras vezes e que “possui em sua ficha várias fugas da Penitenciária Estadual” (26/07/1986, Página policial). Também é apresentada uma foto de cada um dos foragidos e “Cinderelo” é mostrado em foto em que possui cabelos compridos que chegam ao seu ombro e com uma blusa com o zíper aberto até o peito, a qual é diferente de todas as fotos até o momento apresentadas dele no jornal (Anexo XV).

A partir da identificação dos veículos e de armamentos exigidos pelos foragidos para a fuga da Penitenciária com os reféns, é que o jornal noticiava pistas para onde se dirigiram e onde poderiam estar os mesmos. Quando os reféns foram

liberados, em longas reportagens foram enfatizados pelo jornal o depoimento destes, sob que circunstâncias passaram enquanto reféns e como foram liberados, por quais foragidos e em que localidade, o que pode ser percebido nas seguintes manchetes e reportagens do jornal: “Todos os reféns liberados” (27/07/1986, Capa); “Recapturados 4 furtivos. Coronel ainda refém” (27/07/1986, Página policial); “Maury conta todo o sequestro” (28/07/1986, Capa); “Furtivos recapturados chegam hoje na Penitenciária Estadual” (28/07/1986, Geral); “Simão é pego: preso o quinto foragido da penitenciária” (29/07/1986, Página policial); “Cuíca” é visto em Lanchonete em Joinville” (30/07/1986, Página policial); “Foragidos invadem casa de família” (31/07/1986, Capa); “Furtivos assaltam residência em Guaramirim e roubam carros e armas” (31/07/1986, Página policial); “Polícia mata foragido em Camboriú” (04/08/1986, Capa); “Foragido morre e outro é preso após tiroteio” (04/08/1986, Página policial); “Benedeck diz que sairá caro deter furtivos” (06/08/1986, Página policial).

É interessante destacar a ênfase dada pelo discurso jornalístico nestas reportagens à mobilização de instituições na busca de prender os furtivos, sendo que houve o envolvimento de 250 policiais militares e civis do Estado de Santa Catarina, policiais dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, bem como foi publicado o envolvimento do Governador do Estado, Esperidião Amim, no acompanhamento à situação dos foragidos, bem como o contato do Ministro da Justiça, o qual colocou a polícia federal a disposição do Estado para operar na busca aos que ainda não tinham sido presos. “Cinderelo” continua sendo citado pelo jornal apenas como foragido, e em certas reportagens sendo apresentadas possibilidades de onde ele e outros presos ainda não recapturados poderiam estar, através do discurso policial que atravessa o jornal.

Em reportagem de página policial é cogitado que ele poderia estar no norte do Estado, pois a arma utilizada em assalto ocorrida na região estava com “Cinderelo” desde a fuga dele da Penitenciária, bem como, em outra reportagem que noticia perseguição e troca de tiros de bandidos com policiais, ocorrida

em Balneário Camboriú, um foragido foi morto, mas outro fugiu desta “caçada” e se suspeita que seja “Cinderelo”.

Em agosto de 1986, Cinderelo volta a ser manchete de capa do jornal acompanhada de uma foto sua apenas de rosto em que possui os cabelos curtos, que enuncia: “Cinderelo” é preso na Capital” (08/08/1986, Capa) (Anexo XVI). A reportagem de página policial que detalha a manchete, é composta de duas fotos de “Cinderelo”: uma de rosto acompanhada da seguinte nota: “Luís: Fugitivos são espancados”; e uma foto em que ele está rodeado por fotógrafos e jornalistas concedendo entrevista, que é acompanhada da seguinte nota: “Cinderelo: a polícia é sempre mais violenta que os marginais” (Anexo XVII). Dessa forma, é possível perceber que o discurso jornalístico enfatiza as denúncias efetuadas por “Cinderelo”, destacando que este não participou da organização do motim ocorrido na penitenciária, e que aproveitou para fugir em decorrência de torturas que vinha sofrendo na prisão. Assim, o jornal ao destacar tais depoimentos de “Cinderelo”, aproveita para atacar a reputação do sistema prisional, pois aborda como “graves denúncias” que apontam “uma ação claramente ilegal da direção da Penitenciária”, e publica favorecendo uma “boa” imagem do preso que “apesar das acusações que pesam sobre ele, Cinderelo nunca agrediu ninguém e nunca atirou para matar” (08/08/1986, Página policial).

Em reportagem de agosto de 1986, que aborda o depoimento de um preso sobre como aconteceu o motim da Penitenciária, “Cinderelo” é apenas citado pelo jornal, acompanhado do nome de outros presos, para evidenciar que ele não participou da organização deste, mas que foi convidado pelos “líderes”, junto com outros presos para os acompanhar na fuga.

Por denúncia efetuada pela mãe de “Cinderelo” em decorrência de que ele estaria sendo “arrebentado” na Penitenciária, juntamente com outros presos, é que, em dezembro de 1986, ele volta a ser citado na página policial do jornal. Na reportagem aparece uma foto de rosto acompanhada da nota: “Cinderelo não participou do último motim mas sofreu represálias” (10/12/1986, Página policial). O jornal passa a ser palco de enfrentamentos entre as denúncias da mãe de

“Cinderelo” e o depoimento do diretor da penitenciária que admitiu que os presos que participaram da fuga, tiveram suas celas revistadas, entre eles “Cinderelo”, o que incluiu a “dominação” dos mesmos com “socos, pontapés e safanões” e justificou tais ações por considerar que uma prisão não pode ser comparada com um “colégio de freiras”, e que por isso é comum a violência acontecer de preso contra preso e de preso contra policial. Assim, pode-se notar que novas relações de saber-poder buscam capturar “Cinderelo” e que a estratégia de resistência utilizada anteriormente por ele, e articulada por sua mãe, de denunciar tortura ocorrida no interior da Penitenciária, é desqualificada como denúncia pelo diretor do estabelecimento prisional, justamente pelo cenário de enfrentamentos desencadeado por “Cinderelo” onde buscou resistir através de fugas do sistema prisional e que por isso, merece punição.

Ainda em dezembro de 1986, passa a ser notícia o retorno de “Cinderelo” para a Penitenciária de Florianópolis, já que o jornal publica que o mesmo havia sido transferido para o Presídio de Criciúma, juntamente com outros presos que participaram da fuga da penitenciária em julho de 1986. O motivo da transferência, é divulgado pelo discurso jornalístico a partir de entrevista com o diretor da penitenciária, o qual teve o intuito de separar alguns presos “considerados perigosos”. E a reportagem enfatiza “Cinderelo” como “temido em Criciúma”, mesmo no contexto prisional, legitimando esta identidade a ele ao publicar o depoimento do juiz criminal do Município, o qual evidencia através do olhar da medicina a possibilidade de um preso “contaminar” outros e causar insegurança à população, como é possível perceber na matéria do jornal:

“Não é justo que venham mais elementos para os nossos presídios, que mesmo com toda esta população, vem sendo conduzido com muita tranquilidade e sem problemas. Não podemos aceitar esses maus elementos, que poderiam gerar um tumulto entre os demais presos. Isso não seria a solução. A população de Criciúma não

poderia ficar exposta neste período de férias e tempo de veraneio a elementos que fizeram crimes fora daqui. O lugar deles é na Penitenciária Estadual”, afirmou inconformado o juiz criminal (30/12/1986, Página policial).

Nas matérias do jornal publicadas em 1987, “Cinderelo” é citado apenas no texto das reportagens e pode-se perceber que entre estas há intervalos de aproximadamente 2 meses, sendo possível notar uma redução da frequência de reportagens que o envolvem. Na notícia de janeiro de 1987, de que um segurança e um agente da Penitenciária Estadual sofreram punições em decorrência de terem colaborado com a fuga de presos ocorrida em julho de 1986, a partir de investigações efetuadas pela sindicância que foi instaurada, há referência de que “Cinderelo” e outros presos, pela participação no “motim”, poderão ser indiciados por tentativa de fuga, sequestro e homicídio. Da mesma forma, na reportagem, de fevereiro de 1987, que noticia que a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC visitou a Cadeia e a Penitenciária Estadual com o intuito de realizar um estudo que visa conhecer as condições das unidades prisionais no Estado e se surpreendeu com “superpopulação carcerária”, “Cinderelo” é apenas citado em decorrência da mãe dele ter efetuado denúncias de tortura e o jornal evidenciar que o Diretor da Penitenciária criticou tal atitude considerando-a como “promocional e facciosa”.

Considera-se neste estudo como última reportagem do Jornal “O Estado” que faz referência a “Cinderelo” a página policial que noticia “Tranferência de presos tranquilizou Penitenciária” (13/05/1987, Página policial), pois em pesquisa realizada até o ano de 1989 não foi encontrada nenhuma citação do mesmo nas páginas do jornal. A referida reportagem noticia, dando ênfase ao relato do novo Diretor da Penitenciária Estadual, apontando que o contexto penitenciário estaria mais tranquilo “desde a transferência dos detentos considerados mais perigosos para o Paraná” (13/05/1987, Página policial), apesar de não citar o nome dos presos.

Pode-se pensar que “Cinderelo”, pelo fato de não ter sido mais citado no Jornal “O Estado”, passou a ser cidadão comum de Florianópolis, da mesma forma que antes de ganhar notoriedade como bandido pelas notícias e reportagens do jornal. Contudo, não há como se delimitar com clareza quando o criminoso passa a ter visibilidade e quando deixa de tê-la, já que tal estudo foi realizado somente em documentos do Jornal “O Estado” e no período de 1980 a 1989. “Cinderelo” criminoso desaparece, da mesma forma que o Jornal “O Estado” começa a desaparecer em decorrência do surgimento e concorrência de outros jornais que surgiram no final dos anos 1980 em Florianópolis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar um tema de estudo envolve para Foucault (2010c) um “movimento pelo qual dele nos separamos, constituímos-lo como objeto e pensamo-lo como problema” (p. 232). Foi o objetivo deste estudo a produção da subjetividade de “Cinderelo” a partir do discurso jornalístico do jornal “O Estado” na década de 80, ou seja, problematizar que sujeito foi sendo desenhado pela mídia.

Ao invés de buscar um sujeito uno, definir uma identidade a “Cinderelo”, dizer o que ele é ou foi na década de 80 em Florianópolis, permitindo compará-lo a outros criminosos a partir das características dele ou das infrações por ele cometidas, buscou-se atentar para as diferenças. Dessa forma, não atentar para os continuísmos, para as semelhanças presentes no discurso que nos possibilitassem identificar quem foi “Cinderelo”, mas buscar as descontinuidades e percebê-las, foi o norte deste trabalho. Pois, como aponta Foucault (1998), através do método genealógico ou arqueológico, a história não tem por finalidade encontrar a origem de nossa subjetividade, de nossa identidade, mas, ao contrário, tem como norte dissipá-la. Assim, a história “não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 1998, p. 35).

Sendo a subjetividade o tema central nos estudos de Michel Foucault, ele nos indica que para compreendê-la, devemos atentar para a articulação contínua entre saber, poder, subjetividade. Assim, cabe ressaltar o que escreve Foucault (1998), ao apontar o poder como uma microfísica. Para o autor, o sujeito não é uma coisa, um dado sobre o qual se abate e se exerce o poder. “O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (FOUCAULT, 1998, p.161). Nesse sentido,

olhando do alto, de cima, da exterioridade, como nos ensina Foucault (2010a) por meio do método arqueológico, foi possível apreender a figura de “Cinderelo” como efeito de uma rede de relações de poder e saber.

“Cinderelo” foi sendo desenhado pelo discurso jornalístico como um **criminoso perigoso**, o inimigo número um da sociedade catarinense. Mas, que criminoso era “Cinderelo”? Um criminoso que não era assassino, mas que assaltava estabelecimentos comerciais e residências, para apreender carros, jóias e dinheiro, andava armado, era tido como comandante de quadrilhas que confrontava a polícia. Ganhou notoriedade no discurso jornalístico a partir do roubo do depósito de bebidas em Florianópolis em 1980, sendo evidenciado não somente pela infração cometida, mas pela sua ousadia. Nesse sentido, a intensa periculosidade de “Cinderelo” não indicava para as infrações, os crimes por ele cometidos, mas indicava a ameaça que ele era para toda a sociedade pelo atrevimento de confrontar a polícia, bem como suas fugas tratadas com espetacularidade. Assim, ele foi desenhado como rei, como herói do crime.

Mas, a identidade de criminoso perigoso, do “rei” do crime, foi sendo diminuída com o intuito de desqualificar a periculosidade do mesmo, justamente como efeito dos jogos de poder – saber que circulam entre o discurso jornalístico e o discurso policial, dando lugar à identidade de “**menino atrevido**”. Tais jogos de poder-saber se configuraram em torno da impunidade do bandido, pois enquanto o jornal denunciava a deficiência do exercício policial frente à impunidade e consequente heroização do criminoso, o discurso policial se voltava para o jornal como sendo produtor da intensa periculosidade do bandido.

A partir da desqualificação da periculosidade de “Cinderelo”, a identidade do “**menino bonzinho**” começa a ser desenhada, quando o movimento de subjetivação que se nota no discurso jornalístico não segue somente na direção de “grudar” uma identidade ao criminoso como efeito de poder-saber, mas na direção da relação que “Cinderelo” estabelece com ele mesmo. Pode-se notar uma linha de fuga de “Cinderelo” frente à

articulação do discurso jornalístico com outros dispositivos, quando este efetua a denúncia de policiais corruptos, num movimento realizado por ele de resistência tanto à prisão, quanto à identidade de “criminoso perigoso”. E como estratégia de legitimar a marca de “Cinderelo” como “um menino bom”, e um “criminoso recuperado”, o casamento do mesmo é organizado no interior de Penitenciária pelo seu advogado. A balança da justiça, que a noiva vestida como a deusa da justiça carregou para chegar ao altar, na cerimônia do casamento, assinalava o casamento de “Cinderelo” com a justiça, com a recuperação, com a transformação de um “menino mau” em um “menino bom”. Tal transformação pode ser notada nos aspectos de “bom moço” que “Cinderelo” carregava em sua imagem, desde o penteado do cabelo, denotando realmente “A história da Cinderela”, mas voltada para o masculino.

Outra figura enunciada pelo discurso jornalístico que é possível notar é a de “**Cinderelo**” **justiceiro**, já que mesmo preso, ele denuncia policiais de corrupção e denuncia tortura contra presos na penitenciária. À medida que “Cinderelo justiceiro” está sendo individualizado desta forma, participa e ganha destaque a figura da mãe de “Cinderelo”, a qual é identificada como aquela que efetua denúncia às instituições e órgãos de direitos humanos do Estado, na defesa do filho que está sendo torturado na prisão.

Mas, “Cinderelo bonzinho” e “justiceiro” passam a ser marcados de outro modo pelo discurso jornalístico. Quando as fugas do bandido, seja da penitenciária ou da perseguição policial, são noticiadas de modo espetacular pelo jornal, a figura do “**bandido herói**” ganha visibilidade. “Cinderelo” passa a ser enunciado deste modo, a partir das fugas espetaculares, das tentativas de fugas e da rebelião com reféns em que ele esteve envolvido, bem como a partir dos confrontos espetaculares que travou com policiais, os quais foram tema de notícia pelo discurso jornalístico.

Assim, podemos apreender que “Cinderelo” é muitos. É criminoso perigoso, é menino atrevido, é menino bonzinho, é bandido justiceiro e bandido herói. Mas, além de muitos é

marcado por contradições, ambiguidades. Ao mesmo tempo em que é enunciado como criminoso perigoso, é também enunciado como rei no mundo crime. Da mesma forma, aparecem a figura do pobre que vira príncipe ao casar-se; o bandido que é justiceiro, o qual mesmo preso gera espetacularizações; o bandido que foge e por isso é marcado como herói.

A partir deste “muitos” e destas ambiguidades, podemos notar que “Cinderelo” é figura difícil de ser capturada e marcada com apenas uma identidade. As linhas de fuga que perpassam a construção da subjetividade de “Cinderelo” e as resistências que ele exerceu frente ao poder que buscou o apreender, capturar, possibilitaram diversas visibilidades.

Ao entendermos que algo se torna notícia a partir da sua importância para a população, e entre outros critérios, a imprevisibilidade do acontecido, sua novidade, bem como sua atualidade, como aponta Rabaça; Barbosa (2002), “Cinderelo” se tornou notícia muito mais pelos acontecidos que o envolviam, do que pelos crimes por ele cometidos. Assim, podemos entender a evidência atribuída pelo discurso jornalístico à periculosidade do criminoso, pois como nos aponta Foucault (2003), esta noção de periculosidade no discurso jurídico envolve uma referência ao sujeito e aos perigos que ele poderia apresentar à sociedade, antes dos crimes por ele cometidos.

Mas, é importante destacar que o personagem “Cinderelo” no discurso jornalístico de crimes, é datado. É uma marca da década de 80 e do jornal “O Estado”, de Florianópolis. A imprevisibilidade de “Cinderelo”, os enfrentamentos que se efetivavam em torno das tantas identidades com as quais buscou ser marcado, possibilitaram ao jornalismo construí-lo como personagem do noticiário de crime, individualizando-o. A partir da história do noticiário de crimes, e como este foi se modificando com o passar do tempo, é possível compreender a figura de “Cinderelo”. Como aponta Molica (2007), ao apresentar as notícias que marcaram um período de 50 anos de noticiário de crimes, é possível notar de um modo geral que,

o crime dos anos 50 e 60 tendia a

individualização, o medo tinha nome ou, pelo menos, um apelido. Era como se cada um daqueles episódios fosse considerado um desvio, uma anomalia que poderia ser isolada – com a prisão ou morte do bandido, tudo voltaria ao normal. Essa percepção muda ao longo das décadas seguintes, não há mais o inimigo número 1, o “Mineirinho”, o “Bandido da Luz Vermelha”, mas os esquadrões, as falanges, os comandos, as milícias. O mundo do crime também ficou mais complicado. Neste sentido, as reportagens funcionam como crônicas que mostram o agravamento e a disseminação de uma guerra (MOLICA, 2007, p.10).

Pode-se ressaltar que a mídia não é estática, pois à medida que legitima algumas práticas, também as questiona, sendo que isso pode ser entendido a partir da história do jornalismo. Molica (2007) aponta que no desenvolvimento do jornalismo de crimes, é possível perceber que a polícia, antes considerada quase como uma expressão do “bem e da ordem”, apesar de raras exceções, se torna notícia, com o passar do tempo, do lado dos desviantes da norma. Surge o jornalismo que passa a denunciar e “criar estardalhaços” em torno de abusos realizados por policiais. Mas, cabe-nos ressaltar que o surgimento de uma divisão mais tênue entre polícia e bandido nos noticiários, faz parte da mobilidade do dispositivo da mídia e sua articulação com outros dispositivos, pois, como aponta Foucault (1996) ao se referir ao dispositivo prisional, não somente os criminosos/delinqüentes são vigiados, mas a vigilância também se volta para aqueles que devem exercê-la.

Da mesma forma que o personagem “Cinderelo” de certo modo faz parte da história de uma época de jornalismo, ele também pode ser entendido como herói a partir da compreensão da cultura brasileira. Conforme aponta Da Mata (1983), herói para a cultura brasileira não é aquele que segue uma vida “reta”, “certa”, mas muito mais aquele que por meio da malandragem,

dos pequenos e astuciosos desvios à norma, que “zigzagueia” entre a ordem e a desordem, e dessa forma resiste às normas e regras sociais. Este é o personagem do herói que historicamente se tornou popular no Brasil, e foi tema de noticiários, novelas ou filmes em nossa história.

No entanto, a partir do entendimento da mídia como uma estratégia que coloca em jogo e legitima diversos dispositivos, foi possível perceber o funcionamento deste no estudo realizado. No movimento de objetivação efetivado pelo discurso do jornal, à medida que “Cinderelo” era evidenciado, marcado, individualizado, pode-se notar que muitas relações estavam presentes e linhas se entrecruzavam. As linhas de força, ou seja, as relações de poder estavam presentes por todos os lados, como uma luta, um embate constante. Como nos aponta Foucault, o poder não somente tem peso como uma força que nega, mas, “de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1998, p.8). Desse modo, deve-se considerar o poder como uma rede que perpassa todo o corpo social, entendido em sua positividade, ao invés de algo negativo que tem por função reprimir.

Mas, não é possível identificar quem detinha o poder, se ele era oriundo de uma estratégia do discurso jornalístico, ou do discurso policial, jurídico, psiquiátrico, criminológico que o atravessavam. Assim,

onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1998, p. 75).

Como efeito das linhas de força, “Cinderelo” foi sendo marcado, identidades foram sendo “grudadas” a ele, possibilitando várias formas de visibilidade, pois para Foucault (1998) o sujeito é efeito de relações de poder, e por ele o poder também circula. Como é possível perceber nas palavras do autor:

Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam indetificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui (FOUCAULT, 1998, p. 183-184)

Assim, podemos entender que um dos aspectos que oportuniza mobilidade à mídia e que exige da mesma se desenvolver de modo heterogêneo, são as linhas de subjetivação. Pois, “Cinderelo”, no movimento de relação consigo mesmo, no movimento de subjetivação, reagia às identificações a ele impostas, resistia ao poder, se utilizava das linhas de fuga de modo a fugir do enquadramento das estratégias de saber-poder, desafiava os rótulos que eram “colados” a ele, e dessa forma efetivava práticas de liberdade, em meio a este movimento multilinear dos dispositivos que atravessavam o discurso jornalístico. Pois, como afirma Prado Filho (2006), nos processos de subjetivação “não é suficiente a enunciação discursiva, é necessário ainda que o sujeito se reconheça no texto, estabeleça uma relação com ele, corporifique suas verdades, coloque-as em movimento em seu corpo e na sua vida” (p. 67).

A mídia e seu engendramento com dispositivos também se concretizam por meio do discurso. Mas, como ressalta Prado Filho (2006) não um discurso que se faz prática de modo oculto, apenas no âmbito das “ideias”, ou por meio de apontamentos teóricos, mas através de procedimentos que circulam, debatem, polemizam, lutam, ultrapassando as prateleiras das livrarias e bibliotecas. Mas, o discurso “não é expressão de liberdade e criação – ao contrário – está sujeito a regras de produção e circulação, além de inscrever-se concretamente nas lutas políticas de uma sociedade” (PRADO FILHO, 2006, p. 36). Nesse sentido,

podemos entender que ao mesmo tempo em que “O Estado” estava submetido a algumas normas de produção de notícias e publicação destas nos anos 80, bem como submetido ao cenário de concorrências econômicas entre empresas jornalísticas, se inscrevia, atuava e se fazia prática no cotidiano da população da cidade de Florianópolis.

Assim, é importante destacar que o Jornal “O Estado”, a partir do que se pode perceber na análise efetuada dos documentos, se aproxima mais do modo de narrativa do folhetim, do que se entende por mídia. O folhetim teve expressividade no discurso jornalístico no final do século XIX. Conforme Meyer (1996), seguindo uma narrativa literária, o folhetim buscava ilustrar com realismo e emoção diversos temas que envolviam o cotidiano da população de classe média da época, tendo o intuito de prender a atenção do leitor, tratando desde amenidades a assuntos sérios, de conversas particulares a acontecimentos políticos. Cabe destacar que o folhetim não tinha a pretensão de registrar a verdade, mas apenas de ser verossímil. Já o que hoje se pode entender da mídia jornalística, esta se aproxima de um discurso que preza pela apresentação da verdade e para isso, inclusive, faz uso de falas consideradas especializadas, dando voz a autoridades, como afirmam Gomes (2003), Marocco (2004) e Hennigen (2006).

Contudo, o modo de produção jornalística de “O Estado”, considerado nos anos 1980 como o maior e mais antigo periódico do Estado de Santa Catarina, somente teve legitimidade tendo em vista o modo de sociabilidade e organização social de Florianópolis nesta época, pois, apesar de Capital, era uma cidade provinciana, na qual as pessoas se conheciam.

Nessa direção, quanto à prática discursiva e as linhas de enunciação, ficam claros por meio dos enunciados percebidos no discurso jornalístico de “O Estado” que os embates se tornavam concretos, as relações de poder-saber se faziam claras e se entrecruzavam, pois não se pode dizer que há uma separação entre enunciado e realidade social, realidade da vida em Florianópolis na década de 80. Como aponta Foucault (2010a) em *A Arqueologia do Saber*,

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei -, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, um enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2010a, p. 118-119).

Da mesma forma que os enunciados atravessavam o discurso do jornal e por meio deles se concretizavam as lutas, é possível pensar que muitos outros discursos atravessam o discurso midiático, como afirma Maingueneau (2008). Na prática discursiva do jornal, e pela qual “Cinderelo” foi objetivado, mas também se pode pensar na prática do discurso midiático, perpassaram discursos médicos, filosóficos, econômicos, literários, religiosos, jurídicos, dando legitimidade àquela prática discursiva que foi possível notar no jornal. Mas, pode-se perceber que por estes atravessamentos se fizeram concretas muitas relações cotidianas, como o inquérito, o casamento, a relação familiar, o poder policial, etc.

Cabe ressaltar que o inquérito, apontado por Foucault (2003) como advindo da prática inquisitorial da Idade Média, o casamento e as relações familiares estão carregados de um exercício de poder advindo da instituição religiosa. Nesse sentido, Foucault (2010b) se refere ao poder pastoral, o qual apresenta mudanças em seu objetivo, pois não se trata mais de conduzir o povo para a salvação, mas de assegurar que a população tenha

segurança, saúde, bem-estar. Não mais o perdão pelos pecados, perdão pelos crimes cometidos, mas a recuperação do criminoso, que possui uma “natureza” delinquente e carregada de periculosidade. A família como na atualidade está constituída, passa a assumir funções pastorais, ao se propor a educar moralmente. Da mesma forma, Foucault (2010b) aponta que o poder policial não foi inventado no século XVIII para manter “a lei e a ordem, nem para a assistir aos governos em sua luta contra seus inimigos, mas para assegurar a manutenção da higiene, a saúde e os padrões urbanos” (p. 281).

Acerca deste exercício de poder e da forma como está disseminado por uma diversidade de práticas, Foucault (2010b) aponta que “o poder pastoral, que durante séculos – por mais de um milênio –, foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio em uma multiplicidade de instituições” (p. 282).

Assim, da mesma forma, que se notam atravessamentos discursivos no discurso jornalístico, os quais lhe dão legitimidade enquanto discurso, bem como o entrelaçamento de práticas se faz presente, também acontece com o cenário cotidiano da cidade que circunda as notícias. Este não pode ser entendidos de modo separado, pois como aponta Maingueneau (2008)

Um dos mal-entendidos sempre suscitados pela noção de cenografia é que ela é muitas vezes interpretada como uma simples cena, como um quadro estável no interior do qual se desenrolaria a enunciação. Na verdade, é preciso concebê-la ao mesmo tempo como um quadro e como um processo. (...) O “conteúdo” aparece como inseparável da cenografia que lhe dá suporte (MAINGUENEAU, 2008, p. 51)

Quanto ao cenário, cabe destacar que na aventura de estudar como “Cinderelo” foi sendo produzido pelo discurso da mídia, que sujeito se desenhava neste discurso, foi possível

apreender um conjunto maior. Por meio dos atravessamentos discursivos, da multilinearidade dos dispositivos que se articulam através do jornal, foi possível notar que tal a mídia se articula com outros dispositivos. A mídia se concretiza com a função de dar sustentação ao dispositivo jurídico e prisional de vigilância do delinquente, bem como legitimar, em tom de defesa da sociedade, a diferenciação do criminoso/delinquente dos “homens de bem”, delimitando posições e lugares distintos aos mesmos.

Desse modo, podemos entender a mídia como parte de toda uma rede de poder-saber que não é judiciária, mas que tem como objetivo reforçar seu papel. No movimento de dar ampla visibilidade aos que se desviam da norma, a mídia possibilita não mais a punição aos mesmos pelos crimes cometidos, mas a correção de suas virtualidades, pois ao passo que os inclui nos noticiários, os exclui do meio social, já que os mostra como perigosos a toda a população, como aponta Marocco (2004).

Por outro lado, a sensação de insegurança e medo que a mídia possibilita, ao construir notícias sobre crimes, dá legitimidade ao mesmo tempo às relações de poder-saber que se voltam para os criminosos, com a aprovação da população. Dessa forma, a mídia se assegura como instrumento de “defesa do povo”, e por outro lado, se afirma como instrumento de poder perfazendo o que Michel Foucault chama de ortopedia social. Ou seja, possibilitando uma separação clara entre os normais e os anormais, entre os criminosos e os íntegros, entre o doente e o são, visando à normalização social (Foucault, 2003; Marocco, 2004). Como aponta Foucault (1996), para além do dispositivo prisional e do exercício policial, se torna concreto

um longo trabalho para impor a percepção que se tinha dos delinquentes contornos bem determinados: apresentá-los como bem próximos, presentes em toda a parte e em toda parte temíveis. É a função do noticiário policial que invade parte da imprensa e começa a ter seus próprios jornais. A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o

conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória. O romance de crime, que começa a se desenvolver nos folhetins e na literatura barata, assume um papel aparentemente contrário. Tem por função principalmente mostrar que o delinquente pertence a um mundo inteiramente diverso, sem relação com a existência cotidiana e familiar. (FOUCAULT, 1996, p. 251).

Pode-se perceber que se articulam poderes sobre os corpos por meio exercício disciplinar, mas também através da mídia se efetiva e se amplia a vigilância, como numa ação de grandes olhos que mostram a toda a população quem não presta, quem é desviante da norma, quem não está desempenhando sua função adequadamente, o que está falho. Nesse exercício, ao mesmo tempo em que se classifica, busca regular, controlar, visando à normalização, se marca, individualiza, identidades são “coladas”. Assim, por meio da mídia se exerce poder tanto sobre as populações, como sobre os indivíduos, através de tecnologias biopolíticas, onde se efetivam de modo fino e múltiplo poderes e saberes sobre a vida; se concretizam biopoderes.

Diante desses apontamentos, cabe explicitar que a desnaturalização tanto da produção de subjetividade, como do discurso da mídia, permeou este estudo. Para isso, fizemos uso de instrumentos metodológicos que Michel Foucault utiliza, a arqueologia e a genealogia, e que Pey; Bacca; Sá chamam de “utilidades essenciais de uma espécie de “caixa de ferramentas” usadas para quebrar as palavras, extraindo delas o que elas dizem, e quebrar as coisas, pondo à mostra suas visibilidades” (p. 20).

Procuramos desvendar por meio da arqueologia e do entendimento dos documentos como acontecimentos, a produção da subjetividade de um sujeito criminoso. Além disso, seguimos

uma empreitada de buscar outro olhar para o mundo, a partir de apontamentos sobre como podem se configurar as articulações entre instituições, dispositivos e discursos. Assim, visamos concretizar a atividade de pesquisador, que segundo Lemos; Gomes; Medeiros (2010) consiste em “estabelecer relações entre os acontecimentos, vistos como um emaranhamento de descontinuidades sobrepostas, em que os estratos de acontecimentos são multiplicados” (p. 108).

REFERÊNCIAS

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DA MATA, Maria Margarete Sell; DIRKSEN, Valberto. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro, 1995.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.pdf Acessado em: 04 de novembro de 2011.

DUARTE, Rafaela. **Diretas Já em Santa Catarina [dissertação]: o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, A Notícia e Jornal de Santa Catarina (1984)**. Florianópolis, SC, 2011.

FERNANDES, Mario Luiz. (Org.) **Origens da Imprensa em municípios catarinenses**. Florianópolis: ADJORI-SC, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... Um caso de parricídio do século XIX**. Tradução de Denise Lezan de Almeida. Rio de

Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Microfísica do poder.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **Outros Espaços.** IN: FOUCAULT, Michel. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. (Ditos e Escritos III). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe Beta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **O sujeito e o poder.** IN: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 273-295.

_____. **Ética, sexualidade, política.** (Ditos e Escritos V). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c.

GOMES, Mayra Rodrigues Gomes. **Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar Controlar.** São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

HENNIGEN, Inês. Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. **Psicologia & Sociedade**; 18 (2): 47-53; mai./ago. 2006.

KLEIN, José Otávio. A Gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. **Estudos em Comunicação**. nº1, p. 215-231. Abril de 2007.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; GOMES, Geise do Socorro Lima; MEDEIROS, Larissa Gonçalves; SILVA, Ana Lúcia Santos da. A análise documental como instrumento estratégico para Michel Foucault. IN: PIMENTEL, Adelma; LEMOS, Flávia; SOUZA, Maurício de; NICOLAU, Roseane. **Itinerários de pesquisas em psicologia**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Pará. 2010. p. 95-119.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os Discursos Constituintes**. IN: MAINGUENEAU, Dominique (Org.) *Cenas de Enunciação*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MOLICA, Fernando (Org.) **50 anos de crimes: reportagens policiais**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves. **Ética e Subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos**. IN: GUARESCHI, Neuza M. F.; HÜNING, Simone Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; [et al]. *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PEREIRA, Moacir. DINES, Alberto. **A Imprensa em Debate**. Florianópolis, SC: Lunardelli: Assembléia Legislativa, 1981.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992.

PEY, Maria Oly; BACCA, Ana Maria; SÁ, Raquel Stela de. **Nas pegadas de Michel Foucault: apontamentos para a pesquisa**

de instituições. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

PIVA, Carline. et al. **Um bandido chamado Cinderelo.** Documentário de Radiojornalismo. Professora Orientadora: Maria Aparecida Baldessar. Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.radioponto.ufsc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=640:um-bandido-chamado-cinderelo&catid=3:documentario&Itemid=28> Acesso em: 20 abr. 2011.

PRADO FILHO, Kleber. **Trajetórias para leitura de uma história críticas das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault.** Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. **Michel Foucault: Uma história política da verdade.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

_____. **Uma genealogia das práticas de normalização nas sociedades ocidentais modernas.** IN: CAPONI, Sandra; [et al] (Orgs.) *Medicalização da vida: ética, saúde pública indústria farmacêutica.* Palhoça: Ed. Unisul, 2010.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**; 19 (3): 14-19, 2007.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação.** 2. ed. rev. e atual Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2002.

SPINK, Peter. **Análise de documentos de domínio público.** IN: SPINK, Mary Jane (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

STEFANOVICH, Nikolas. **Luizinho Cinderelo: Um “menino exibido” como espetáculo nas páginas de O Estado.**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina. Campus Pedra Branca. Orientadora Professora Rosane Porto. Palhoça, 2004.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história.** Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

ZANELLA, A. V. *et al.* Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. **Interações**, Vol XII, nº 22, p.11-38, Jul-Dez, 2006.

ANEXOS



Anexo I – Página policial do Jornal “O Estado” de 09.12.1980



Anexo II – Página policial do Jornal “O Estado” de 21.03.1981

Traspapel O ESTADO **TELESCOPIO INFORMA**

Publicações: SEXTA-FEIRA, 22 de dezembro de 1981 - Ano 67 - Nº 20.280 - Edição de hoje: 34 páginas - CR \$3,00

Governo pode reagir com ação política contra incorporação

A informação foi dada ontem pelo Ministro da Justiça, Itamar Franco, para quem a incorporação do PP ao PMDB abre uma "perspectiva de confronto" sem qualquer contraindicado caso o comportamento do "microclima". O relator do projeto da reforma eleitoral, deputado Sílvio B. Brito, admitiu que a corrente do Partido Democrático, em oposição ao "pacote" da reforma eleitoral, não se desentenda com o PMDB. Em Santa Catarina, a união dos dois partidos altera a situação. A possível composição do Estado deverá ser Jansen Barreto ou Pedro IV Campos para Governador e João Linhares, do PP, para vice. Ao Senado, poderá ser o Sr. Evandro Vieira. Marquês Barreto deverá concorrer em Colúmbia (U-3).

BNH e CEF terão 175 bilhões em 82 para financiar a casa própria

Folha 5



Federais prendem "Cinderelo"

Foragido desde março deste ano e perseguido em todo Estado pelas Polícias Civil e Militar do Estado, Luiz Alberto Fátis, "Cinderelo", foi preso por agentes federais na residência de sua mãe, à Rua Santos Saravia, no Espírito Santo. Encontrado-se armado com uma Browning e ferido com um tiro na perna direita desde saltado do muro da casa, quando conseguiu fugir a um cerco.

A Polícia Federal teve como pista o tráfico de drogas. Os detalhes estão na página 65.

Reajuste só até 36% nas escolas particulares

A Associação de Dirigentes de Escolas Particulares do Estado de São Paulo informou que o reajuste das mensalidades escolares não poderá ultrapassar 36%.

SC tem mais de mil quilômetros de agroviagens

Muito diferente das viagens de trabalho, as agroviagens são viagens de lazer e turismo realizadas em áreas rurais.

Homenagem a Lico

Com faquelas, talhais e uma corrente que desce a ladeira, Lico, o mais conhecido artesão de madeira do mundo, foi homenageado no novo templo mundial, Lico. A festa contou com a presença de mais de mil pessoas e o Sr. Lico, no Clube, (P-8).

quil correspondências

Esta é a média diária do movimento das agências do Correio e Telégrafos em Santa Catarina. (Pág. 2-4).

Morger quer que seus secretários decidam até dia 10 se ficam

Quarta e quinta de ontem, de comparecimento, o Governador determinou que seus secretários decidam até dia 10 se permanecem no cargo.

Professor designado terá sua situação legalizada em 82

Para a aprovação, desde o início do ano, o professor designado terá sua situação legalizada em 1982.

Anexo III – Capa do Jornal “O Estado” de 22.12.1981



Anexo IV – Página policial do Jornal “O Estado” de 22.12.1981

INVERNO CORES
COM O MAIS AQUECER DE NOVA

O ESTADO
Fundado em 1937. An. 87. Nº 22.271. Edição de Hoje: 273 Colunas - 128 Páginas

TELESCO Informa
OS TELEFONES INSTALADOS NAS
ESTRADAS CAMPANAS E CAMPANAS
ESTÃO GERANDO INTERFERÊNCIA
E PERIGOS PARA VEÍCULOS NA REDE.

Federais apreendem milhares de receitas de drogas na Capital

A Polícia Federal atacou ontem em quatro pontos da Capital contra milhar de indivíduos em flagrante por facilitarem a circulação clandestina de medicamentos, drogas por intermédio de receptores. Também são detidos milhares de receptores, entrega de receita de receita de receita, o mais grave, por homicídio culposo e se-
sua, corporação, grande no caso de alguns jovens que perdiam a vida por causa excessiva de drogas, como foi o caso da menor Rosalinda da Silveira. Ela acabou ocorrendo em flagrante deste ano. De profissão, mãe de Oliveira e Enery Tristana Patti, também acusada de prostituição, de acordo com a Polícia, recebeu 8 mil reais de tráfico em alguns dias, em seguida, em grande quantidade, a jovem que adoeceu rapidamente, sofreu febre e outros sintomas. Rosalinda da Silveira, de apenas 18 anos, morreu por falta de cuidados médicos que... a morte dependendo das drogas, há uma causa do se agiota ficar no céu... P. Plagem de

Homem se joga do 7º andar do hotel

Um homem se jogou do 7º andar de um hotel na Capital ontem à noite. O indivíduo, de 45 anos, caiu de costas e morreu instantaneamente. O acidente ocorreu no Hotel... (caption partially obscured)




O casamento do "Cinderelo"

Um casamento realizado em São Paulo...

Haig leva "novas idéias" hoje para os argentinos

Uma delegação liderada por Haig...

Quintuplos fazem um mês

Uma família de cinco filhos...

Guarnieri estreia sua peça no TAC

Um espetáculo teatral...

SEM julga hoje Lula que, mesmo condenado, pode se candidatar em São Paulo Página 2

Mais 4 casos de difteria: Saúde não vê que a vacina tenha matado crianças Página 22

Flamengo vence e disputa a final do Brasileiro com o Grêmio Página 8

Anexo V – Capa do Jornal “O Estado” de 16.04.1982

Trabalho para quem se sente desiludado... Lisboa, 15 de abril de 1982, às 13 horas... Jornal "O Estado" de 16.04.1982

"Cinderelo" casa com a noiva vestida de Justiça

A noiva: "será difícil agora voltar sozinha para casa"



Uma jovem vestida de juiz, em um casamento em Lisboa. Ela veste um longo e branco vestido de Promotoria e o noivo veste um terno branco e um chapéu branco. O casamento ocorreu no Palácio Nacional de São Bento em Lisboa.



Uma jovem vestida de juiz, em um casamento em Lisboa. Ela veste um longo e branco vestido de Promotoria e o noivo veste um terno branco e um chapéu branco. O casamento ocorreu no Palácio Nacional de São Bento em Lisboa.



Uma jovem vestida de juiz, em um casamento em Lisboa. Ela veste um longo e branco vestido de Promotoria e o noivo veste um terno branco e um chapéu branco. O casamento ocorreu no Palácio Nacional de São Bento em Lisboa.

O PROMOTOR A CRIAR
 Apesar de não ser um juiz de carreira, o jovem, de 26 anos, nasceu em Lisboa e estudou no Colégio de São Bento em Lisboa. Foi aqui que conheceu a futura esposa, a jovem de 24 anos, nascida em Lisboa e que estudou no Colégio de São Bento em Lisboa. O casamento ocorreu no Palácio Nacional de São Bento em Lisboa.

O DIA DA NOIVA
 As 15 horas, o jovem, de 26 anos, nasceu em Lisboa e estudou no Colégio de São Bento em Lisboa. Foi aqui que conheceu a futura esposa, a jovem de 24 anos, nascida em Lisboa e que estudou no Colégio de São Bento em Lisboa. O casamento ocorreu no Palácio Nacional de São Bento em Lisboa.

COMUNICADO À PRAGA
 Cia. Weibel Industrial, no intuito de registar a sua idoneidade e garantir seu bom relacionamento comercial, houve por bem designar de seu quadro de funcionários ao Sr. Jackson de Almeida Moura, engenheiro Químico e Emanuel Rosa, supervisor de segurança. Assim sendo, não se responsabiliza por quaisquer atos praticados pelos mesmos, em nome desta empresa.
 Jovineira, 14 de abril de 1982.

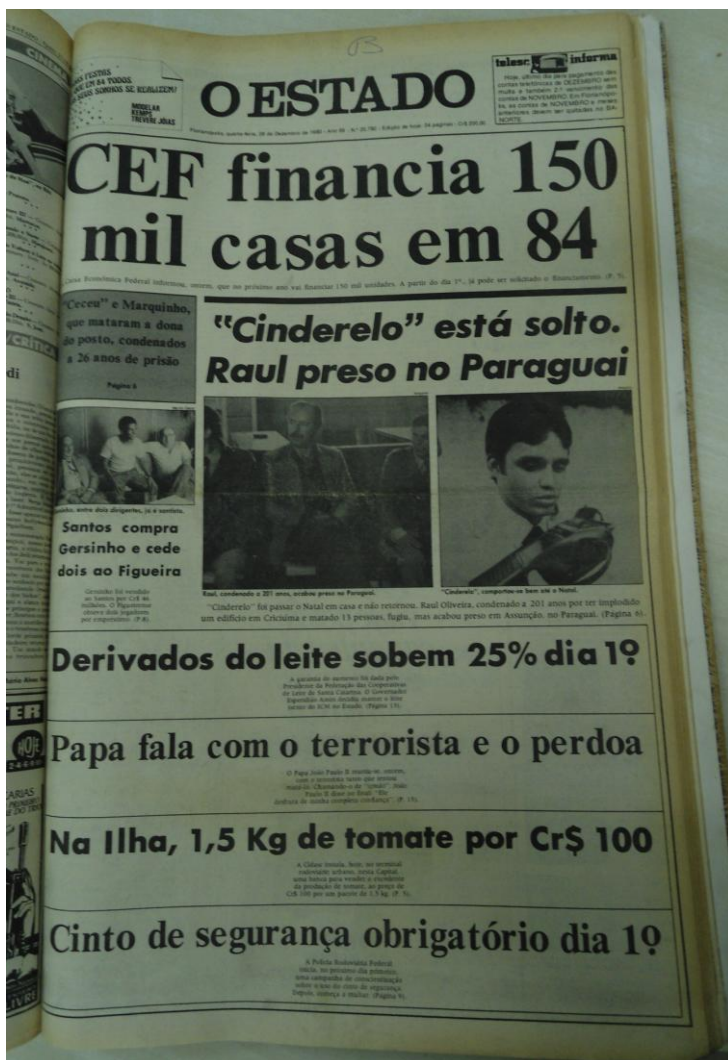
CHQUES ROUBADOS
 Filipe José Cardoso comunica à Praça que foram roubados do interior de sua firma o cheque nº 50, 07413 e 07430 (Banco Agrícola Unibanco). O valor foi registrado na Delegacia de Polícia e Ribasão e o levantamento dos cheques designados sublinhados à agência beneficiária. Fl. 15.04.82 de 1982.

ORCALI SOSEBAN

Tenha segurança

Atividades de vigilância - Limpiez - Transportes de valores

Rua da Restauração, 85 - Tel. 213 2000



Anexo VII – Capa do Jornal “O Estado” de 28.12.1983

telesc **informa**
Discando áreas, você não perde tempo e evita surpresas. Use o telefone e descanse os pés.

O ESTADO

Publicação: 23 de fevereiro de 1984 - Ano 29 - Nº 20.920 - Edição de hoje: 20 páginas - R\$ 200,00

Sché quer aumento para a SSP

O Secretário de Segurança entende que os salários de pessoal da SSP estão defasados. E os funcionários não pedem ao governador Espíndula aumento. (Pág. 6)

Argentina pode fechar economia

Se os países credores se mantiverem insatisfeitos na sua política, o governo de Raúl Alfonsín não vacilará em fechar a sua economia. (Pág. 10)


Inflação chega este mês a 12%

A inflação já decima forte de esta economia do governo e que tem acesso à Fundação Getúlio Vargas. Em 20 dias, a inflação chegou a 1,44%. (Pág. 5)

Afastar-se de Figueiredo não preocupa Aureliano


O Vice-Presidente Aureliano Chaves disse que prefere estar coerente com seu posicionamento. Os dissidentes do PDS decidiram, ontem, integrar a coordenação nacional pelas eleições diretas, com as oposições. (Pág. 5)

"Cinderelo" é recapturado



"Cinderelo", que estava fugido desde dezembro, quando também foi recapturado ontem no distrito de São Mateus do Maranhão. Ao ver a presença da Polícia, ainda tentou fugir, mas acabou preso depois de lutar com o carro contra um Pausa. A Polícia foi avisada do roubo do Minivan preto. Ao avisar, ele foi preso. Abaixo, perseguindo-o. Capturado por um carro da PM e 21 soldados. Luitando, Cinderelo não pôde escapar. (Pág. 6)

Preso suicida-se e causa revolta



Sob tortura após ter tentado fugir da Penitenciária com seus quatro colegas, o sereno Adilson de Oliveira, de 26 anos, condenado a 22 anos de prisão, enforcou-se na cela utilizando-se de suas ferramentas de própria coifa. O fato gerou uma revolta na Penitenciária, tanto nos presos e servidores de alguns nos servidores, quanto a presença de um reforço policial. Depois de uma operação "preso-livre", os serenos foram punidos. (Página 6)

Nome registrado "prato-lim" e foi usado em um experimento dos dentes, no Parahybatã.

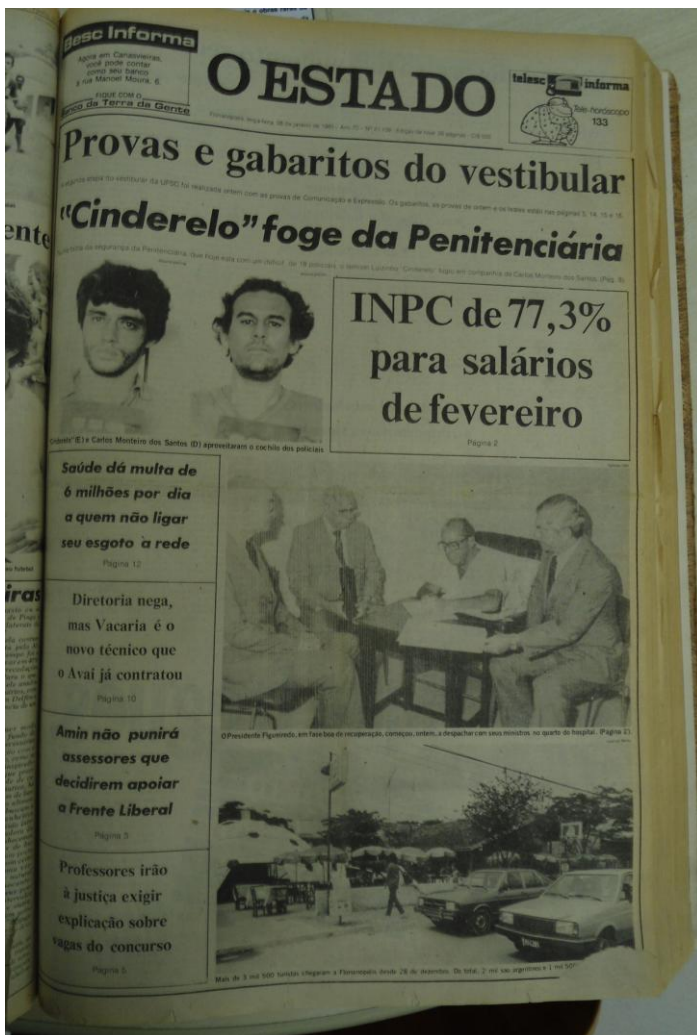
Adilson de Oliveira, morto.

Programa de defesa do rural tem início no "mendaim".

Archeiros não contra legalização do jogo, mas sugere

Archeiros não contra legalização do jogo, mas sugere

Archeiros não contra legalização do jogo, mas sugere



Anexo IX – Capa do Jornal “O Estado” de 08.01.1985



Anexo X – Capa do Jornal “O Estado” de 09.01.1985



Anexo XI – Capa do Jornal “O Estado” de 11.01.1985

ca maior
Inacen

Plataca
do Estado da
Terra do Centro

lova Agência Automática

REC
SANTA CATARINA CORRER COM VOI

O ESTADO

Paranápolis, sábado, 02 de março de 1985 - Ano 111 - Nº 21.191 - Edição de hoje: 28 páginas - C\$ 100

quarta-feira
#O Estado
#272 14

ênunc
informa
Central
de Informações
Municipais
156

Cinderelo preso




Stélio quer conciliação

O Deputado Stélio Baabaid instalou, ontem, a terceira sessão legislativa da décima legislatura em sessão que contou apenas com os 17 deputados pedemontistas e os outros dois dissidentes do PMDB. Stélio mostrou-se disposto a promover a conciliação. (Página 3)

Luiz Albertino Faria, o "Luzinho Cinderelo", que se mantém em liberdade desde a primeira semana de janeiro, foi preso, ontem à tarde, por agentes do Dico, que o cercaram num edifício da Foz de Itajaí. Cinderelo afirmou que "não me considero esbido". (Detalhes na página 12).

<p>Tâncredo anunciará o seu ministério na próxima 6ª-feira</p> <p>Página 2</p>	<p>Uruguaios saem às ruas para festejar volta da democracia</p> <p>Página 5</p>	<p>Figueira contrata e acerta clássico para quarta-feira</p> <p>Página 10</p>	<p>Derrota não abala o otimismo do JEC contra o Pinheiros</p> <p>Página 10</p>
--	---	---	--

Anexo XII – Capa do Jornal “O Estado” de 02.03.1985

VOOS CHARTERS SEMANAIS. USA E EUROPA, COM PARTE TERRESTRE.

aprilia
avião de 100 lugares

RODA-VIVA

Rita Caleira

Artesa fica em Brasília


O Deputado Antonio Manuel Coimbra, do Governador Espirito Santo, foi ao Brasil para fazer uma visita ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto. Coimbra ficou hospedado em uma casa no bairro do Lago Sul, onde passou alguns dias.

Grande mudança

Por causa de uma mudança de endereço, o Governador Espirito Santo, General Ernesto Geisel, mudou-se para a casa do bairro do Lago Sul, onde passou alguns dias.

Fazendo mídia

O Governador Espirito Santo, General Ernesto Geisel, fez uma viagem ao Rio de Janeiro para fazer uma visita ao governador do Estado, José Sarney.



Dr. Helito tem todo o Brasil. "Cidreira" tem notícias de outros para ser um grande exibido.

Um desafio para Amin

Sei Profeta sobre Profeta e prometeu cumprir a sua missão. Amin recebeu o desafio de cumprir a sua missão. Amin recebeu o desafio de cumprir a sua missão.

Foi quem o Governador do Estado, que teve uma viagem ao Rio de Janeiro para fazer uma visita ao governador do Estado, José Sarney.

Jantar dançante

O Restaurante de Eca, com jantar dançante, com música ao vivo. O Restaurante de Eca, com jantar dançante, com música ao vivo.

Encrenca na rua

Dificilmente, ontem pela manhã, tivemos um café com o Sr. Jantar, presidente do Estado. Dificilmente, ontem pela manhã, tivemos um café com o Sr. Jantar, presidente do Estado.

De olho nos exibidos

A Dr. Helito não se esqueça da justiça, não quer mais ninguém se nem impugnações na Penitenciária do Estado. Quer tudo mundo de olho nos exibidos.

A Fátima está cega

A Fátima morreu e o Sr. Helito não se esqueça da justiça, não quer mais ninguém se nem impugnações na Penitenciária do Estado. Quer tudo mundo de olho nos exibidos.

O "Gigi" descaído

O Gigi não muda de endereço, descaído da febre da justiça, não quer mais ninguém se nem impugnações na Penitenciária do Estado. Quer tudo mundo de olho nos exibidos.

Foto. Galvão. Helito

Foto. Galvão. Helito. Foto. Galvão. Helito.

Boa escola do Estado

O Estado do Espírito Santo, com uma boa escola, com uma boa escola, com uma boa escola.

As pedras do Marro da Cruz

O Marro da Cruz, com as pedras do Marro da Cruz, com as pedras do Marro da Cruz.

Tres gestos exibidos

O Governador Espirito Santo, com tres gestos exibidos, com tres gestos exibidos.

rotina

rotina, rotina, rotina.

Anexo XIV – Página “Roda Viva” do Jornal “O Estado” de 04.03.1985



Anexo XV – Página policial do
 Jornal “O Estado” de 26.07.1986 (e
 ao lado destaque da foto de
 “Cinderelo”)



Anexo XVI – Capa do Jornal “O Estado” de 08.08.1986

ESTADO **POLÍCIA** Revista 11

Cinderelo é capturado no morro do Flamengo

Lair: Fugitivos são separados

BENEFICIA
Durante a primeira audição, Cide-



Agentes prisionais terão aulas de como tratar presidiários

Passando mal fugitivos presos são

Anexo XVII – Página policial do Jornal “O Estado” de 08.08.1986